

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO

ANA PAULA VELOSO SILVEIRA TEODORO RODARTE

O PENSAR-FAZER DAS JORNALISTAS
ARGENTINAS E BRASILEIRAS: significados e
percepções acerca do jornalismo feminista



Faculdade de
Arquitetura, Artes,
Comunicação
e Design

BAURU
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANA PAULA VELOSO SILVEIRA TEODORO RODARTE

O PENSAR-FAZER DAS JORNALISTAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS:
significados e percepções acerca do jornalismo feminista

Bauru
2025

ANA PAULA VELOSO SILVEIRA TEODORO RODARTE

O PENSAR-FAZER DAS JORNALISTAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS:

significados e percepções acerca do jornalismo feminista

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação Midiática

Linha de pesquisa: Processos Midiáticos e Práticas Socioculturais

Orientador: Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura

Bauru

2025

R685p

Rodarte, Ana Paula Veloso Silveira Teodoro

O pensar-fazer das jornalistas argentinas e brasileiras : significados e percepções acerca do jornalismo feminista / Ana Paula Veloso Silveira Teodoro Rodarte. -- Bauru, 2025

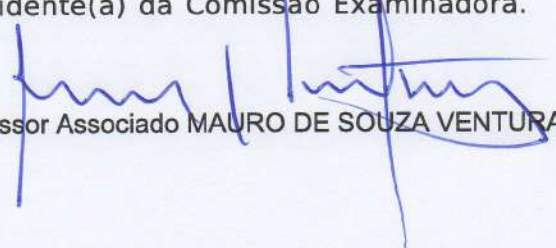
151 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru
Orientador: Mauro de Souza Ventura

1. Jornalismo. 2. Mulheres jornalistas. 3. Jornalismo feminista. 4. Comunicação. I. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE ANA PAULA VELOSO SILVEIRA TEODORO RODARTE, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de 2025, às 14h30min, no(a) sala CeCAPE&IT, e via Google Meet - meet.google.com/sfy-rbaa-qcs, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de ANA PAULA VELOSO SILVEIRA TEODORO RODARTE, intitulada **O PENSAR-FAZER DAS JORNALISTAS ARGENTINAS E BRASILEIRAS: os significados e percepções acerca do jornalismo feminista**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado MAURO DE SOUZA VENTURA (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Jornalismo / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Presencial) do(a) Departamento de Jornalismo / Faculdade de Arquitetura Artes Comunicação e Design/ Unesp Bauru, Professora Doutora MICHELLE ROXO DE OLIVEIRA (Participação Presencial) do(a) Departamento de Jornalismo / Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design Bauru, Professora Doutora RENATA BARRETO MALTA (Participação Virtual) do(a) Centro de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal de Sergipe, Professor Doutor MATEUS YURI RIBEIRO DA SILVA PASSOS (Participação Virtual) do(a) Renami / SBPjor. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Professor Associado MAURO DE SOUZA VENTURA

Às jornalistas e pesquisadoras
feministas, que, com coragem e dedicação,
constroem um legado de resistência e
esperança.

AGRADECIMENTOS

Esta tese se constrói a partir da metáfora da costura, com fios que se entrelaçam, dão nós e formam o tecido destas páginas. Escrever os agradecimentos não é diferente; cada pessoa e instituição lembradas aqui representa um fio bordado em minha trajetória.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa (processo nº 8887.683529/2022-00).

Ao Programa ESCALA de Pós-Graduação no Exterior promovido pela Associação de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), pelo financiamento e oportunidade da mobilidade acadêmica.

À Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, pelos ensinamentos e laços. Ser unespiana é motivo de orgulho.

Meu agradecimento se estende à Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo) e a Facultad de Ciencias Políticas y Sociales pelo acolhimento e novas miradas.

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, que continuam sendo minha base e minha casa.

Às políticas públicas dos governos Lula e Dilma, que viabilizaram o sonho de um ensino superior plural, de qualidade e gratuito. Sou filha da universidade pública e levo comigo a esperança e a luta de ver cada vez mais brasileiras e brasileiros ocupando os espaços educacionais que lhes pertencem.

Ao meu orientador, professor Mauro de Souza Ventura, pelo acompanhamento e incentivo no desenvolvimento deste trabalho

À professora Bettina Andrea Martino, por abrir tantas portas na minha vida acadêmica e pessoal. Sou imensamente grata pela amizade que cultivamos.

Ao professor Laan Mendes de Barros, pelo apoio no estágio na UNCuyo e por me proporcionar a riquíssima experiência de acompanhá-lo na disciplina de Teorias da Comunicação II.

Às professoras Liliane de Lucena Ito e Renata Barreto Malta, pela leitura atenta e generosa do material do Exame de Qualificação. As sugestões de vocês foram o impulso que eu precisava para investigar as mulheres jornalistas e pesquisadoras. Estendo minha gratidão às professoras Michelle Roxo de Oliveira e Maria Cristina Gobbi, e ao professor Mateus Yuri Ribeiro da Silva Passos, cujas contribuições serão fundamentais para o aprofundamento desta tese.

Ao professor Frederico de Mello Brandão Tavares, um dos grandes responsáveis pelo meu amor pela pesquisa científica. Fred, sua dedicação é uma inspiração constante.

Às minhas alunas e aos meus alunos da UEMG - Passos e da Unesp - Bauru. O sonho de ser docente foi nutrido por cada momento que estive em sala de aula com vocês.

Minha admiração e gratidão às jornalistas e pesquisadoras argentinas e brasileiras que aceitaram participar deste estudo.

Aos amigos queridos que a Unesp me presenteou. Ao Nani, por ser um irmão que encontrei pelo caminho. Ao Bernardo, por sempre me alegrar e apresentar todos os locais de Bauru. Ao Gui, por sua gentileza e carinho em todos os nossos encontros e trocas. Ao Charles, pelas bagunças. As amigas e amigos da jornada em Bauru: Paloma, Karla, Érika, Diuan, Luana, Juliana e Luíza. Um agradecimento especial a Selma e ao senhor Laércio.

À querida professora e amiga Rosário Zavala, por me incentivar, ler meus rascunhos, apontar erros e acertos. Essa jornada não seria a mesma sem você, ami. Muito obrigada!

À minha psicóloga Cláudia, que me acompanha há anos. Sua escuta e apoio me ajudaram a vivenciar a experiência do doutorado com mais tranquilidade e alegria.

Ao Danilo, Aline e Cecília, por estarem presentes mesmo na distância. Danis, um agradecimento especial por cada “vamo que vamo” ao longo desse processo.

Às minhas amigas de mestrado, Dayana, Andriza e Nara, pesquisadoras que admiro imensamente. Day Maravilhosa, obrigada por todo acolhimento e carinho.

As amigas e aos amigos que são meus pilares: Mariana, Vinícius, Vanessa, Marcela, Márcia, Clarinha, Flávio, Maya, André, Allan, Lorena e Matheus. Sou grata pelo amor e amizade de vocês.

A Deus, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Penha, Santa Rita de Cássia, São Sebastião, por todas as bênçãos e por estarem sempre ao meu lado. Agradeço também ao meu anjinho da guarda, meus guias espirituais, meu tutor e aos bons espíritos. A todas e todos que me colocaram em suas orações.

Aos meus grandes amores: vovô Olinto, vovó Noca, vovó Ana, tia Cida, tia Ana e Ana Christina. Vocês vivem dentro do meu coração.

À tia Vilma pelo carinho, palavras de incentivo e orações. Ao tio Tatão pelos sorrisos sinceros.

Aos meus amores de quatro patas: Morgana, Salém, Cassandra e Ágatha. A vida é muito mais divertida e feliz com a presença de vocês. Às minhas menininhas que são minha saudade diária: Dominique, Julieta e Lola.

À minha razão de ser: mamãe, papai e Simone. Não há palavras que consigam dimensionar a gratidão que tenho por vocês. Obrigada por apoiarem todos os meus sonhos, essa conquista é nossa.

O que você entende pela palavra feminismo? É uma palavra que me enche de esperança, de energia. Faz pensar em atos ruidosos de rebelião e recusa, faz pensar nas formas silenciosas que encontramos para renegar o que nos diminui. Faz pensar nas mulheres que se levantaram, que não se calaram, que arriscaram suas vidas, lares e relações na luta por mundos mais suportáveis. Faz pensar nos livros escritos, surrados e gastos, livros que colocaram algo em palavras, uma sensação, um sentimento de injustiça, livros que, ao colocar em palavras, nos deram forças para seguir em frente. Feminismo: modo como erguemos umas às outras. Tanta história em uma palavra; tanto que foi erguido graças a ela.

(Sara Ahmed)

RESUMO

Esta tese busca investigar o pensar-fazer das mulheres jornalistas e pesquisadoras que atuam ou têm vínculo no/com o jornalismo feminista. O objetivo geral foi analisar os significados e as percepções que as jornalistas da Argentina e do Brasil conferem ao jornalismo feminista a partir de suas reflexões e práticas. O alicerce teórico-conceitual foi desenvolvido com base em três pontos fundamentais: o gênero, as epistemologias feministas e o jornalismo. O *corpus* é composto por quinze participantes – seis jornalistas e três pesquisadoras argentinas e cinco jornalistas e uma pesquisadora brasileiras, selecionadas de forma intencional. A pesquisa adota um desenho metodológico sob a abordagem qualitativa, com uma inclinação descritiva quanto aos objetivos. Para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiaberta, enquanto a análise das informações coletadas foi realizada por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), o que permitiu a emergência das seguintes categorias analíticas: no contexto argentino, o exame revelou a *Militância feminista como parte da identidade profissional*, a *Desconstrução dos cânones jornalísticos* e a *Prática jornalística reflexiva*; no cenário brasileiro, foram identificadas as categorias *O pessoal se transforma em profissional*, *A mirada posicionada em ação* e *O sentido da perenidade*. Os resultados mostram que, enquanto a militância é central para as jornalistas argentinas, a experiência pessoal se transforma em impulso profissional no Brasil. A investigação indica que, a partir do pensar-fazer das profissionais, o jornalismo se sustenta em redes colaborativas e na reflexão dos cânones jornalísticos, com as comunicadoras atuando em busca de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Mulheres jornalistas; Jornalismo feminista; Jornalismo argentino; Jornalismo brasileiro; Comunicação.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the think-do practices of women journalists and researchers who work in or are connected to feminist journalism. The main objective was to analyze the meanings and perceptions that journalists from Argentina and Brazil attribute to feminist journalism based on their reflections and professional practices. The theoretical-conceptual framework is grounded in three fundamental pillars: gender, feminist epistemologies, and journalism. The corpus consists of fifteen participants — six Argentine journalists and three researchers, and five Brazilian journalists and one researcher — selected through intentional sampling. The study adopts a qualitative methodological design with a descriptive orientation regarding its objectives. The data were collected through semi-structured interviews (Duarte, 2005), and the information was analyzed using content analysis (Bardin, 2011), which allowed the emergence of the following analytical categories: in the Argentine context, Feminist Militancy as Part of Professional Identity, Deconstruction of Journalistic Canons, and Reflective Journalistic Practice; in the Brazilian context, The Personal Becomes Professional, Positioned Perspective in Action, and The Sense of Perenniality. The results indicate that, while militancy is central to Argentine journalists, personal experience serves as a professional drive for Brazilian journalists. The study further suggests that, through the think-do practices of these professionals, feminist journalism is sustained by collaborative networks and the critical reflection on journalistic canons, with journalists acting in pursuit of a more just society.

Keywords: Women journalists; Feminist journalism; Argentine journalism; Brazilian journalism; Communication.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre as entrevistas com as interlocutoras argentinas	61
Quadro 2 - Perfil das participantes argentinas.....	62
Quadro 3 - Informações sobre as entrevistas com as interlocutoras brasileiras	64
Quadro 4 - Perfil das participantes brasileiras.....	65
Quadro 5 - Temas-eixo e ação jornalística argentinas	74
Quadro 6 – Categorias analíticas argentinas	75
Quadro 7 - Temas-eixo e ação jornalística brasileiras.....	77
Quadro 8 - Categorias analíticas brasileiras	78

SUMÁRIO

Introdução	16
1 Tecer a trama: costuras entre gênero, epistemologia e jornalismo.....	27
1.1 A categoria gênero acionada pelas feministas.....	28
1.2 O saber feminista situado	34
1.3 Jornalismo e o paradigma moderno.....	44
1.3.1 A objetividade em questão	48
1.3.2 A escolha da subjetividade	51
2 Entre agulhas e pontos: os fios metodológicos.....	55
2.1 Abordagem e posicionamento metodológico.....	56
2.2 As sujeitas da pesquisa.....	58
2.3 Entrevista semiaberta	66
2.3.1 A realização das entrevistas	67
2.3.2 Registro e transcrição das entrevistas.....	69
2.4 Análise de conteúdo	71
2.4.1 O fio da meada: entrevistas com as argentinas.....	73
2.4.2 O fio da meada: entrevistas com as brasileiras.....	76
3 O tecido argentino: posicionar, desconstruir e refletir	79
3.1 O jornalismo feminista: desafios e conquistas na Argentina	80
3.2 As perspectivas das profissionais e a produção de notícias	89
3.2.1 Militância feminista como parte da identidade profissional	89
3.2.2 Desconstrução dos cânones jornalísticos	99
3.2.3 Prática jornalística reflexiva	102
4 O tecido brasileiro: indignar, redefinir e continuar	111
4.1 Mídias feministas: uma primavera brasileira.....	112
4.2 O pessoal se transforma em profissional.....	116
4.3 A mirada posicionada em ação	120

4.4 O sentido da perenidade	125
5 Lições tecidas e fios a desenrolar	131
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICES	143
APÊNDICE A – Roteiro entrevista Argentina	143
APÊNDICE B – Ficha de informações Argentina	145
APÊNDICE C – Roteiro entrevista Brasil	146
APÊNDICE D – Ficha de informações Brasil	147
APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Argentina	148
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Brasil	150

Introdução

Pouco se sabe sobre a verdadeira identidade de Elena Ferrante, pseudônimo da autora italiana que se camufla nas páginas que narram mulheres complexas e potentes. Irreverente, egoísta, dramática, talentosa e melancólica são alguns dos adjetivos que atravessam o ser de suas personagens. À luz do que escreve, Ferrante foi apontada pelo grande público quase sempre como mulher ou alguém que se entende enquanto uma. Suas narrativas são tão autênticas e incontroláveis que sobra pouco espaço para a possibilidade de um autor masculino. Com a publicação de *As margens e o ditado* (2023) parte desse mistério se diluiu. Convidada pela Universidade de Bolonha, Itália, a apresentar três conferências acerca de temáticas que lhe são caras, a autora, por meio da figura da atriz Manuela Mandracchia se manifestou mulher.

No *ensaio-performance A caneta e a pena*, Ferrante (2023) relembra sua trajetória literária e as dificuldades enfrentadas ao escrever. Linhas e margens não eram apenas características dos cadernos de alfabetização; elas retratavam em sua juventude e início da vida adulta, os limites do grafar. Embora a escrita fosse sua grande companheira, havia nela o incômodo, o rigor e o limiar de não se sentir pertencente. E é a partir dessa inadequação que a autora se revela: “se eu queria ter a impressão de escrever bem, deveria escrever como um homem, mantendo-me firmemente dentro da tradição masculina; mas, sendo mulher, eu só poderia escrever como mulher se violasse o que estava procurando diligentemente aprender da tradição masculina” (Ferrante, 2023, p. 25-26).

Mais do que anunciar-se ao mundo, mesmo que discretamente, Ferrante (2023) expõe algo que permeia a vida das mulheres (em sua amplitude) que se dedicam à escrita como ofício profissional, acadêmico e/ou confessional. Escrever não é tarefa fácil; é expressar fragmentos daquilo que fomos, somos e poderemos ser, das sujeitas e sujeitos que nos rodeiam, dos nossos afetos e sensações, de quem lemos e consultamos, entre outros pormenores. Para complexificar a escrita, guiamo-nos por técnicas e formatos textuais, além de padrões socioculturais, políticos, históricos e científicos. A italiana tem consciência desse emaranhado que constitui a escrita e, por isso, recorre a outros nomes da literatura para responder suas próprias inquietações.

Entre eles, eu gostaria de me ater à autora britânica Virginia Woolf¹. Em uma de suas conhecidas obras, *Um teto todo seu*, Woolf (2019), tal qual Elena, é convidada a palestrar em dois eventos em Cambridge, Inglaterra, sobre “As mulheres e a ficção”, em 1928. Os ensaios

¹ Elena Ferrante (2023) apresenta trechos do livro *Os diários de Virginia Woolf*. Cf. WOOLF, Virginia. **Os diários de Virginia Woolf**. São Paulo: Companhia das Letras (1989).

começam com os relatos de uma personalidade alternativa de Virginia, Mary, que, ao ponderar acerca do tema a ser discutido, busca informações na biblioteca de uma universidade fictícia. Para espanto de Mary, ao caminhar entre os prédios universitários, ela descobre que o trajeto escolhido não lhe era permitido por ser mulher – voltamos às linhas e margens de Ferrante (2023) –, restando a ela a trilha dos cascalhos.

Aprecio particularmente esta introdução (e sua continuação), pois é uma metáfora dos tortuosos percursos enfrentados pelas mulheres, seja na literatura ou em diferentes âmbitos sociais. Para Woolf, naquela época, um dos obstáculos dessas vias encontrava-se na ausência de “um teto todo seu”, tal qual sugere o título da obra. Outras adversidades também foram levantadas por ela, como a falta de autonomia financeira, as interrupções nos momentos empenhados à escrita, a realização do trabalho doméstico e o pouco tempo disponível para leitura e processo criativo. Esse quadro era agravado, ademais, pelas relações de poder que restringiam às mulheres ao espaço privado e subalterno. Nas palavras da autora, “e pensei em como é desagradável ser trancada do lado de fora; e pensei em como talvez seja pior ser trancada do lado de dentro; e, pensando na segurança e na prosperidade de um sexo e na pobreza e insegurança do outro [...]” (Woolf, 2019, p. 31).

Apesar dos mais de 90 anos que separam os ensaios de Elena Ferrante e Virginia Woolf, suas reflexões mostram notáveis semelhanças. Ambas evidenciam a importância de contestar a escrita hegemônica e masculina, revelando uma escrita feminina (e por que não feminista?) potente que, neste contexto, ecoa no meu rascunhar. As autoras fazem parte de um conjunto de referências femininas que me ajudam a questionar “as linhas e as margens” daquilo que busco entender como o pensar e o fazer jornalístico feminista. Procuro nesses trabalhos um “eu” pesquisadora que, por muito tempo, foi percebido e manifestado como um “nós”; procuro um contrafluxo, um espaço comunicacional-científico a ser repensado e ocupado pelas mulheres. Almejo, por fim, um caminho para desfazer esses traços que prendem todas nós.

O primeiro fio

Em consonância com as pesquisas desenvolvidas na graduação em Jornalismo e no mestrado em Comunicação, ambos pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a proposta inicial de investigação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp) entrelaçava jornalismo, gênero e trabalho feminino. O objetivo era analisar as representações das mulheres trabalhadoras na seção anteriormente intitulada *Minas que honram*

o rolê da *Revista AzMina* e igualmente compreender a produção jornalística do magazine. O projeto avançava em meus estudos acerca das revistas femininas brasileiras, explorando um cenário diferente: as publicações digitais e o acesso gratuito aos seus conteúdos, a relevância das seções e um olhar sobre o fazer jornalístico que se assumia feminista.

Como parte da pesquisa exploratória, em 2021 me aprofundei na conceituação teórica do jornalismo feminista no contexto contemporâneo. Para isso, iniciei com leituras sobre a imprensa feminista brasileira, entre as quais se destacam o livro de Constância Lima Duarte (2016)², a tese³ e o livro⁴ de Viviane Gonçalves Freitas (2017, 2018) e os artigos de Elizabeth Cardoso (2004)⁵, Karina Janz Woitowicz (2014)⁶ e Ana Paula Bornhausen da Silva Bandeira (2015)⁷. Cada autora, à sua maneira, analisou as especificidades e as implicações desse conjunto de publicações. Elas catalogaram desde as primeiras iniciativas feministas ainda no século XIX, as diferenças entre imprensa feminista e feminina, a imprensa feminista a partir da mirada da Ciência Política, a resistência de suas produtoras durante a Ditadura Militar, até sua divisão em duas gerações após o ano de 1974: uma focada na classe social e outra na questão de gênero.

Um segundo momento, ainda em 2021, consistiu na verificação de portais e banco de dados acadêmicos, como *SciELO*, *Catálogo de Teses e Dissertações da Capes*, *Google Acadêmico* e repositórios de universidades, em busca de trabalhos que tivessem uma ou mais das seguintes palavras-chave: *Revista AzMina*; *Jornalismo*; *Jornalismo feminista*; *Feminismo*. Além desses descritores, a seleção não seguiu nenhum critério sistemático, baseando-se, posteriormente, na leitura, fichamento e interpretação dos estudos. No total, foram catalogadas oito dissertações, todas de autoras mulheres: Jessica Gustafson Costa (2018)⁸, Heloisa Souza

² DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil, século XIX**: dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

³ FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?** Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas 1970 a 2010. 2017. 198 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

⁴ FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa**: quatro décadas de lutas por direitos. Jundiaí: Paco, 2018.

⁵ CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 37-55, set./dez. 2004.

⁶ WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 104-117, jan./jun. 2014.

⁷ BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 2, p. 190-199, jul./dez. 2015

⁸ COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo Feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 2018. 218 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

dos Santos (2019)⁹, Francielle Esmitez da Silva (2019)¹⁰, Martha Alvarez Lopes Makita (2019)¹¹, Letícia de Faria Ávila Santos (2020)¹², Géssica Maiara de Oliveira Silva (2020)¹³, Jade Avelar de Azevedo (2021)¹⁴ e Gabriela Schander (2021)¹⁵. Quanto aos artigos publicados em periódicos, foram encontrados três textos, também de pesquisadoras: Caroline Kraus Luvizotto e Heloisa Souza dos Santos (2019)¹⁶, Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019)¹⁷ e Bibiana Garcez (2021)¹⁸.

Esses trabalhos revelaram um cenário acadêmico composto por pesquisadoras dedicadas a delinear o jornalismo feminista e o jornalismo com perspectiva de gênero e suas imbricações. Todos se concentraram em iniciativas jornalísticas brasileiras surgidas a partir de 2010, no ambiente *on-line*, e coordenadas por mulheres: *Think Olga*, *Revista AzMina*, *Portal Catarinas* e *Gênero e Número*. Entre os pontos em comum, parte deles abordavam a interseccionalidade na qualidade de direção e/ou característica dessas mídias, além de discutirem aspectos como a ação engajada de suas agentes, o enfoque de gênero na prática jornalística, o jornalismo enquanto construção de conhecimento e a oposição às lógicas masculinistas do jornalismo (Veiga da Silva, 2014). Entre os textos, cabe destacar a dissertação de Schander (2021), que enriquece esse panorama ao catalogar 20 textos e materiais de recomendações produzidos na América Latina, os quais orientam boas práticas jornalísticas sob uma perspectiva de gênero.

⁹ SANTOS, Heloisa Souza dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do *Think Olga* e *Revista AzMina*. 2019, 185 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2019.

¹⁰ SILVA, Francielle Esmitez da. **Jornalismo feminista**: uma análise dos processos de comunicação em rede do *Portal Catarinas*. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

¹¹ MAKITA, Martha Alvarez Lopes. **“Meu nome não é mãe”**: um estudo dos discursos sobre maternidade no jornalismo feminista da “*Revista AzMina*”. 2019. 243 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Produção Jornalística e Mercado) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.

¹² SANTOS, Letícia de Faria Ávila. **Midialivrismo e feminismos**: análise da cobertura jornalística com perspectiva de gênero da *Revista AzMina*. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2020.

¹³ SILVA, Géssica Maiara de Oliveira. **Significações do “ser mulher” entre interseccionalidades e singularidade**: um estudo de artigos de opinião da *Revista AzMina*. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2020.

¹⁴ AZEVEDO, Jade Avelar de. **Quando AzMina falam**: um estudo de caso sobre o jornalismo feminista, digital e interseccional na *Revista AzMina*. 2021. 177 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

¹⁵ SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo**: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da *Revista AzMina*. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

¹⁶ LUVIZOTTO, Caroline Kraus; SANTOS, Heloisa Souza dos. Imprensa feminista e a cobertura das eleições de 2018 no Brasil. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 74-84, jul./dez. 2019.

¹⁷ SCHANDER, Gabriela Braga; BERTASSO, Daiane. *Revista AzMina* e o jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 35-52, jul./dez. 2019.

¹⁸ GARCEZ, Bibiana. Repensando a ética jornalística tradicional: posicionamentos editoriais no jornalismo feminista brasileiro contemporâneo. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, Ecuador, n.146, p. 199-216, abril/jul. 2021.

No que se refere ao meu projeto, três das investigações mencionadas tiveram como objeto as seções da *Revista AzMina*. Duas analisaram a seção anteriormente nomeada *Especiais*, que reunia grandes reportagens sobre diversos assuntos, ao passo que a terceira examinou uma seção e uma coluna, *Mãezinha vírgula* e *Meu nome não é mãe*, respectivamente, relacionadas à maternidade. Embora esse material não esgotasse nem abrangesse todo o conhecimento acerca das seções da publicação, ele indicava a existência de um espaço investigativo a ser explorado. Contudo, uma reestruturação no site do magazine, a meu ver, parecia reduzir a potencialidade da minha proposta. No final de 2020, para evitar ataques virtuais e dinamizar outras ações¹⁹, a publicação suprimiu as seções fixas, reorganizando-as em editorias tais quais *Política*, *Violência*, *Saúde*, *Aborto*. Assim, os 64 textos que integravam *Minas que honram o rolê* foram realocados na editoria *Feminismos*, com reportagens das demais seções, perdendo, dessa forma, o caráter distintivo de um espaço destinado a visibilizar mulheres notáveis no âmbito trabalhista²⁰.

A renovação editorial da *Revista AzMina*, combinada ao processo de compreender o jornalismo feminista e à leitura crítica das pesquisas citadas, abriu caminho, naquele momento, para novas reflexões. Como são pensadas e produzidas as notícias e reportagens no jornalismo feminista? Quais são as particularidades desse jornalismo? As profissionais seguem os critérios noticiosos do jornalismo hegemônico? Movida por essas questões, optei por me distanciar da proposta inicial sem perder de vista algumas noções e objetivos previamente estabelecidos e reformular um novo projeto.

O segundo fio

Em abril de 2022, fui contemplada com a bolsa de doutorado da CAPES (processo nº 8887.683529/2022-00), o que me permitiu mudar para Bauru, São Paulo, e estreitar os laços com o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp, bem como com meu orientador Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura. Até aquele momento, devido à pandemia de *Covid-19* meus estudos, disciplinas e atividades eram realizados de maneira *on-line*. Esse apoio institucional e acadêmico impactou significativamente minha pesquisa de duas maneiras: primeiro, no desenvolvimento da investigação e segundo, ao possibilitar a mobilidade acadêmica na

¹⁹ Informações do *Relatório de Atividades AzMina 2020*. Disponível em: <https://institutoazmina.org.br/instituto-azmina/transparencia/> Acesso em: 10 ago. 2024.

²⁰ Para a elaboração do projeto, antes da aprovação no processo seletivo do PPGCOM-Unesp, entrei em contato com a *Revista AzMina* por e-mail em busca de informações sobre a seção *Minas que honram o rolê*. No dia 5 de agosto de 2020, Carolina Oms, ex-diretora da revista, respondeu ao meu contato e forneceu detalhes da seção, seu modo de produção e perspectivas adotadas.

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS) da Universidad Nacional de Cuyo (UNCuyo), em Mendoza, na Argentina.

Durante as conversas com o professor Mauro e ao cursar a disciplina ministrada por ele, *O jornalismo na contemporaneidade: mudanças estruturais e desafios*, no segundo semestre de 2022, comecei a refletir sobre os questionamentos levantados e as transformações no jornalismo nas últimas décadas. Um dos artigos do conteúdo programático, *O jornalismo em tempos de mudanças estruturais*, de Fábio Henrique Pereira e Zélia Leal Adghirni (2011), o qual analisa as três esferas de mudanças no jornalismo – na produção de notícias, no perfil do jornalista e nas novas relações com o público –, me permitiu inferir que o jornalismo constantemente se reinventa e que o jornalismo feminista pode ser visto como um dos resultados dessas reformulações, evidenciando o espaço-tempo que ocupa.

Outro movimento presente nas aulas e no cenário estudado foi o modo como a realidade social, incluindo a dimensão comunicacional e jornalística, é permeada pelas lógicas da midiaticização e como esta demanda diferentes regimes de visibilidade. Em outras palavras, para entender a produção do jornalismo feminista, era igualmente essencial considerar as estratégias e interações tecidas pelas mulheres jornalistas. As profissionais não se limitam a transmitir as informações; elas criam espaços ativos e dinâmicos envolvendo-se ativamente com as audiências e promovendo conteúdos mais plurais e diversificados.

Nesse mesmo período, cursei a disciplina *Estudos Avançados em Teorias da Comunicação – Módulo I*, ofertada pela Profa. Dra. Bettina Andrea Martino, da *Universidad Nacional de Cuyo*, como parte do seu pós-doutorado na Unesp-Bauru. Embora o foco da cadeira fosse os estudos da interface Comunicação/Educação na América Latina, uma das aulas abordou o gênero enquanto elemento para pensar essa dinâmica. Nessa ocasião, fomos apresentadas e apresentados às autoras Rosa María Alfaro Moreno (2015)²¹ e María Florencia Cremona (2019)²². Além dos ensinamentos e da construção coletiva do saber, a docente foi sempre solícita com as alunas e alunos que a procuravam para dialogar, como foi o meu caso.

Busquei a professora Bettina com o objetivo de conhecer as práticas jornalísticas argentinas, em especial as empreendidas por mulheres jornalistas. Durante nossas interações, a docente me informou sobre uma importante rede de jornalistas na Argentina, a *Red PAR*, da qual me aprofundarei mais adiante, e a significativa atuação profissional e acadêmica

²¹ MORENO, Rosa María Alfaro. **Una comunicación para otro desarrollo**: para el diálogo entre el norte y el sur. Lima: Calandria, Asociación de Comunicadores Sociales, 2015.

²² CREMONA, María Florencia *et al.* **Comunicación, educación y género**: debates y conversaciones pendientes. La Plata: Bosque Editora y Laboratorio de investigación en comunicación y género, 2019. *Livro Digital*.

envolvendo o jornalismo feminista no país. Tendo em conta o contexto de atuação da pesquisadora, ela recomendou que eu buscasse informações acerca do *Instituto de Estudios de Género y Mujeres* (IDGEM) da UNCuyo²³, o portal do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET)²⁴ e a bolsa de mobilidade acadêmica da *Asociación de Universidades del Grupo Montevideo* (AUGM)²⁵. Esta bolsa contemplava a minha universidade e permitiria uma estadia na UNCuyo.

Poucas semanas depois, a Pró-reitoria de Pós-Graduação (PROPG) da Unesp divulgou o Edital PROPG/AREX nº 42/2022 – AUGM – Programa ESCALA de Pós-Graduação no Exterior, que oferecia até dez vagas de mobilidade para estudantes de pós-graduação da instituição. Com a carta de apoio do meu orientador, Prof. Dr. Mauro Ventura, do então coordenador do PPGCOM, Prof. Dr. Laan Mendes de Barros, e da carta-convite da Profa. Dra. Bettina Martino, minha supervisora na instituição anfitriã, pleiteei uma bolsa de mobilidade à AUGM. Na proposta enviada, destacamos a estreita ligação da minha pesquisa com as atividades desenvolvidas no IDEGEM e a interlocução internacional da nossa comunidade acadêmica com pesquisadoras e pesquisadores de outros países, incluindo a Argentina. Indicamos, então, um mês de estágio na modalidade sanduíche, a ser realizado no primeiro semestre de 2023.

A *Secretaría de Investigación, Internacionales y Posgrado* da UNCuyo entrou em contato com a PROPG-Unesp, em outubro de 2022, solicitando a submissão de um novo projeto com o plano de trabalho revisado para uma estadia de 15 dias, em atendimento ao formato de mobilidade estabelecido pela instituição. Com a redução do período, definimos a mobilidade para o intervalo de 22 de maio a 5 de junho de 2023 e ajustamos a agenda com as seguintes tarefas: 1) sessões de trabalho com investigadoras e estudantes do mestrado e do doutorado que abordassem temas relacionados a minha pesquisa; 2) participação em atividades do IDEGEM; 2) participação em atividades da *Red PAR* Mendoza; 4) desenvolvimento de pesquisas e revisão bibliográfica com a orientação da Profa. Dra. Eva Rodríguez Agüero, especialista na área investigada. Com essas modificações, recebi a carta-convite da UNCuyo em dezembro daquele ano.

Em abril de 2023, durante uma visita da professora Bettina ao Brasil, realizamos uma reunião presencial para alinhar minhas atividades no estágio acadêmico em Mendoza. Na

²³ Para mais informações, disponível em: <https://www.uncuyo.edu.ar/genero/instituto-de-estudios-de-genero-y-mujeres> Acesso em: 13 jun. 2025.

²⁴ Para mais informações, disponível em: <https://www.conicet.gov.ar/> Acesso em: 15 jan. 2025.

²⁵ Para mais informações, disponível em: <https://grupomontevideo.org/site/> Acesso em: 13 jun. 2025.

conversa, ao considerar a agenda proposta, discutimos a possibilidade de incluir entrevistas com pesquisadoras e jornalistas da cidade sobre o tema da investigação. Essa técnica de coleta de informações permitiria acessar os pontos de vista dessas profissionais e entender a produção do jornalismo feminista, incluindo suas fontes, linguagens e aspectos relevantes. Contribuiria, ainda, para o mapeamento dos trabalhos referentes a essa abordagem.

Os fios violetas²⁶

Em maio de 2023, comecei a alinhar outros fios na pesquisa. As entrevistas realizadas no país vizinho marcaram um ponto de inflexão essencial para a construção da investigação. Cheguei à Argentina movida por inquietações voltadas à compreensão dos pressupostos que sustentam o jornalismo feminista. Retornei ao Brasil com parte das respostas, mas sobretudo, com o entendimento de que é possível discutir e produzir um jornalismo capaz de transformar a desigualdade estrutural da qual nós mulheres fazemos parte. Um jornalismo concebido e praticado por meio de redes colaborativas, com valores jornalísticos distintos, que cria pactos de relacionamento com as audiências, revê estratégias discursivas e valoriza o posicionamento de suas profissionais. Um jornalismo que não se prende às linhas e margens da lógica masculinista (Veiga da Silva, 2014), mas que é tecido com fios violetas por diferentes mulheres jornalistas.

Mais do que analisar e compreender a materialização do jornalismo feminista, esta tese se debruça sobre as mulheres jornalistas que o pensam e o constroem. Elas são as protagonistas desta investigação e é por meio dos sentidos atribuídos às suas percepções, saberes, motivações, atuações, desafios e estratégias que o estudo se estabelece. Nesse cenário, as perguntas-problema que orientam este trabalho são: **Quais significados e percepções as jornalistas argentinas e brasileiras conferem ao jornalismo feminista a partir de suas reflexões e práticas? Como as experiências²⁷ dessas profissionais em ambos os países podem contribuir para o fortalecimento do jornalismo feminista?**

O **objetivo geral** é compreender os significados e as percepções atribuídas ao jornalismo feminista por jornalistas argentinas e brasileiras, a partir de suas reflexões e práticas profissionais. Quanto aos **objetivos específicos**, estes buscam:

²⁶ O violeta é conhecido como a cor que simboliza os feminismos, como será visto adiante.

²⁷ Esta pesquisa compreende as experiências como formas de conhecimento, entendendo que elas são construídas a partir da prática.

- Explorar e contextualizar arcabouços teóricos-conceituais que ajudem a fundamentar a compreensão do jornalismo feminista em ambos os países;
- Identificar e descrever as reflexões e práticas expressas nas falas das jornalistas argentinas e brasileiras;
- Analisar a relação entre as reflexões, as práticas e as experiências das profissionais com os contextos socioculturais e históricos da Argentina e do Brasil;
- Sintetizar as contribuições das profissionais, com o intuito de fortalecer o jornalismo feminista e fomentar diálogos entre os países²⁸.

A partir do pensar-fazer de mulheres jornalistas que constroem o jornalismo feminista, esta pesquisa contribui para os estudos de jornalismo e para a Teoria Feminista. O trabalho reforça que o jornalismo não está apartado do gênero e de outros marcadores da diferença, que estão interligados às relações de poder na sociedade. A escolha desse tema se justifica tanto por sua relevância social e teórica, quanto pela defesa de uma pesquisa politicamente engajada, que contribui para a produção de conhecimento mais consciente e plural. Ademais, ao unir as experiências de profissionais da Argentina e do Brasil, a investigação identifica as diferenças e similaridades do jornalismo feminista nestes dois contextos, visando o fortalecimento mútuo desse jornalismo em ambos os países.

A estrutura desta pesquisa foi organizada para integrar teoria, metodologia e o pensar-fazer das mulheres jornalistas argentinas e brasileiras, de modo a possibilitar o alcance do objetivo geral e dos objetivos específicos.

O primeiro capítulo aprofunda as discussões sobre as interconexões entre gênero, epistemologia e jornalismo. Em um primeiro momento, a pretensa neutralidade da prática jornalística é desmontada, evidenciando como a objetividade tradicional é, na verdade, uma manifestação da subjetividade dos grupos dominantes. Em seguida, com base nas epistemologias feministas (Haraway, 1995; Harding, 2002; Sardenberg, 2002) e no conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 2002, Akotirene, 2022), é apresentada a noção de jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015, 2019, 2022) como uma abordagem ética e política. Essa

²⁸ A formulação da segunda parte das perguntas-problema e deste objetivo específico dialoga com o conceito “sinergia”, recorrentemente evocado pelas jornalistas argentinas entrevistadas para falar sobre o jornalismo feminista. Sinergia refere-se a “ação ou esforço simultâneos; cooperação, coesão; trabalho ou operação associados” (Houaiss; Villar, 2009, p. 1749). Cf. HOUAISS, Antônio; Villar, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

perspectiva valoriza o posicionamento e a experiência das/dos jornalistas, buscando produzir narrativas mais plurais e representativas.

No segundo capítulo é apresentada a metodologia que adota uma abordagem qualitativa e descritiva. O *corpus* é composto por 15 participantes – nove argentinas (cinco jornalistas e três pesquisadoras) e seis brasileiras (cinco jornalistas e uma pesquisadora) – selecionadas de forma intencional para contemplar a diversidade de perfis. A técnica de coleta de informações foi a entrevista semiaberta (Duarte, 2005), realizada presencialmente com as argentinas e remotamente com as brasileiras. Todas as conversas foram gravadas e transcritas na íntegra. A análise dos dados foi conduzida por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), que inclui o tema como unidade de registro e os parágrafos como unidade de contexto.

No terceiro capítulo, a análise das entrevistas com as jornalistas argentinas revela três categorias que expressam o pensar-fazer das participantes. A primeira, **Militância feminista como parte da identidade profissional**, evidencia como as interlocutoras adotam uma postura militante que se manifesta por meio de ações como *poner el cuerpo* e *ponerse las gafas violetas*, conectando sua identidade pessoal com o trabalho que realizam. A segunda categoria, **A desconstrução dos cânones jornalísticos**, apresenta a crítica dessas profissionais aos ideais de objetividade e neutralidade, argumentando que o jornalismo hegemônico é, na verdade, uma manifestação da subjetividade de grupos dominantes. Por fim, a categoria **A prática jornalística reflexiva** aprofunda-se nas escolhas conscientes das jornalistas feministas, com o uso de uma linguagem inclusiva e a valorização de fontes historicamente silenciadas.

No quarto capítulo, a análise das entrevistas com as jornalistas brasileiras se concentra em três categorias. **O pessoal se transforma em profissional** explora como as experiências de vida das entrevistadas, marcadas por indignação e desconforto, se tornam o impulso para a prática jornalística engajada. A segunda categoria, **A mirada posicionada em ação**, revela como as profissionais redefinem os cânones tradicionais do jornalismo, empregando a interseccionalidade para construir narrativas mais complexas. A última categoria, **O sentido da perenidade**, discute a importância da colaboração, da ética feminista e do esforço para manter viva a memória do jornalismo feminista, garantindo sua continuidade para as futuras gerações.

No quinto e último capítulo, a análise dos resultados explora o pensar-fazer do jornalismo feminista na Argentina e no Brasil. O estudo evidencia singularidades contextuais, como a centralidade da militância argentina e o uso da experiência pessoal como motor profissional no Brasil. A tese revela que o jornalismo feminista se estrutura sobre três eixos: a

construção de redes colaborativas, a revisão crítica dos cânones jornalísticos e a adoção de um posicionamento situado.

Para concluir, é fundamental ressaltar que esta não é uma pesquisa imparcial e neutra. Pelo contrário, ela se constrói a partir de um posicionamento epistemológico, assumindo o compromisso ético e político de contribuir para uma ciência e um jornalismo mais plurais. Ao longo do trabalho, amparo-me em autoras que admiro e cujas trajetórias e produções defendem a importância crítica, situada e comprometida.

1 Tecer a trama: costuras entre gênero, epistemologia e jornalismo

Pero es que los periodistas pensamos que el periodismo es solo uno y no tiene género, y resulta que nuestra objetividad es masculina.
(Rincón, 2010, p. 09)

No prólogo da obra *Las palabras tienen sexo II* das jornalistas Sandra Chaher e Sonia Santoro (2010), o pesquisador Omar Rincón propõe uma reflexão que antecipa os tensionamentos entre o saber e o fazer no âmbito do jornalismo feminista e com perspectiva de gênero. Por meio de uma escrita autorreflexiva, mas também entrelaçada ao eu/nós mulheres, o autor destaca a complexidade de incorporar na prática uma abordagem jornalística crítica e transformadora. Em sua percepção, trata-se de um sintoma do nosso tempo: embora as pessoas reconheçam esse referencial, adotam uma postura confortável (e, por que não, conveniente?), permanecendo ancoradas nas lógicas tradicionais da produção noticiosa.

Brincando com os pronomes pessoais em espanhol, o autor constrói uma narrativa que parte de um *yo* (eu) – homem, colombiano, jornalista, criado por mulheres – e se desloca em direção a um *tú* (tu), referente à autora Patricia Anzola, que já nos anos 1980 afirmava que “a notícia não tem sexo, mas o tratamento sim tem gênero”²⁹. A reflexão de Anzola encontra eco e um avanço na publicação de Chaher e Santoro (2010) que propõe que “as palavras têm sexo e o jornalismo tem gênero [...]”³⁰. Formulação que amplia o debate, evidenciando que a questão de gênero atravessa também o universo simbólico do jornalismo.

O percurso Rincón (2010) segue pelo *ella* (ela), uma apreciação do aprendizado e das inquietações provocadas pela leitura das autoras da coletânea, até alcançar o *nosotras* (nós), que expressa uma polifonia de vozes feministas que reivindicam presença nas narrativas midiáticas. Em seguida, mobiliza o *vosotras* (vós), enfatizando a importância da continuidade das lutas feministas entre as gerações mais jovens, especialmente por meio do uso das redes sociais digitais na difusão de suas pautas. Por fim, evoca o *ellas* (elas), ressaltando as transformações sociais impulsionadas pelas mulheres e apontando a possibilidade de outros jornalisismos guiados por uma mirada feminina (Rincón, 2010).

A adoção dos pronomes por Rincón (2010), a meu ver, não se limita a um recurso estilístico, ela opera diferentes estratégias discursivas. Uma delas é a própria escolha dos pronomes femininos ao inscrever na linguagem uma subjetividade politicamente situada que

²⁹ Tradução própria. Do original: “*La noticia no tiene sexo pero el tratamiento si tiene género*” (Anzola, citada por Rincón, 2010, p. 08).

³⁰ Tradução própria. Do original: “*Las palabras tienen sexo y el periodismo tiene género*” [...].

articula a experiência das jornalistas e comunicadoras tanto na dimensão individual quanto coletiva. A outra, que em certa medida a complementa, evidencia deslocamentos no jornalismo que neste capítulo serão lidos sob as lentes do conceito de gênero, das epistemologias feministas e dos pressupostos jornalísticos hegemônicos e masculinos.

1.1 A categoria gênero acionada pelas feministas

Conteúdos marcados por valores culturais de gênero são recorrentes no jornalismo. Isso ocorre porque instituições sociais como a escola, o Estado, a família, a igreja e, entre elas, o jornalismo, atuam como produtoras de gênero³¹ (Louro, 1997) fomentando, a título de exemplo, os estereótipos de gênero e a invisibilização de grupos minorizados. Conforme sustentam as pesquisadoras Marcia Veiga da Silva e Beatriz Marocco (2019, p. 208), “em consonância com a cultura da sociedade da qual é parte, o jornalismo possui uma cultura profissional que compartilha das convenções de gênero que delegam ao feminino um lugar inferior, de menor poder e prestígio”. É precisamente sob essa perspectiva que o debate sobre gênero se torna pertinente: não apenas enquanto uma ferramenta política, analítica e relacional, mas na qualidade de um regime de poder que atravessa saberes e práticas das e dos jornalistas.

Discutir o conceito de gênero não é uma tarefa simples. Uma ilustração das tensões que o atravessam é explorada analiticamente por Donna Haraway (2004) no artigo “*Gênero*” para um dicionário marxista, no qual a bióloga e filósofa feminista relata os impasses enfrentados na elaboração de um verbete sobre o “sistema sexo/gênero” para uma edição marxista alemã. A autora, em seus registros, evidencia algumas dificuldades, entre elas: os desafios linguísticos e contextuais relacionados ao uso de sexo/gênero, uma vez que a publicação seria traduzida para outros idiomas; os marcadores culturais e sociais que permeiam sua fala e escrita; a articulação com as produções de Marx e Engels; e as diferentes categorias que se interligam politicamente ao gênero.

Além dos desafios citados, Haraway (2004) deveria redigir o verbete em cinco páginas o que, diante da complexidade conceitual envolvida, acabou se desdobrando em um conteúdo mais extenso. Tal “excesso”, por sua vez, resultou em uma composição teórica elaborada que inclui, entre outras contribuições, um percurso histórico acerca da formulação do conceito. A

³¹ Não se trata apenas do gênero, para Louro (1997, p. 88, grifo da autora): “Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também os constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou *engendradas*) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. De certo modo poderíamos dizer que essas instituições *têm* gênero, classe, raça”.

filósofa explica que foi o psicanalista Robert Stoller quem introduziu o termo “identidade de gênero” ao apresentá-lo no *Congresso Internacional de Psicanálise* em 1963, em Estocolmo, Suécia. Para Stoller, sexo e gênero se articulam em uma dinâmica na qual o primeiro remete à dimensão biológica, e o segundo, à esfera cultural.

Ou seja, esse psicanalista, acompanhando uma reflexão científica mais ampla, entendia que quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são *culturais*, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social (Piscitelli, 2009, p. 123, grifo da autora).

Embora Stoller tenha desempenhado um papel essencial para o conceito de gênero, é imperativo lembrar o vanguardismo da filósofa Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, publicado no final da década de 1940, ao proferir a célebre frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma como a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (Beauvoir, 2016, p. 11). Na análise da socióloga Heleieth Saffioti (1999), apesar de Beauvoir não adotar a palavra “gênero”, sua obra antecipa alguns fundamentos que sustentam o conceito: a construção social molda o que é ser mulher, e não o fator biológico. Ao longo da obra, Beauvoir (2016) contesta a posição ocupada pela mulher e as condições que a definem em relação ao homem. Contudo, seu ponto de vista estava ancorado na ideia de “mulher” (e não “mulheres”) enquanto sujeita unívoca, desconsiderando a pluralidade das experiências femininas.

Como conta a antropóloga Adriana Piscitelli (2002, 2009), as formulações de gênero adentraram a academia a partir do final da década de 1960 e do começo de 1970 por intermédio das lutas emancipatórias do movimento feminista e de suas integrantes. A princípio, sem mobilizar a categoria de gênero, as pensadoras ocidentais compartilhavam um aspecto central em suas elaborações: a subordinação feminina. Elas defendiam que essa subalternização era universal, permeando todas as mulheres e estava presente em distintos locais, épocas e contextos histórico-sociais (Piscitelli, 2002, 2009). Em termos políticos, “[...] essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a idéia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado” (Piscitelli, 2002, p. 09).

Diversas vertentes do pensamento feminista, em especial as empreendidas por mulheres dos Estados Unidos e da Inglaterra (Piscitelli, 2012), buscaram alternativas a essa subordinação, recorrendo a aportes teóricos e ao questionamento das causas desse quadro. Em meio a essas

ações, as feministas estabeleceram a categoria teórica “mulher”, compreendida na qualidade de uma identidade comum. Piscitelli (2002, p. 12) destaca que “o reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na idéia de que o que une as mulheres ultrapassa em muitas as diferenças entre elas. Dessa maneira, a ‘identidade’ entre as mulheres tornava-se primária”. Em oposição a essa noção de identidade, as mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras denunciaram que havia diferenças dentro da própria diferença (Pedro, 2005). Ou seja, o argumento principal é que “[...] não existe a ‘mulher’ universal, nem existe ‘a experiência da mulher’”. O masculino e o feminino são sempre categorias produzidas e aplicadas dentro de uma classe, raça e cultura específicas [...]”³² (Harding, 2002, p. 22).

Se é verdade que muitas mulheres são vítimas da tirania sexista, há poucos indícios de que isso crie um “elo comum entre todas as mulheres”. Há muito mais evidências corroborando o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças – raramente superadas – em termos de qualidade de vida, *status* social e estilo de vida, e que isso impera sobre todas as experiências comuns partilhadas pelas mulheres (hooks, 2019, n.p.).

Conforme adverte Audre Lorde (2019a), escritora e poeta, a ênfase unicamente na distinção entre homens e mulheres é um mecanismo de controle que impede o reconhecimento de outras formas de desigualdades. Essa abordagem também incorre no problema do determinismo biológico, uma vez que “o corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem a opressão sexual e desigualdade” (Piscitelli, 2002, p. 12). Essa visão reducionista, ao limitar a discussão ao corpo biológico, negligencia o fato de que os modos de ser mulher e homem são moldados por processos socioculturais. Além disso, ignora a existência de outras experiências de ser mulher, atravessadas por marcadores sociais como território, etnia, classe, sexualidade, idade, entre outros.

Ainda assim, a ideia de coletividade entre as mulheres representava, à época, um avanço ao colocar em foco a vida cotidiana das sujeitas – o ambiente privado, as relações, as vivências. A opressão vivida por elas, então, não era apenas individual, mas estava inscrita em dinâmicas sociais mais amplas (Piscitelli, 2002, 2009; Louro, 1997). A historiadora Joana Maria Pedro (2005) complementa que, ao empregarem a máxima “o privado é político”, as feministas indicavam a importância de que vida cotidiana ingressasse na esfera pública. “Política, então,

³² Tradução própria. Do original: “[...] no existe ‘la mujer’ universal, como tampoco ‘la experiencia de la mujer’. Lo masculino y lo femenino son siempre categorías que se producen y aplican dentro de una clase, una raza y una cultura particulares [...]”.

seria qualquer relação de poder mesmo fora da esfera pública, da ação direta do Estado ou da organização capitalista da sociedade” (Bairros, 1995, p. 460).

Diante das limitações dos conceitos como “patriarcado” e “mulher”, as pensadoras feministas ocidentais procuraram novos caminhos conceituais para contrapor os paradigmas existentes. Foi com o ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo* da antropóloga Gayle Rubin³³, escrito durante sua pós-graduação em 1975, que a categoria de gênero emergiu nos debates feministas (Saffioti, 1999; Haraway, 2004; Piscitelli, 2002, 2009).

Haraway (2004) elucida que Rubin, ao se apropriar das perspectivas marxista e freudiana, pelas lentes de Jacques Lacan e Claude Lévi-Strauss, desenvolveu a noção de “sistema sexo/gênero”. Rubin defendia que as mulheres eram tratadas como elemento base nos sistemas de parentesco; quer dizer, a sexualidade biológica era moldada socialmente, classificando-as na qualidade de fêmeas e subordinando-as a um regime de trocas entre homens, mediado pelo casamento. A opressão perpetuada pelas trocas era reforçada por meios como a divisão sexual do trabalho e a formação do desejo, que atuavam na imposição da heterossexualidade (Haraway, 2004).

A partir da influência do trabalho de Rubin, diversas intelectuais feministas passaram a articular novos entendimentos acerca da categoria de gênero, reformulando-a conforme seus respectivos campos disciplinares. Contudo, não faltaram críticas à antropóloga, especialmente por parte das pensadoras negras estadunidenses, que argumentavam que seu olhar estava centrado na mulher branca (Piscitelli, 2002, 2009). Em seu trabalho, Haraway (2004, p. 240) retoma as contestações de estudiosas como Hazel Carby (1987)³⁴ e questiona: “[...] o que acontece com a idéia de gênero se grupos inteiros de mulheres e de homens são alocados fora da instituição do parentesco, mas em relação aos sistemas de parentesco de outro grupo, o grupo dominante?”.

Em sintonia com problemáticas levantadas por Haraway, Lorde (2019b, p. 137) afirmou, com assertividade, na *Second Sex Conference*, em 1979, que “é uma arrogância da academia, em particular, assumir qualquer discussão sobre a teoria feminista sem examinar nossas muitas diferenças, e sem uma contribuição significativa de mulheres pobres, mulheres negras e do Terceiro Mundo, e lésbicas”. Essa perspectiva, compartilhada por outras teóricas dos feminismos, evidencia que as estruturas de poder não operam unicamente sobre o gênero, mas

³³ Cf. RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

³⁴ Cf. CARBY, Hazel. **Reconstructing Womanhood**: the emergence of the Afro-American Woman Novelist. New York: Oxford University Press, 1987.

se manifestam por meio de simultâneos eixos de subordinação. Desenvolvida no âmbito da teoria social crítica e posteriormente nomeada como “interseccionalidade” pela advogada Kimberlé Crenshaw, em 1989, essa abordagem ressalta a necessidade de apreender a subalternização feminina pela articulação entre distintas formas de desigualdade³⁵ (Akotirene, 2022; Collins, 2022). Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

É fundamental destacar que, no Brasil, pensadoras negras como Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Maria Beatriz do Nascimento, entre outras, já elaboravam compreensões complexas sobre as dinâmicas que atravessam a vida das mulheres (Vigoya, 2021). Seguindo essa mesma linha, Lélia Gonzalez (2020), em um artigo originalmente escrito em 1988, enfatiza, tal qual as autoras aqui discutidas, os avanços das feministas na análise das bases da opressão feminina, sobretudo por questionar o patriarcado e politizar a esfera da vida privada. De maneira precursora, Gonzalez (2020) já evidenciava em suas investigações, ainda que sem adotar o termo “interseccionalidade”, a articulação entre raça, classe, sexo e poder na conformação das desigualdades.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (Crenshaw, 2002, p. 173).

Nesses termos, a interconexão das subordinações não implica uma relação hierárquica entre elas, pelo contrário. Uma metáfora que auxilia para esse entendimento é a das “avenidas identitárias”, apresentada por Carla Akotirene (2022). A pesquisadora explica que as mulheres

³⁵ “É importante reconhecer que o quadro de referência teórico da interseccionalidade foi inicialmente concebido por mulheres negras, latinas, pobres, e por membros de grupos igualmente subordinados” (Collins, 2021, p. 288). Cf. COLLINS, Patricia Hill. Entrevista com Patricia Hill Collins. [Entrevista concedida a] Nadya Araújo Guimarães (coord.). **Tempo Social**, v. 33, n. 1, p. 287-323, jan./abr. 2021.

negras estão posicionadas em diferentes vias de subordinação, que se cruzam e se sobrepõem, impactando diretamente suas vidas. Para ilustrar essa colisão, Lorde (2019c, n.p.) relata: “Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica”. E complementa: “Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. Não existe hierarquia de opressão”.

A historiadora Joan Scott (1995) também leva em conta os avanços promovidos pelas teóricas do patriarcado em relação às desigualdades entre homens e mulheres; todavia, tece críticas às suas abordagens, convergindo com o pensamento das feministas negras e de outras sujeitas. Entre as contestações, sobressai a ênfase excessiva dada à centralidade do gênero na organização social, que suprime a existência de outros sistemas de opressão. Ademais, essas intelectuais tomavam a diferença biológica entre homens e mulheres como base para a dominação masculina, o que leva a percebê-la enquanto imutável e universal. Para Scott, tais formulações são controversas ao preterir a construção social e cultural do gênero, em favor de uma concepção fixa de corpo (Scott, 1995).

Nesse caminho de novas perspectivas para se pensar a categoria de gênero, foi na metade da década de 1980 que Scott contribuiu consideravelmente para essa discussão, ao escrever o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (Louro, 1997). De acordo com Scott (1995, p. 75), gênero “[...] é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”, sendo definido não como um dado biológico, mas na qualidade de construções sociais que incidem sobre corpos sexuais e definem o que é entendido por homem e mulher. Segundo a autora, além dessa abordagem relacional, gênero é também “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Pedro (2005) acrescenta que:

Num artigo publicado em 1988, nos Estados Unidos, Joan Scott explicava como chegou a esta categoria. Informava, então, que “gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais”, e este saber, dizia ela, era pensado no sentido que lhe dava Michel Foucault, isto é, sempre relativo; seus usos e significados “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas” (Pedro, 2005, p. 86).

A segunda proposição de Scott (1995) é particularmente profícua para esta pesquisa, na medida em que enfatiza como o poder está intrinsecamente imbricado nas relações de gênero, estruturando e hierarquizando os distintos aspectos da vida social. Não por acaso, a historiadora

indaga: “Como as instituições sociais incorporam o gênero nos seus pressupostos e nas suas organizações?” (Scott, 1995, p. 93). Diante da complexa trama entre gênero e outros marcadores da diferença, poder e instituições sociais, as epistemologias feministas constituem uma lente teórica essencial. Ao problematizar o caráter androcêntrico da produção do conhecimento³⁶ e reconhecer os saberes situados (Haraway, 1995), esse campo de saber desafia a noção tradicional de objetividade, ao explicitar que o gênero e outros marcadores sociais moldam as maneiras de perceber o mundo – inclusive no âmbito do jornalismo.

1.2 O saber feminista situado

A física e bióloga Evelyn Fox Keller (2001, p. 149) recorda em um de seus escritos que em determinado momento de sua trajetória acadêmica “acreditava de todo o coração nas leis da física e no lugar que elas ocupam no ápice do conhecimento”³⁷. Entretanto, uma guinada em sua compreensão do saber ocorreu na década de 1970, levando-a a questionar se a própria estrutura da ciência – desde sua concepção e prática, à construção do conhecimento – não estaria profundamente enraizada em valores e visões culturalmente associadas ao masculino (Keller, 2001). Essa mesma inquietação impulsionava um movimento mais amplo que se delineava no cenário das teorias feministas, no qual diversas pensadoras ocidentais³⁸ se dedicavam tanto ao estudo histórico das mulheres na ciência (Schiebinger, 2001)³⁹ quanto à reflexão epistemológica.

Anos antes, contudo, já se vislumbrava uma crítica à neutralidade da ciência. Nesse contexto, em 1936, Virginia Woolf, com sua escrita incisiva, contestava as bases do que antes – e ainda hoje – se considera por saber objetivo e desprovido de gênero. Em suas palavras, citadas pela pesquisadora Hilary Rose (1986, p. 180), “a ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai e também está infectada”⁴⁰. Essa percepção de Woolf já apontava para uma questão fundamentalmente epistemológica: como se constrói e valida o

³⁶ “O androcentrismo é uma forma de ver e organizar o mundo e as relações sociais centrada no ponto de vista masculino hegemônico. Isto quer dizer que ele considera tacitamente os homens como sujeitos de referência para toda a humanidade” (Maffia; Tomé, 2021, p. 219). Tradução própria. Do original: “*El androcentrismo es una forma de ver y organizar el mundo y las relaciones sociales centrada en el punto de vista masculino hegemónico. Esto quiere decir que considera de modo tácito a los varones como sujetos de referencia de toda la humanidad*”.

³⁷ Tradução própria. Do original: “*Creía con todo mi corazón en las leyes de la física, y en lugar que éstas ocupan en la cúspide del conocimiento*”.

³⁸ Segundo Graf (2001), as epistemologias feministas não emergiram de um único campo de estudos. Elas são resultado das contribuições de pesquisadoras das mais diversas áreas do conhecimento, como as ciências sociais, as ciências naturais e as humanidades.

³⁹ Esta pesquisa não se propõe a traçar um percurso histórico das mulheres na ciência. Para saber mais sobre o assunto, consulte Londa Schiebinger (2001).

⁴⁰ Tradução própria. Do original: “*Science, it seems, is not sexless; she is a man, a father and infected too*”.

saber científico. Assim, pois, a definição da filósofa Sandra Harding (2002, p. 13), de que “uma epistemologia é uma teoria do conhecimento”⁴¹, realça a importância de entender como as relações de gênero e outros eixos de desigualdade social moldam não apenas a produção e quem produz, mas a legitimação do saber da ciência moderna.

Como contextualiza a professora Mirian Santos Paiva (1997), o padrão positivista-empirista, fundamentado na experiência e em evidências observáveis, exerceu forte influência sobre a formulação do conhecimento ao longo do século XX. Esse paradigma parte da premissa de que existe uma realidade objetiva e de que os processos metodológicos devem ser neutros; isto é, isentos de valores pessoais, culturais, históricos e políticos. Nesse sentido, conforme explicitam as pesquisadoras Andrea Melamed e Victoria Colazo (2024, p. 85), “[...] o conhecimento científico foi concebido desde suas origens como neutral, racional, universal de modo inerente e imprescindível, para garantir a autonomia epistêmica”⁴².

Todavia, essa suposta neutralidade foi, com efeito, um mecanismo de imposição do pensamento hegemônico. Como aponta Gonzalez (1988), desde a metade do século XIX, o racismo se tornou uma “ciência” que defendia a superioridade dos europeus brancos. A autora sustenta que o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que associa a razão à superioridade branca e a emoção à inferioridade negra, o que historicamente naturalizou a exploração dos povos negros africanos. Isso ocorreu à medida “[...] em que se estruturava o *modelo ariano* de explicação [...] que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental” (Gonzalez, 1988, p. 71, grifo da autora).

Essa imposição também se manifesta ao desvincular o saber da dimensão corpórea. As autoras e o autor Danila Tomé, Lucía Federico e Leandro Giri (2024, p. 27) argumentam que “a ideia do pensamento científico se opunha explicitamente a um saber que tivesse a ver com as marcas da corporalidade e, no entanto, transferia essas marcas de forma velada para suas metáforas constitutivas. O saber era mental”⁴³. Com isso, o conhecimento, pretensamente distante do corpo, foi contraditoriamente vinculado a atributos socialmente associados ao masculino, como a racionalidade e objetividade, expondo as implicações do gênero presentes na formação do saber.

⁴¹ Tradução própria. Do original: “*Una epistemología es una teoría del conocimiento*”.

⁴² Tradução própria. Do original: “[...] *el conocimiento científico fue concebido desde sus orígenes como neutral, racional, universal de modo inherente e imprescindible, para garantizar la autonomía epistémica*”.

⁴³ Tradução própria. Do original: “*La idea del pensamiento científico se oponía explícitamente a un saber que tuviera algo que ver con las marcas de la corporalidad y, no obstante, trasladaba estas marcas de modo solapado a sus metáforas constitutivas. El saber era mental*”.

Tal relação decorre da estruturação das teorias tradicionais com base na centralidade do sujeito masculino. Historicamente, a racionalidade foi predominantemente elaborada e legitimada por homens, na condição de autoridades epistêmicas, os quais ocupavam o lugar de referência na análise das experiências humanas (Harding, 1993). Contudo, esses sujeitos não correspondiam a qualquer homem: tratava-se daqueles enquadrados no “[...] conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles [e aquelas] que escampam deste modelo de referência” (Rago, 1998, p. 25). Como consequência, foram elaborados valores, noções e teorias que invisibilizavam, marginalizavam, distorciam e estereotipavam as experiências de outros grupos sociais.

Nessas circunstâncias, onde há uma atribuição diferenciada da razão e da emoção, é fácil ver a função ideológica do mito do investigador imparcial. Funciona, obviamente, para favorecer a autoridade epistêmica dos grupos correntemente dominantes, amplamente compostos de homens brancos, e para desmerecer as observações e reivindicações dos grupos comumente subordinados, incluindo, naturalmente, aquelas de muitas pessoas de cor e de mulheres (Jaggar, 1997, p. 172).

Segundo Paiva (1997), a partir da emergência dos movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970, entre os quais se destaca o feminista, surgiram novos paradigmas para reorientar a interpretação da realidade. Como visto anteriormente, as integrantes do movimento feminista, a princípio, voltaram-se à análise das raízes e dos desdobramentos da subordinação feminina. O reconhecimento de que a subalternização igualmente permeava a ciência contribuiu para o entendimento de que “as escolhas epistemológicas referentes a quem se deve confiar, em que acreditar e por que algo é verdadeiro não são questões acadêmicas inocentes. Essas preocupações, ao contrário, dizem respeito a uma questão fundamental: a das versões da verdade que acabam por prevalecer” (Collins, 2019, n.p.).

De fato, as teóricas feministas reivindicaram a ampliação do âmbito científico para que as experiências vividas pelas mulheres e suas dimensões, até então negligenciadas ou representadas de maneira enviesada, fossem investigadas corretamente (Sardenberg, 2002). Harding (1993) explica que as pensadoras femininas inicialmente buscaram reformular e ampliar as categorias das teorias existentes. Elas presumiam que “se a natureza e as atividades das mulheres são tão sociais quanto as dos homens, nossos discursos teóricos deveriam ser capazes de revelar nossas vidas com tanta clareza e detalhe quanto supomos que as abordagens tradicionais revelem (sic) as vidas dos homens” (Harding, 1993, p. 7).

Essa empreitada, entretanto, mostrou-se mais complexa do que o esperado: os distintos modelos teóricos acionados para examinar as atividades e interações das mulheres, incluindo as relações de gênero, mostraram-se insuficientes e/ou mesmo incoerentes com suas próprias proposições (Harding, 1993; Gross, 1995).

O projeto de inclusão igualitária das mulheres significava que apenas se poderia analisar *a igualdad das mulheres com os homens*, apenas a *humanidade* das mulheres e não sua *especificidade como mulheres*. Por outro lado, embora agora as mulheres pudessem ser incluídas como objeto de especulação teórica, não se questionava sua posição como sujeitos ou produtoras de conhecimento. Em outras palavras, ao adotar o papel de sujeitos (masculinos) de conhecimento, as mulheres começaram a assumir papel de homens vicários (Gross, 1995, p. 87, tradução própria, grifo da autora)⁴⁴.

Neste percurso, o olhar analítico das intelectuais feministas às dimensões sociais do conhecimento levou-as a denunciar e contestar não apenas o suposto caráter objetivo e neutro da ciência, mas toda sua estrutura predominantemente masculina – ou seja, androcêntrica –, sexista e racista⁴⁵. Nesse contexto, o poder exercido por esses sujeitos sobre a produção da verdade se exemplifica nos valores incorporados às investigações, nos fenômenos considerados relevantes, nas perguntas feitas, nas justificativas apresentadas, entre outros. Diante desse quadro, as epistemologias feministas⁴⁶ emergem como uma proposta crítica à ciência, voltadas tanto à desconstrução dos pressupostos do saber tradicional quanto à proposição de formas alternativas de conhecimento e de práticas mais inclusivas, comprometidas com pautas políticas e socioculturais.

⁴⁴ Tradução própria. Do original: “*El proyecto de la inclusión equitativa de las mujeres significaba que sólo podría analizarse la igualdad con los hombres de las mujeres, sólo la humanidad de las mujeres y no su especificidad como mujeres. Por otra parte, mientras que ahora se podía incluir a las mujeres como objetos de especulación teórica, no se planteaba su posición como sujetos o productoras de conocimiento. En otras palabras, al adoptar el papel de sujetos (masculinos) de conocimiento, las mujeres empezaron a asumir el papel de hombres vicarios*”.

⁴⁵ Inicialmente, as críticas ao conhecimento androcêntrico foram predominantemente formuladas por feministas brancas. Contudo, posteriormente, outras subjetividades femininas ressaltaram a importância de elaborar epistemologias mais complexas que contemplassem diferentes marcadores da diferença.

⁴⁶ De acordo com Graf (2012, p. 29), “[...] considera-se que existem três principais abordagens teóricas que nos últimos anos vêm atenuando as diferenças que as caracterizam: a teoria do ponto de vista feminista, que identifica uma situação social particular como epistemologicamente privilegiada; o pós-modernismo feminista, que rejeita esse privilégio epistêmico e, em vez disso, enfatiza a contingência e a instabilidade da identidade social de quem conhece; e o empirismo feminista, que detecta quando o posicionamento gera erro e constitui uma fonte prejudicial para o avanço do conhecimento, a fim de corrigir esses preconceitos”. Para saber mais sobre o assunto, consulte: HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986. Tradução própria. Do original: “[...] se considera que existen tres principales aproximaciones teóricas que en los últimos años han ido atenuando las diferencias que las caracterizaban: la teoría del punto de vista feminista que indica una situación social particular como epistemológicamente privilegiada; el posmodernismo feminista que rechaza ese privilegio epistémico y enfatiza en cambio la contingencia y la inestabilidad de la identidad social de quien conoce, y el empirismo feminista que detecta cuando el posicionamiento genera error y constituye una fuente dañina para el avance del conocimiento, con el fin de corregir esos prejuicios”.

Em entrevista concedida às pesquisadoras Juliana Gobbi Betti, Debora Cristina Lopez e Ana Veloso, a historiadora Margareth Rago (2024, p. 230) argumenta que pôr em xeque o “modo de pensar binário” foi uma das contribuições mais cruciais do feminismo. Essa ruptura é central para as epistemologias feministas, que problematizam as dicotomias estabelecidas na constituição do saber e na interpretação da realidade. Para aprofundar esse entendimento, a psicóloga Norma Blazquez Graf (2012, p. 24) explica que “a lógica dicotômica é o processo pelo qual um fenômeno ganha significado ao se opor a outro em uma construção na qual eles são representados como mutuamente exclusivos e exaustivos [...]”⁴⁷.

A filósofa Diana Maffía (2016) explora amplamente a exaustividade e exclusão dos pares antagônicos culturais. Em suas análises, a dimensão exaustiva desse sistema dicotômico (como público/privado, mente/corpo, independente/dependente, cultura/natureza) se dá pela ausência de outras possibilidades fora dos polos estabelecidos, o que denota que não há uma terceira opção. Já o caráter excludente dessas categorias implica uma separação: ou se está de um lado, ou de outro. Para ilustrar, algo classificado como pertencente ao domínio público (como o trabalho fora de casa, a política, a liderança) não admite associação com o privado (como o cuidado com a casa, a família, as emoções). Corroborando essa ideia, Graf (2012) afirma que essa divisão em dois polos não é uma maneira neutra de classificar as coisas. Trata-se, em essência, de um mecanismo que contribui para criar e manter relações sociais baseadas no poder.

A esse respeito, a antropóloga Cecilia Sardenberg (2002) reforça que a ciência moderna – desde suas origens, marcadas pelas influências do pensamento cartesiano e iluminista – estruturou-se com base nessa razão dualista. Conforme a autora, esses pares não são neutros em relação ao gênero, pelo contrário, são elaborados a partir de estereótipos e refletem as relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Sob a ótica social e cultural, a masculinidade é comumente atrelada ao primeiro elemento desses pares, ao passo que a feminilidade é atribuída ao segundo. Tal divisão resulta, por sua vez, em uma hierarquia, com a valorização de um dos polos em detrimento do outro (Maffía, 2016; Sánchez, 1991). De fato, “um dos termos deste par, invariavelmente o ‘masculino’, tem valor epistêmico; o outro não”⁴⁸ (Maffía, 2005, p. 515).

⁴⁷ Tradução própria. Do original: “*La lógica dicotômica es el proceso por el que se le da sentido a un fenómeno mediante la oposición a otro en una construcción en la que se representan como mutuamente excluyentes y exhaustivos [...]*”.

⁴⁸ Tradução própria. Do original: “*Uno de los términos de este par, invariablemente el «masculino», tiene valor epistémico; el otro no*”.

Um dos aportes da crítica feminista para desconstruir os dualismos científicos reside na discussão da dicotomia razão/emoção. Como apresentado por Paiva (1997) e Melamed e Colazo (2024), a racionalidade tornou-se um dos principais alicerces do paradigma moderno. Ao longo da história ocidental – de Platão e Aristóteles ao Iluminismo, passando pelo Empirismo e pelo Positivismo (Jaggar, 1997; Tomé, 2016) –, “as emoções foram colocadas no lado oposto do conhecimento científico, como irracionais, ou como algo que deve ser eliminado para que não interfira, contamine ou produza ‘vieses’ inapropriados”⁴⁹ (Dauder, Trejo, 2021, p. 23). Essa problemática também está ancorada na vinculação da razão ao masculino, com sua inerente carga dominante, e da emoção ao feminino, o que se alia à concepção de uma oposição exaustiva e excludente.

Como observa a filósofa Alison Jaggar (1997), a dicotomia entre razão e emoção está ligada a outros dualismos hierárquicos. Além disso, essa articulação revela uma base do saber vigente, delineada na separação entre mente e corpo – distinção que sustenta a noção de uma ciência pretensamente desencarnada, apartada de quem a produz e distante de seu objeto de estudo. As consequências desse modelo de pensamento impactam diferentes esferas, como: a capacidade de entender o mundo; a perpetuação de hierarquias de gênero e opressões interseccionais; a invisibilização de perspectivas distintas; a desumanização da pessoa que pesquisa; a objetificação do saber; entre outras.

O pensamento feminista contemporâneo defende que o caráter emocional não é um empecilho ao saber. As emoções são, na verdade, forças potentes de transformação e reforçam o compromisso político-ético-científico dos feminismos (Jaggar, 1997; Tomé, 2016; Dauder; Trejo, 2021). O que está posto é que as emoções não são reações humanas instintivas e individuais; elas são moldadas a partir de experiências, culturas, costumes e relações de poder – ou seja, “as emoções são socialmente construídas” (Jaggar, 1997, p. 163). Desse modo, as feministas afirmam o valor epistêmico das emoções e sua pertinência na produção do conhecimento, compreendendo-as como ferramentas que impulsionam os processos de investigação – da formulação à análise – e que estão presentes na vida de pesquisadoras e pesquisadores (Dauder; Trejo, 2021).

A concepção de “emoções proscritas” proposta por Jaggar (1997) enriquece ainda mais este debate. Para a autora, “as emoções proscritas se distinguem por sua incompatibilidade com

⁴⁹ Tradução própria. Do original: “*Las emociones han sido colocadas en el lado opuesto del conocimiento científico, en lo irracional, o en aquello que debe ser eliminado para que no interfiera, contamine o produzca ‘sesgos’ inapropiados*”.

as percepções e valores dominantes e algumas delas, embora certamente não todas, são potenciais ou realmente emoções feministas” (Jaggar, 1997, p. 174). Quer dizer, no contexto das teorias femininas, essas emoções podem contribuir para leituras não convencionais da realidade. Promovendo não apenas meios para desarticular os paradigmas da ciência moderna, mas igualmente o desenvolvimento de investigações que abordam temas pouco explorados ou marginalizados, sobretudo por envolver os grupos subalternizados.

Escolher um tema de pesquisa envolve diferentes emoções: ou porque “te toca” [te afeta] ou te apaixona, ou porque há motivos instrumentais ou intelectuais nisso. Estas emoções são importantes, pois a pesquisa pode durar anos na carreira de quem pesquisa e são a força motriz por trás de seu envolvimento. As emoções também podem ser o ponto de partida para a pesquisa. Por exemplo, a raiva ou a dor diante das injustiças podem ser a força motriz de uma investigação feminista, assim como a esperança (Dauder, Trejo, 2021, p. 30, tradução própria)⁵⁰.

Retomando a contestação da dicotomia entre razão e emoção, a hierarquia entre elas, às vezes, não é verdadeiramente superada, apenas invertida, atribuindo à emoção uma posição privilegiada ou em outros casos, negando a relevância da razão. Essas leituras, contudo, não refletem as posições feministas, que se sustentam na objeção aos dualismos, à hierarquização e à generificação desses pares. Logo, as pensadoras não renunciam à racionalidade mas consideram que emoção e razão juntas são um caminho para repensar, ampliar e melhorar o saber (Tomé, 2016; Melamed; Colazo, 2024). Nessa mesma direção, Jaggar (1997, p. 180) argumenta que “as emoções não são mais básicas que a observação, a razão ou a ação para construção da teoria; mas também não são menos importantes. Cada uma dessas faculdades reflete um aspecto do conhecimento humano, inseparável dos outros”.

O vínculo entre razão e emoção não se distancia de outro dualismo tradicional e valorizado na ciência moderna: objetividade/subjetividade. A objetividade, enquanto um dos pilares do saber moderno, é entendida como o ideal de que “[...] é possível descobrir os objetos e as relações presentes no mundo, fielmente, como um reflexo da realidade que se observa de nenhum lugar em particular e de nenhuma perspectiva parcial, mas de modo neutro e

⁵⁰ Tradução própria. Do original: “*Seleccionar un tema de investigación implica emociones diferentes: o bien porque ‘te toca’ o te apasiona, o bien porque hay motivos instrumentales o intelectuales en ello. Estas emociones son importantes, pues la investigación puede durar años en la carrera de quien investiga y son el motor de su implicación. Las emociones también pueden ser el punto de partida de una investigación. Por ejemplo, la ira o el dolor con las injusticias pueden ser el motor de una investigación feminista, también la esperanza*”.

desvinculado dos interesses humanos [...]”⁵¹ (Córdoba; Chorny, 2024, p. 69). Esse pressuposto implica noções de neutralidade, imparcialidade e descorporalização por parte de quem investiga. Ademais, a objetividade não se traduz apenas no “apagamento” do ser, mas se estende à metodologia e aos critérios empregados na produção do saber (Córdoba; Chorny, 2024).

Seria pertinente falar em objetividade científica se reconhecemos que as mulheres pesquisadoras são sujeitas socialmente situadas e permeadas por diferentes condicionantes? A própria escolha do objeto de estudo, as delimitações teóricas-conceituais e a interação com o que e/ou quem se investiga não seriam, da mesma maneira, atravessadas por esses fatores que moldam as estruturas históricas e socioculturais? Em resposta a esses questionamentos, as teóricas aqui discutidas, em sua contestação à objetividade cartesiana/positivista, sustentam que todo conhecimento parte de um lugar específico (Sardenberg, 2002). Com efeito, “o feminismo propõe *uma nova relação entre teoria e prática*. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade” (Rago, 1988, p. 32, grifo da autora).

Para as teorias feministas, a exigência de assepsia dos interesses políticos para alcançar a objetividade do conhecimento foi transformada pela crítica, primeiro, de que as teorias dominantes defendem e partem de interesses políticos tanto quanto as teorias críticas (embora as primeiras o escondam) e, segundo, do reconhecimento explícito desses interesses políticos (como igualdade real entre os sexos ou compromisso antirracista) para orientar a construção do conhecimento e a construção valorativa de cada teoria (Córdoba; Chorny, 2024, p. 75, tradução própria)⁵².

Para Sardenberg (2002), as cientistas feministas não devem ser apenas agentes da crítica ao conhecimento hegemônico, e sim produtoras de novos fundamentos que sustentem uma prática comprometida e transformadora dos paradigmas androcêntricos. A antropóloga, porém, admite a dificuldade de se chegar a uma epistemologia única, pois as vertentes feministas se movem em direções diversas. Ela considera essa pluralidade um aspecto essencial, que, apesar de causar impasses, evidencia a potência dos pensamentos feministas. Nesse contexto, ela afirma que “talvez a única assertiva epistemológica feminista que, de fato, encontre consenso

⁵¹ Tradução própria. Do original: “[...] es posible descubrir los objetos y las relaciones presentes en el mundo, fielmente, como un reflejo de la realidad que se observa desde ningún lugar en particular y desde ninguna perspectiva parcial, sino de modo neutral y desvinculado de los intereses humanos [...]”.

⁵² Tradução própria. Do original: “Para las teorías feministas, la exigencia de asepsia de intereses políticos para lograr la objetividad del conocimiento se ha transformado por la crítica, primero, de que las teorías dominantes defienden y parten de intereses políticos tanto como la hacen las teorías críticas (aunque las primeras lo escondan) y, en segundo lugar, del reconocimiento explícito de esos intereses políticos (como el de la igualdad real entre los sexos o el compromiso antirracista) para orientar la construcción del conocimiento y la construcción valorativa de cada teoría”.

seja a noção mais geral de ‘conhecimento situado’, isto é, de que o conhecimento reflete a perspectiva ou ‘posicionalidade’ dos sujeitos [das sujeitas] cognoscentes [...]” (Sardenberg, 2002, p. 98), principalmente em relação ao gênero.

Baseada na noção de conhecimento situado, Haraway (1995, p. 13) propõe uma “versão feminista da objetividade”. Com um olhar voltado a questões tais quais a corporalidade, o posicionamento e a perspectiva parcial, a autora formula uma abordagem que não carrega o “eles” e toda sua carga dominante, e sim um “nós” que, embora desqualificado por “eles”, se reinventa ao assumir uma postura política e reconhecer a importância de suas experiências. Para avançar nesse debate, segundo sua concepção, as feministas precisam “[...] do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro” (Haraway, 1995, p. 16).

A insistência de Haraway (1995) na materialidade dos corpos não é sem motivo. Essa abordagem surge da necessidade do projeto feminista não de dismantelar a ciência, mas de elaborar saberes mais complexos que promovam um espaço social e coletivo melhor para todas e todos. Contudo, essa proposta não é fechada em si mesma. Na verdade, demanda reflexividade e autocrítica para não replicar os mesmos reducionismos e hierarquias que ela própria contesta. Com isso em mente, a autora busca uma ciência capaz de englobar diferentes áreas e campos – exatas, naturais, sociais e humanas –, já que todas produzem conhecimento situado, mesmo que a parcialidade seja difícil de reconhecer (Haraway, 1995).

Para desenvolver seu conceito de objetividade corporificada, Haraway (1995) usa a visão como metáfora central. Ela destaca que a visão foi neutralizada por muito tempo para promover a ilusão de que a pessoa pesquisadora observa sem ser observada. Com efeito, essa descorporalização leva a um saber que exclui e estereotipa quem não se encaixa nesse perfil supostamente neutro e universal. Essa pretensão de objetividade é o que Haraway (1995, p. 13) chama de um “[...] truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum”. É, pois, a partir da visão e de sua natureza corpórea – seja física ou mediada tecnologicamente – que a autora reivindica

[...] uma escrita feminista do corpo que enfatize metaforicamente a visão outra vez, porque precisamos resgatar este sentido para encontrar nosso caminho através de todos os truques e poderes visualizadores das ciências e tecnologias modernas que transformaram os debates sobre a objetividade. Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões

do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear (Haraway, 1995, p. 20-21).

A premissa da autora é que todo conhecimento é produzido sob uma perspectiva e um lugar sócio-histórico cultural específico. Assim, a objetividade é repensada: ela deve estar presente na prática científica, mas precisa ser reconhecida e explicitada, promovendo uma produção responsável, parcial, crítica e ética. Além disso, esse “fazer” é um processo ativo e posicionado por parte da investigadora e do investigador. Nas palavras de Haraway (1995, p. 24): “[...] Como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver”.

A concepção de objetividade corporificada de Haraway (1995) dialoga diretamente com a defesa da emoção enquanto valor epistêmico de Jaggar (1997) e com o pensamento feminista negro aprofundado pela teórica social Patricia Hill Collins (2019). As três autoras sustentam que a posição social de grupos subordinados é uma fonte de conhecimento fértil e reflexiva. A Teoria do Ponto de Vista, desenvolvida por Collins e outras pensadoras feministas, considera as experiências das mulheres negras como centrais para questionar as verdades universais⁵³. Em suas discussões, elas reconhecem que a posição marginalizada dessas mulheres, que se estrutura com base no poder e na opressão, lhes confere um ponto de vista único e valioso em contraponto ao saber hegemônico (Collins, 2019). Jaggar (1997) corrobora esse pensamento ao afirmar:

Evoco aqui uma asserção que já defendi alhures: a utilidade da perspectiva sobre a realidade a partir do ponto de vista dos oprimidos, que, pelo menos em parte, é o ponto de vista das mulheres; é uma perspectiva que oferece uma visão menos parcial e distorcida e por isso mais confiável [...] As pessoas oprimidas têm uma espécie de privilégio epistemológico na medida em que têm acesso mais fácil a esse ponto de vista e, portanto, maior possibilidade de avaliar os possíveis começos de uma sociedade na qual todos possam florescer. Por essa razão, diria que é provável que as respostas emocionais de pessoas oprimidas, em geral, e de mulheres, em particular, sejam mais apropriadas do que as respostas emocionais da classe dominante (Jaggar, 1997, p. 176).

É importante ressaltar que, mesmo que a perspectiva feminina seja “menos parcial e distorcida e por isso mais confiável”, isso não garante que esse ponto de vista seja imune a

⁵³ O trabalho de Collins tem como foco as mulheres negras e afro-americanas. Contudo, a Teoria do Ponto de Vista dialoga com a experiência de outros grupos subordinados, visto que eles também precisaram construir um saber alternativo à ciência hegemônica (Collins, 2019).

críticas e revisões. A chave de leitura de Haraway (2019) é que, ao ter consciência de sua posição, e a responsabilidade que dela advém, a pessoa subjugada se torna menos propensa a negar as contradições de suas próprias ideias. Essas sujeitas e sujeitos “[...] têm a possibilidade decente de reconhecer o truque de deus e toda a sua brilhante – e, portanto, eneguecedora – iluminação” (Haraway, 2019, p. 23). Esse pensamento é complementado por Collins (2019), que considera que a parcialidade é justamente o que torna o conhecimento dos grupos subjugados mais verdadeiro, pois suas posições lhes oferecem uma compreensão menos distorcida da realidade.

Outro elemento em comum entre as pesquisadoras está na forma como elas redefinem a relação sujeita/sujeito e objeto de saber. Para Haraway (1995), a objetividade corporificada implica reconhecer que os objetos de estudo não são passivos, aguardando para serem lidos. No seu entender, eles são “agentes”, pois participam ativamente na construção de significados. Assim, os objetos são interpretados por meio de um conhecimento situado e das tecnologias que produzem e moldam os saberes, viabilizando uma leitura a partir do contexto sociocultural em que estão inseridos.

Já na visão de Collins (2019), a própria experiência e a cultura das mulheres negras são a base do conhecimento, isso significa que elas são tanto sujeitas epistêmicas quanto participantes ativas na construção de suas pesquisas, se colocando na contramão da ciência moderna. No que se refere a Jaggar (1997), a valorização da emoção na investigação abre caminhos para incluir outros elementos – como a empatia e a confiança – nessa relação.

As reflexões acerca do saber feminista situado e da crítica aos fundamentos da ciência moderna desmantelam a suposta objetividade e neutralidade do saber, revelando sua orientação androcêntrica, sexista e racista. Esse quadro teórico é essencial para observar o jornalismo, uma prática social e produtora de conhecimento que se ampara nas mesmas fontes hegemônicas. Em oposição a essa lógica, a objetividade feminista, defendida por Haraway (2019, p. 38) “[...] abre espaço para surpresas e ironias no coração de toda produção de conhecimento; não estamos no comando do mundo”. Assim, as epistemologias feministas oferecem a trama necessária para entender o jornalismo não como uma prática imparcial e descorporificada, mas como uma instituição social que atua como produtora ativa de gênero e de marcadores da diferença.

1.3 Jornalismo e o paradigma moderno

“A nadadora ‘musa’ que quer se aposentar após vexame em Paris” – este é o título de uma nota publicada no site da revista *Veja*, em 3 de agosto de 2024, assinada pelo jornalista

Valmir Moratelli. O enunciado, que se refere à atleta paraguaia Luana Afonso, revela-se problemático ao reduzi-la ao rótulo de “musa” e associar seu desempenho a um “vexame”, perpetuando a objetificação do corpo feminino e operando uma desqualificação sustentada na ideia de vergonha. A crítica à imprensa europeia, que Moratelli faz em seu texto por conta do tratamento machista dispensado a Luana, é ofuscada por sua própria abordagem que reforça outros valores questionáveis. Como no trecho: “‘É oficial. Estou me aposentando. Desculpe, Paraguai’, limitou-se a dizer, **irritada**, antes de rumar às ruas da capital francesa a tempo de **mais um clique**. Se **pose** fosse modalidade olímpica, era **ouro na certa**” (Moratelli, 2024, n.p., grifo próprio).

Narrativas jornalísticas como a produzida por Moratelli não apenas reforçam hierarquias de gênero, mas também expõem a ligação entre o jornalismo moderno e a ciência, visto que ambos são herdeiros de ideais de objetividade e de referenciais cartesianos e positivistas. Nesse registro, o jornalista se investe de uma pretensa autoridade racional (mente) para julgar a atleta (corpo), reduzindo-a a concepções de beleza e humilhação e desconsiderando aspectos como o contexto, a trajetória e a competência profissional da nadadora. Frutos do mesmo momento, o século XIX, jornalismo e ciência compartilham fundamentos e procedimentos que visam o conhecimento objetivo, racional, neutro e descorporificado (Medina, 2014).

O crescimento do jornalismo no século XIX, conforme o pesquisador Nelson Traquina (2005), se deu por meio de dois movimentos complementares. O primeiro, relacionado à ampliação da imprensa, permitiu a entrada de mais pessoas na profissão e no âmbito jornalístico e, além disso, mudou a função da imprensa, que passou a ser um negócio com potencial de venda e lucro. Já o segundo, o paradigma informacional, alterou a maneira de encarar a prática: o objetivo não era mais produzir propaganda, mas fornecer informação ao público. Juntas, essas mudanças abandonaram o jornalismo que, até então, contava com o apoio de partidos políticos e que apresentava uma escrita pautada no formato opinativo e de cunho literário (Barsotti, 2021).

Esse novo modelo jornalístico, focado na priorização da informação, adota “[...] valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público” (Traquina, 2005, p. 34). A incorporação desses valores redefine a prática e corrobora na consolidação da profissão. Entre eles, destaca-se a objetividade, que se tornou referência fundamental tanto para a construção da identidade profissional quanto para os mecanismos de regulamentação do jornalismo, como apontam a pesquisadora e o pesquisador Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012).

Consequentemente, fortalecido por esses preceitos, o jornalismo conquista legitimidade ao ser visto como uma disciplina respeitável que se baseia, diferentemente de seu passado opinativo, em fatos e dados sobre a realidade social. Isso lhe confere o *status* de conhecimento, pois compartilha o mesmo arcabouço da ciência (Medina, 2014). Significa que “ao se firmar no terreno do fenômeno imediato, ao reunir dados precisos, ao se aproximar no tempo e no espaço real do concreto, o jornalismo expressa uma forma de conhecimento da atualidade” (Medina, 2014, n.p.). No entanto, essa aspiração por conhecimento neutro e universal esbarra em um obstáculo crítico: a objetividade. Como narrar a realidade e suas dinâmicas de modo distante? Como suprimir o olhar pessoal no relato? Como se distanciar da posição social ocupada?

Para o pesquisador Adelmo Genro Filho (2012), as/os jornalistas tendem a enxergar os fatos como se fossem isolados das determinações históricas, sociais, culturais e políticas que lhes dão forma. Essa apreensão reificada da realidade leva-as/os a interpretar os fenômenos de maneira pragmática – imediata, orientada pela rotina –, o que aponta para um funcionalismo espontâneo que reduz a objetividade a um procedimento técnico. Esta perspectiva, criticada por Genro Filho (2012), encontra eco na obra de Robert Ezra Park⁵⁴, que, conforme Veiga da Silva (2014), foi pioneiro ao trazer a notícia enquanto uma forma de conhecimento. Segundo a autora, o sociólogo compreendia esse conhecimento jornalístico como um saber prático, voltado principalmente a orientar e informar o público na vida cotidiana.

Em contraponto a esse entendimento, Genro Filho (2012, p. 50) argumenta que, ao se apoiar no funcionalismo, Park limita a notícia a um conhecimento acrítico e de trato – “[...] aquele que, relativamente a um saber mais complexo e abstrato, não ultrapassa o aspecto fenomênico, que emana do uso familiar, da imediatividade da experiência e do hábito que lhe corresponde”. Quer dizer, a interpretação da realidade permanece restrita ao cotidiano e ao imediato, sem avançar para uma compreensão mais complexa do mundo social. À vista disso, Genro Filho (2012, p. 53) desloca o debate ao evidenciar que “no jornalismo, ao contrário, a imediatividade é o ponto de chegada [...]”. Para o autor, a especificidade do jornalismo como conhecimento está na apreensão do singular.

Essa singularidade diferencia o conhecimento produzido pelo jornalismo do que é elaborado pela ciência, pois esta “dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais” (Genro Filho, 2012, p. 61). O jornalismo, por outro lado, se apropria do singular

⁵⁴ Cf.: PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**. Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2008.

para narrar as particularidades de um acontecimento, ciente de que aquilo que aborda é momentâneo e efêmero. É neste ponto que o autor revela a chave de sua formulação: ao se ater ao singular, o jornalismo produz significações que dizem sobre as características do evento, mas ao mesmo tempo expressam as construções de sentido para se narrar o fato. Nesse cenário, a subjetividade da/do jornalista não se reduz a um mero ponto de vista no relato; ela dá sentido ao singular e o articula às esferas mais amplas do particular e do universal⁵⁵.

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um “potencial desalienador” insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes [e outros marcadores sociais]. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social (Genro Filho, 2012, p. 187-188, grifo próprio).

A noção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento igualmente é defendida pelo pesquisador Eduardo Meditsch (1998). Para ele, há três abordagens para visualizar o jornalismo nesse âmbito. A primeira vê a ciência como a única fonte de conhecimento válida, ao passo que o jornalismo “[...] não produz conhecimento válido, e contribui apenas para a degradação do saber” (Meditsch, 1998, p. 27). A segunda enxerga a potencialidade do jornalismo na construção do saber, mas o entende enquanto uma ciência menor em relação ao aprofundamento das demais ciências. Já a terceira não o observa pelo prisma dos critérios científicos, mas como uma ciência que “[...] simplesmente revela diferente”. Noção esta que se aproxima da noção de apreensão do singular de Genro Filho (2012).

Com base nesses referenciais, a narrativa de Moratelli sobre a nadadora Luana Afonso em 2024 revela-se um exemplo de como o modelo jornalístico moderno não dá conta do que se propõe. Ao invés de se ater a uma descrição objetiva do fato – a aposentadoria da atleta –, o profissional produz um texto carregado de preconceitos de gênero. Ou seja, não há um sujeito desinteressado que reporta, mas sim alguém que constrói simbolicamente o evento a partir de um olhar machista. Vale destacar que, “como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento disponível está completamente imune a isto” (Meditsch, 1998, p. 36).

Deste modo, alinhada à perspectiva de Medina (2014, n.p.), esta pesquisa entende que “reencontrar a intuição criadora em meio ao arsenal racionalista tornou-se tarefa inadiável para os comunicadores [e as comunicadoras], assim como para as demais áreas de conhecimento que

⁵⁵ “No *universal*, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. [...] O *particular* é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva” (Genro Filho, 2012, p. 170, grifo do autor).

beberam da visão e da metodologia positivistas do século XIX”. Para isso, antes de avançar para a aposta no jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015, 2019, 2022) e sua ligação com os marcadores sociais, é fundamental explorar a objetividade e a lógica masculinista do jornalismo (Veiga da Silva, 2014). Este arcabouço teórico, portanto, oferece as ferramentas necessárias para aprofundar as reflexões e práticas das jornalistas sobre o jornalismo feminista.

1.3.1 A objetividade em questão

Em um estudo recente, as pesquisadoras Paula Silveira-Barbosa, Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz (2024) problematizam a possibilidade de um jornalismo ativista, desafiando os preceitos de neutralidade, imparcialidade e objetividade. Para abrir o texto, elas citam uma fala da francesa Alice Coffin (2021), que afirma: “O rótulo da objetividade refere-se, na verdade, à subjetividade dos dominantes” (Silveira-Barbosa; Rocha, Woitowicz, 2024, p. 30). Esse trecho, extraído de uma entrevista com a jornalista, levanta questões cruciais para a prática jornalística feminista e engajada. Ele expõe como a pretensa objetividade encobre a perspectiva de quem detém o poder, impondo, assim, sua concepção de mundo como universal e neutra. Coffin (2021) também acredita que:

“[...] esse dogma da objetividade é falso. Primeiro, porque os jornalistas [as jornalistas] não podem contar tudo o que é real e precisam escolher o que consideram digno de ser publicado. Como essa escolha é feita? Ela é o resultado de um ponto de vista, no sentido literal: moro em tal cidade, em tal bairro, em tal andar, e minha visão das coisas me dá tal ou qual ideia de assunto. Meu relato da informação, portanto, nunca será neutro” (Coffin, 2021, n.p., tradução própria)⁵⁶.

O debate acerca da objetividade jornalística não é novo (Veiga da Silva; Moraes, 2019). Como discutido anteriormente, a objetividade consolidou-se como um dos principais referenciais do jornalismo. Conforme Biroli e Miguel (2012, p. 23), esse ideal corresponde, “[...] grosso modo, à valorização do acesso a uma verdade que estaria contida na realidade exterior e que seria independente dos processos cognitivos”. No entanto, esse enfoque positivista da objetividade, além de se distanciar do jornalismo como forma de conhecimento (Genro Filho, 2012; Meditsch, 1998), restringe a compreensão das dimensões que estruturam a

⁵⁶ Tradução própria. Do original: “*Et au fond, ce dogme de l’objectivité est bidon. Déjà, parce que les journalistes ne peuvent pas tout raconter du réel et doivent choisir ce qu’ils jugent digne d’être publié. Comment ce choix est-il fait? Il est le résultat d’un point de vue, au sens littéral: j’habite dans telle ville, dans tel arrondissement, à tel étage, et ma vision des choses me donne telle ou telle idée de sujet. Mon récit de l’information ne sera donc jamais neutre*”.

sociedade e elimina qualquer possibilidade de uma narrativa crítica, contextualizada e abrangente.

De acordo com Traquina (2005), embora a objetividade tenha despontado no século XIX como um elemento associado aos fatos, foi nas primeiras décadas do século XX que ela se consolidou como um valor a ser perseguido. Já na década de 1930, tendo como pano de fundo o contexto sociocultural e histórico, a subjetividade passou a ser reconhecida como inevitável na prática jornalística. Assim, a própria objetividade tornou-se a resposta a esse desafio: ao acioná-la, as/os jornalistas se apoiam em uma série de procedimentos formais que buscam mitigar sua subjetividade e, ao mesmo tempo, se resguardam de possíveis críticas (Traquina, 2005).

A socióloga Gaye Tuchman (1993) argumenta que a objetividade nada mais é que um ritual estratégico. Em sua interpretação, “[...] os jornalistas invocam a sua objectividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos” (Tuchman, 1993, p. 75). No intenso cotidiano da profissão, com prazos curtos e altas demandas, as/os jornalistas se protegem dos “espíritos” de seu ofício ao recorrerem a uma “noção operativa de objectividade”, ou seja, aos rituais mobilizados no fazer.

Tuchman (1993) identifica quatro estratégias centrais que as/os jornalistas adotam como rituais de objetividade. A primeira consiste em apresentar mais de uma versão para noticiar o fato, configurando o fazer conhecido no meio jornalístico como a busca pelos “dois lados” da notícia. Além disso, as/os profissionais se apoiam em provas para fundamentar as narrativas. O emprego das aspas para indicar que falas específicas são de terceiros, e não de sua autoria. Por fim, constroem o texto por meio da técnica da pirâmide invertida, ordenando as informações consideradas mais relevantes no início da narrativa. A autora conclui que mesmo por meio desses rituais, a objetividade não é alcançada; de fato, “[...] existe uma clara discrepância entre os objetivos procurados e os alcançados” (Tuchman, 1993, p. 89).

Esses rituais de objetividade, no entanto, servem a um propósito mais profundo. Em seus trabalhos, frequentemente realizados em parceria, autoras como Marocco, Veiga da Silva e Moraes argumentam – em sintonia com as epistemologias feministas – que a defesa da objetividade positivista acaba, na prática, por excluir vozes e perspectivas de mulheres, pessoas negras, indígenas e grupos subalternizados, perpetuando e fortalecendo o poder daqueles que já detêm o controle do jornalismo. Diante disso, a própria Veiga da Silva (2021, p. 275) enfatiza: “Porque o que viemos historicamente aprendendo a partir deste Eu (branco, masculino,

heterossexual, burguês, falo e antropocêntrico) nos trouxe até aqui, como profissão e como sociedade. Visivelmente, não deu certo”.

Essa crítica, que Veiga da Silva resume de forma contundente, encontra seu fundamento teórico em uma pesquisa anterior da autora. Nela, ao observar e analisar a rotina produtiva de uma equipe de rede de televisão brasileira, ela constatou que o jornalismo tem gênero: o masculino. Com o auxílio de seu diário de campo, a autora apresenta de forma densa como a escolha das pautas, os valores-notícia, as relações entre o grupo e outros aspectos estão permeados pelas relações de gênero. Com isso, a jornalista pôde perceber que “as convenções e hierarquias de gênero no jornalismo também incidam (sic) nos conhecimento dos [das] jornalistas, nas formas como interpretam o mundo, a realidade e os sujeitos [as sujeitas]” (Veiga da Silva, 2021, p. 273).

Além disso, a autora constatou que elementos sociais culturalmente associados ao “masculino” e ao “feminino” influenciavam tanto a hierarquia das notícias quanto a distribuição das pautas entre as/os repórteres do telejornal. As matérias classificadas como “fortes” eram destinadas à abertura do noticiário e, em geral, produzidas por jornalistas homens, enquanto as notícias “leves” ficavam sob responsabilidade das mulheres jornalistas (Veiga da Silva, 2014, 2021). Percepção semelhante é evidenciada nas investigações de Chaher (2007), que aponta:

Artigos sobre questões femininas e/ou de gênero costumam ser publicados e/ou veiculados nas seções “leves” dos veículos de comunicação, ou seja, aquelas que apresentam a informação considerada menos importante: Sociedade, Entretenimento, Colunas Sociais, Polícia.

Em Política, Internacional e Economia (chamadas seções “duras”), os artigos parecem não ter gênero: são publicados artigos sobre o aumento da inflação ou um evento político sem que as observações das e dos jornalistas que os realizam tenham qualquer perfil de gênero (Chaher, 2007, p. 130, tradução própria)⁵⁷.

A lógica dicotômica que as epistemologias feministas colocam em xeque (Maffia, 2016; Sardenberg, 2002; Jaggar, 1997) manifesta-se no jornalismo de forma hierárquica e clara. As ponderações de Veiga da Silva (2014, 2021) e Chaher (2007) demonstram como essa dinâmica está presente no pensar e no fazer dos/das profissionais. Não sem motivo, dualismos como

⁵⁷ Tradução própria. Do original: “*Las notas sobre temas de mujeres y/o de género habitualmente son publicadas y/o transmitidas en las secciones ‘blandas’ de los medios de comunicación, es decir aquellas en las que se coloca la información considerada menos importante: Sociedad, Espectáculos, Sociales, Policiales. En Política, Internacionales, Economía (llamadas secciones ‘duras’) las notas parecieran no tener género: se publican artículos sobre el incremento de la inflación o un acto partidario sin que las observaciones de las y los periodistas que las realizan tengan algún perfil de género*”.

razão/emoção, masculino/feminino, mente/corpo, cultura/natureza permeiam tanto a ciência quanto a comunicação, evidenciando que a crítica feminista não se restringe a um único campo do saber, mas se expande para examinar quais as consequências de perceber a realidade social a partir de um olhar que se diz neutro, mas está sempre posicionado no primeiro elemento desses pares.

A objetividade, por sua vez, não escapa de sua versão dualista: a subjetividade. Como aponta Coffin (2021), a objetividade nada mais do que a subjetividade dos grupos dominantes, o que revela a falsa neutralidade do jornalismo e evidencia como essa pretensão reforça uma visão de mundo limitada. A crítica feminista, nesse sentido, propõe justamente a explicitação da subjetividade – quer dizer, o reconhecimento da corporificação e da posição situada de quem produz a notícia (Haraway, 1995). Assim, em vez de perseguir uma objetividade inalcançável, é mais honesto e ético assumir o próprio ponto de vista, promovendo a construção de narrativas mais plurais e representativas.

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento “objetivo” (Haraway, 1995, p. 36).

Nesse sentido, o rompimento com o ideal de objetividade reside no próprio jornalismo, naquilo que Veiga da Silva e Marocco (2019) nomeiam de “um devir do jornalismo”. Em outras palavras, a capacidade dessa prática social de se transformar e evoluir, contemplando a objetividade e subjetividade enquanto impulso para a produção de conhecimento. Essa concepção encontra eco no jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015, 2019, 2022) que defende, justamente, a agência das/dos profissionais na produção jornalística e a perspectiva situada (Moraes, 2020).

1.3.2 A escolha da subjetividade

Diante do esgotamento do modelo de objetividade e de elementos correlatos, o conceito teórico-prático de jornalismo de subjetividade, concebido pela jornalista Fabiana Moraes (2015, 2019, 2022), emerge como uma aposta nesse cenário. Como ela explica, o termo nasceu “[...] não para fazer uma oposição ao objetivo, mas sim como uma forma de demarcar a importância do subjetivo, historicamente rechaçado no campo noticioso” (Moraes, 2019, p. 207). A autora argumenta que a objetividade cartesiana/positivista, premissa que orienta boa parte dos meios

de comunicação e suas/seus profissionais, é problemática, pois, quase sempre, desumaniza e exclui grande parte das sujeitas e dos sujeitos.

Um dos exemplos mais emblemáticos citados por Moraes (2019, 2022) para ilustrar essa questão é o genocídio de 1994 em Ruanda, que resultou na morte de centenas de milhares de pessoas. A autora se apoia no trabalho de Alfredo Jaar, o *Projeto Ruanda*⁵⁸, que catalogou as capas da revista estadunidense *Newsweek* ao longo de 17 semanas do conflito, evidenciando o silêncio da imprensa internacional diante da tragédia. Ou, nos termos de Moraes (2022), a “hierarquização da humanidades” ao escolher sobre quem reportar. Ao discutir a objetividade e os critérios noticiosos, Moraes (2022, p. 82-83) questiona: “Onde estava a objetividade jornalística enquanto milhares de pessoas jaziam nas ruas? Por que aqueles corpos não escandalizaram, desde o começo do massacre, a opinião pública? Porque eram negros? Porque eram ‘anônimos’? Porque era África?”

Para chegar à noção de jornalismo de subjetividade, a autora percorreu um longo trajeto que envolveu desde a observação dos discursos jornalísticos responsáveis por criar estereótipos e inferiorizar determinados grupos sociais, a possibilidade de a subjetividade ser a resposta para escrever-falar-produzir sobre essas pessoas (Moraes, 2019) e a realização de reportagens em que ela pôde adotar uma abordagem mais engajada que resultaram, por exemplo, na obra *O nascimento de Joicy* (2015)⁵⁹. Em suas palavras:

Ao desenvolver um olhar sobre minha prática, minhas abordagens, minha escrita e minha relação com uma personagem específica, Joicy, passei a identificar elementos que de certa maneira se repetiam em meu cotidiano profissional: a necessidade de uma aproximação que não se configurasse apenas pelo elemento técnico do jornalismo, distanciado, mas também uma recusa em estabelecer uma falsa proximidade, uma esvaziada “humanização” dos personagens. Havia um certo cansaço, da minha parte, em continuar a publicizar, usando os mesmo lugares comuns nos jornais, as vidas de pessoas inseridas em ambientes precários: aquelas que “venceram”; as “vítimas”; as “engraçadas”; as “criativas” que davam um jeito de driblar a pobreza (Moraes, 2020, p. 70).

No livro, Moraes (2015) acompanha o processo de redesignação sexual de Joicy, uma mulher transexual de origem humilde e moradora do Agreste de Pernambuco. Sua trajetória é marcada por diferentes formas de estigmatização tanto por parte dos profissionais envolvidos

⁵⁸ Para mais informações, disponível em: <https://alfredojaar.net/projects/1994/the-rwanda-project/> Acesso em: 28 nov. 2025.

⁵⁹ A série produzida por Moraes para o *Jornal do Commercio* recebeu o *Prêmio Esso de Reportagem* em 2011 (Moraes, 2015). O livro, derivado dessa série, foi finalista do *Prêmio Jabuti* 2016, de acordo com informações da Editora Arquipélago. Disponível em: <https://www.livrariaarquipelago.com.br/> Acesso em: 7 set. 2025.

no procedimento quanto pelos habitantes do distrito de Alagoinha. Joicy enfrenta também a negação de sua experiência por uma sociedade que não reconhecia nela a feminilidade legitimada pelos padrões hegemônicos. A autora, no entanto, não narra apenas a história da personagem: ela expõe a relação construída entre as duas, marcada por percepções, sentimentos e entraves. Da construção da reportagem, nasce não apenas Joicy, mas um conceito elaborado por uma jornalista que não se resignou às linhas e margens do jornalismo moderno.

O jornalismo de subjetividade é apresentado por Moraes em vários artigos e na obra *A pauta é uma arma de combate* (2022). A cada publicação, a autora acrescenta pontos a serem considerados e desenvolvidos, evidenciando que o conhecimento não é algo imutável, mas que se desenvolve de acordo com as práticas e trocas sociais. Por outro lado, um ponto presente em todas as produções é a assertiva de que o jornalismo de subjetividade não rejeita a objetividade, a qual é imprescindível à/ao repórter em seu fazer: “[...] a apuração, a checagem, as entrevistas, o levantamento de dados, a manutenção do que foi dito ou revelado” (Moraes, 2022, p. 97). O que a autora defende é que, entrelaçados a esses procedimentos, as/os profissionais devem se orientar por outros preceitos que são igualmente objetivos:

[...] na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (Moraes, 2019, p. 209).

O jornalismo de subjetividade, conforme proposto por Moraes (2022), não se limita ao plano individual. A subjetividade se constitui nas relações sociais e de poder, nas interações, na mútua afetação e no contexto histórico-social-cultural em que está inserida. Pensar o jornalismo de subjetividade é compreender que ele se dá no plano interno – das experiências pessoais – e no plano coletivo. Esse movimento indica um caminho ativo por parte da/do jornalista. Não se trata de abandonar a apuração e a checagem, mas de empregá-las para questionar as estruturas que produzem desigualdade. “Na subjetividade que entende a prática ativista como pertinente ao jornalismo – aquele que procura informar para além do senso comum e que tem como um dos propósitos a possibilidade de restauração de humanidades – não se nega a tomada de ‘um lado’” (Moraes, 2022, p. 159).

Ao desvelar os vieses do jornalismo moderno pretensamente objetivo e masculino, e ao valorizar a subjetividade como uma abordagem ética, política e epistemologicamente situada, este capítulo avança para a metodologia e a investigação de como as experiências de jornalistas e investigadoras na Argentina e no Brasil podem revelar e contribuir para o fortalecimento do jornalismo feminista.

2 Entre agulhas e pontos: os fios metodológicos

Conforme abordado na **Introdução**, Elena Ferrante (2023) discute como as linhas e margens nos disciplinam e, constantemente, nos impedem de ultrapassar limites, conectar pensamentos e formular outras perguntas. No entanto, na perspectiva adotada nesta tese, essas mesmas linhas e margens podem ser reinterpretadas como fios – fios longos e contínuos – que indicam que, para nós, mulheres e jornalistas, há um passado, um presente e um futuro que nos entretecem. Fios que se emendam, que dão nós, que conectam tramas e bordam realidades. Fios que nos conduzem a novas miradas e que, quando partilhados, têm o poder de nos guiar a distintos saberes.

Essa ótica de fios que se articulam encontra eco no artigo *Taquigrafiando lo social*, do sociólogo Renato Ortiz (2004), que reflete sobre o trabalho intelectual, com ênfase nas ciências sociais. Para dar forma à sua reflexão, o autor recorre à metáfora da costura assemelhando esse fazer científico a uma prática artesanal que demanda a combinação de conhecimentos prévios, conceitos e metodologias – tal qual uma costureira que seleciona tecidos, recorta, sobrepõe e, por fim, costura, entrelaçando na peça a singularidade de seu olhar e trajetória. Nesse “coser” do conhecimento, a escrita se revela indispensável como estrutura organizadora da investigação e registro do saber e meio pelo qual a pesquisadora ou o pesquisador organiza seu pensamento, define os recortes conceituais e legitima o objeto de estudo.

Composição, elemento definidor do artesanato intelectual. [...] Um texto é feito com um emaranhado de fios. É o resultado de leituras e pesquisas anteriores. Posso tricotar com poucos fios: meu tecido ficará um tanto empobrecido, monocromático. Quando junto cores e espessuras diferentes, altero sua granulação, sua nuance. Um tecido rico possui tons e sombras, sua superfície é irregular e áspera. Os fios, ou melhor, o seu entrelaçamento, dão o resultado final. Quando escrevemos, trabalhamos com um conjunto de novelos à nossa disposição (Ortiz, 2004, p. 14)⁶⁰.

Entre agulhas e pontos, a tessitura desta investigação, por vezes, teve fios aparados, se descosturou, bordou detalhes e incorporou retalhos de outras autoras e autores. Nesse percurso, as entrevistas com as jornalistas e pesquisadoras argentinas, como detalhado na **Introdução**, marcaram a virada desse tramar. A partir dos relatos das profissionais, evidenciou-se a

⁶⁰ Tradução própria. Do original: “*Composición, elemento definitorio de la artesanía intelectual. [...] Un texto se elabora con una maraña de hilos. Es fruto de lecturas anteriores y de la investigación. Puedo tejer con pocos hilos: mi tela quedará entonces algo empobrecida, monocromática. Cuando junto colores y espesores diferentes, altero su granulado, su matiz. Una tela rica posee tonalidades y sombras, su superficie es irregular y rugosa. Los hilos, o mejor, su entrelazamiento, hacen el resultado final. Cuando escribimos, trabajamos con un conjunto de ovillos a nuestra disposición*”.

complexidade dos fatores que constituem o jornalismo feminista, seja nas experiências concretas quanto simbólicas compartilhadas pelas entrevistadas, originando um movimento aqui denominado pensar-fazer.

Embora os verbos estivessem presentes no título e no relatório apresentado à banca do Exame Geral de Qualificação de Doutorado, as falas das jornalistas eram colocadas em segundo plano, servindo apenas como apoio à investigação da materialidade do jornalismo feminista, uma análise que envolvia os portais feministas da Argentina e do Brasil. Foi por meio da leitura atenta e generosa de duas jornalistas e pesquisadoras presentes no exame, aliada ao apoio do orientador, que se alinhavou um novo ponto de inflexão: o protagonismo das jornalistas. Essa reorientação do foco, essencial para o desenvolvimento teórico-metodológico, refletiu-se diretamente na reformulação da pergunta-problema. Nas palavras dos pesquisadores Guillermo Orozco e Rodrigo González (2012):

[...] às vezes, até se descobre que o que é verdadeiramente relevante, por exemplo, não é continuar estudando o objeto que já existe, mas sim repensar toda a pesquisa e analisar um fenômeno que foi revelado por tudo o que foi feito e dar-lhe a forma de um novo objeto, mas esses já são critérios de subjetividade que o pesquisador [a pesquisadora] adquire por meio da prática e do erro (Gómez; González, 2012, p. 69, tradução própria)⁶¹.

Dessa forma, as declarações das interlocutoras, no contexto do jornalismo feminista, desvelam dinâmicas de produção, questões feministas e de gênero, estratégias de resistência adotadas e igualmente, processos subjetivos, reflexões críticas e interpretações que moldam essas práticas. A riqueza desses discursos constitui, portanto, o pilar para compreender o pensar-fazer das jornalistas argentinas e brasileiras. Assim, esta tese adota um desenho metodológico sob a abordagem qualitativa, com uma inclinação descritiva quanto aos objetivos. Para a coleta de dados, utiliza-se a entrevista semiaberta, enquanto a análise das informações é realizada por meio da análise de conteúdo.

2.1 Abordagem e posicionamento metodológico

Com o propósito de entrelaçar fios e tecer um tecido coeso e relevante, este trabalho recorre à abordagem qualitativa. Esse escopo metodológico dialoga diretamente com a questão

⁶¹ Tradução própria. Do original: “[...] a veces se descubre que lo verdaderamente pertinente, por ejemplo, no es seguir estudiando el objeto que ya se tiene, sino más bien replantear toda la investigación y analizar un fenómeno que ha sido dejado al descubierto a partir de todo lo hecho y darle la forma de nuevo objeto, pero éstos ya son criterios de subjetividad que el investigador va ganando con la práctica y el error”.

central da investigação, que busca explorar os significados e as percepções atribuídos ao jornalismo feminista pelas jornalistas e pesquisadoras da Argentina e do Brasil. Tal perspectiva revela-se fundamental, visto que se ocupa do

[...] universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009a, p. 21).

Ainda de acordo com a socióloga Maria Cecília Minayo (2007, p. 39, grifo da autora), a amplitude desse universo é reforçada pelo fato de que “[...] o objeto das Ciências Sociais é *histórico*”, pois as sociedades vivem um presente continuamente moldado por um passado em constante reconstrução. Isso exige que a investigação considere sua dimensão temporal e processual (Minayo, 2007, 2009a). Nesta pesquisa, o jornalismo feminista se apresenta como um fenômeno que não pode ser apreendido de maneira isolada, longe de suas raízes nos movimentos feministas e nas transformações socioculturais por ele impulsionadas. Os sentidos atribuídos pelas mulheres jornalistas e pesquisadoras acerca desse jornalismo, portanto, expressam um presente permeado por lutas passadas e por expectativas futuras.

A pesquisa qualitativa ao englobar “o estudo, o uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudos de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevistas, textos observacionais, [...] que descrevem momentos e significados comuns e problemáticos na vida dos indivíduos”⁶² (Vasilachis de Gialdino, 2006, p. 24-25) se afasta da quantificação de frequências e/ou valores e da necessidade de provas⁶³, por se concentrar nas razões e em evidências contextuais e interativas. Ao contrário do modelo positivista e de sua premissa de neutralidade, imparcialidade e objetividade, as investigadoras e investigadores que utilizam métodos qualitativos reconhecem a impossibilidade de atingir essa isenção no processo investigativo (Silveira; Córdova, 2009).

As pesquisadoras Denise Silveira e Fernanda Córdova (2009, p. 32), acrescentam que nesse cenário “[...] o cientista [a cientista] é ao mesmo tempo o sujeito [a sujeita] e o objeto de

⁶² Tradução própria. Do original: “[...] *el estudio, uso y recolección de una variedad de materiales empíricos – estudio de caso, experiencia personal, introspectiva, historia de vida, entrevista, textos observacionales, [...] que describen los momentos habituales y problemáticos y los significados en la vida de los individuos*”.

⁶³ Minayo (2009a, p. 22) explica que “os dois tipos de abordagens [qualitativa e quantitativa] e os dados advindos, porém, não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”. Embora se reconheça a relevância da abordagem quantitativa, esta análise se desenvolve exclusivamente por meio da abordagem qualitativa para a observação do fenômeno.

suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador [da pesquisadora] é parcial e limitado”. Ao conduzir o trabalho, a/o investigadora/investigador não está dissociada/dissociado de sua identidade; a interpretação e interação com o fenômeno estudado se manifestam com base em sua subjetividade. Esse vínculo entre pesquisadora/pesquisador e o objeto implica um esforço contínuo por outros saberes, de questionamentos que desafiam as próprias convicções, além da necessidade de explorar outros aspectos para aprofundar a compreensão do tema.

A introdução desse elemento “subjetivo” na análise, na verdade, aumenta a objetividade da pesquisa, ao mesmo tempo que diminui o “objetivismo” que tende a ocultar esse tipo de evidência do público. Essa forma de relacionamento entre o pesquisador [a pesquisadora] e o objeto de pesquisa é frequentemente chamada de “reflexividade das ciências sociais” (Harding, 2002, p. 26, tradução própria)⁶⁴.

Em consonância com o exposto, este enfoque avança no debate do paradigma epistemológico feminista, discutido no **Capítulo 1**. Ele reafirma meu posicionamento situado e meu comprometimento político com os feminismos, a equidade de gênero e a pluralidade de vivências femininas, consciente dos marcadores sociais inerentes às realidades femininas. Essa postura se alinha à responsabilidade ética na condução do trabalho, manifestando-se na reflexividade da pesquisadora. Tal ponto exige uma análise contínua da minha posição e das influências externas. Isso visa à transparência na construção do saber e ao rigor necessário para qualquer estudo que almeje relevância, especialmente no âmbito do jornalismo e dos movimentos feministas.

2.2 As sujeitas da pesquisa

Aprofundando a discussão metodológica, esta investigação busca desvendar as perguntas-problema: **Quais significados e percepções as jornalistas argentinas e brasileiras conferem ao jornalismo feminista a partir de suas reflexões e práticas? Como as experiências dessas profissionais em ambos os países podem contribuir para o fortalecimento do jornalismo feminista?** Para tanto, este estudo se aprofunda nas experiências e vivências das participantes que atuam e/ou têm vínculo com o jornalismo ou a

⁶⁴ Tradução própria. Do original: “La introducción de este elemento ‘subjetivo’ al análisis incrementa de hecho la objetividad de la investigación, al tiempo que disminuye el ‘objetivismo’ que tiende a ocultar este tipo de evidencia al público. Esta forma de relación entre el investigador y el objeto de investigación suele denominarse como la ‘reflexividad de la ciencia social’”.

comunicação na perspectiva dos feminismos e do gênero. Longe de serem meras fontes de informação, as entrevistadas são as sujeitas que, por meio de seus pensar-fazer, ajudam a alcançar os objetivos desta pesquisa e fornecem os elementos para as análises que se seguem.

A pesquisa social trabalha com *gente e com suas realizações*, compreendendo-os como atores sociais em relação, grupos específicos ou perspectivas, produtos e exposições de ações, no caso de documentos. Os sujeitos/objetos [sujeitas/objetos] de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo* (Minayo, 2009b, p. 62-63, grifo da autora).

Esta pesquisa se volta para as participantes e suas relações, partindo da premissa de que as pessoas não são meras coadjuvantes, mas sujeitas e sujeitos que refletem e atribuem sentidos ao mundo social. Essa leitura não ocorre de forma isolada, mas em uma realidade compartilhada com tantas outras e outros. Ao investigar o pensar-fazer das entrevistadas, reconhece-as como agentes conscientes que articulam e produzem o cenário do jornalismo feminista a partir de suas interpretações. Com efeito, esta investigação compreende a construção desse jornalismo como um gesto coletivo que se dá pela palavra e pela conversa – falar, escrever e refletir juntas como parte do tecer de uma trama coletiva, plural e situada.

Nesse sentido, durante uma visita ao Brasil em abril de 2023, a professora Bettina Martino, supervisora na UNCuyo, sugeriu incluir na agenda de atividades do estágio entrevistas com jornalistas e pesquisadoras de Mendoza, Argentina. O acesso a esse grupo de profissionais com conhecimento e experiências necessárias para a pesquisa exigiu uma estratégia de acesso especializada. Para tanto, a docente se dispôs a utilizar sua rede de contatos acadêmicos e pessoais, identificando e contatando as profissionais previamente. Desse modo, a seleção das participantes de Mendoza foi uma amostragem intencional, orientada por dois fatores: 1) a mediação de um pessoa de confiança, a supervisora, que assegurou o acesso às interlocutoras no contexto local (Minayo, 2007); 2) a observância de critérios temáticos, como o vínculo profissional com o jornalismo ou a comunicação com ênfase nos feminismos e no gênero.

Ainda no encontro de abril de 2023, a professora me aconselhou a aprofundar meus conhecimentos sobre técnicas de entrevista, a estabelecer o formato das conversas – aspecto que será detalhado nos próximos subtópicos – e procurar por profissionais da região mendocina com quem eu desejasse conversar. Nesse período de pouco mais de um mês até a viagem, assisti a um vídeo no qual uma comunicadora argentina abordava a função de editora de gênero e sua articulação com a função social dos meios de comunicação. Despertado meu interesse pela discussão, pesquisei sobre essa comunicadora e descobri que ela exercia tal função. Com o

desejo de dialogar com ela, solicitei o apoio de Bettina para o contato, e, por feliz coincidência, a docente já havia sondado a possibilidade de entrevista com essa profissional e aguardava seu retorno.

Próximo à viagem, a supervisora me enviou um cronograma com as atribuições de cada dia em Mendoza. O planejamento já incluía as entrevistas com datas pré-definidas, cabendo-me a confirmação dos locais e horários. No documento, a princípio, constavam cinco jornalistas e três pesquisadoras. Posteriormente, o número de interlocutoras aumentou, visto que, por sugestão de uma das participantes (Jimena), como forma de expansão da rede de relevância da pesquisa, convidei mais uma comunicadora para integrar o estudo (Pilar).

Outra profissional adicionada à lista foi uma ilustradora e fotógrafa, também indicada por uma das respondentes (Graciela). Embora a produção da ilustradora tenha relação com o tema da pesquisa, sua entrevista seguiu um roteiro distinto, pois ela não é jornalista nem pesquisadora. O diálogo e as trocas foram extremamente profícuos, porém se distanciavam do cerne da investigação por não serem permeados pelo pensar-fazer jornalístico, o que resultou na exclusão da profissional da lista final de participantes. No entanto, a apresentação da ilustradora se faz necessária, visto que evidencia os fios tecidos por essas mulheres e que habilitam outras vozes. Assim, a lista final de participantes argentinas foi composta por seis jornalistas e três pesquisadoras.

Com base nas fichas de informações preenchidas pelas participantes (APÊNDICE B), observa-se que a amostra das interlocutoras de Mendoza é composta por mulheres argentinas residentes na cidade, cujas idades variam entre 38 e 53 anos no momento da entrevista. Essa caracterização permite compreender o perfil geracional das participantes e situá-las no cenário da pesquisa. As informações referentes à logística das entrevistas – como datas, horários, formatos de realização e duração de cada conversa – estão sistematicamente apresentadas no Quadro 1. Já o perfil profissional e o contexto de atuação de cada participante, que evidencia a diversidade de funções desempenhadas, que vão desde atividades docentes e de pesquisa até o exercício do jornalismo, são detalhados de forma individualizada no Quadro 2⁶⁵.

Como parte do compromisso ético desta tese e para assegurar a privacidade e segurança das participantes – argentinas e brasileiras –, seguiram-se as diretrizes do Comitê de Ética em

⁶⁵ O perfil das participantes foi restrito a dados de identificação profissional e geracional. Marcadores sociais como raça/etnia, classe e orientação sexual não foram incluídos nos questionamentos. No entanto, a influência desses marcadores será explorada no capítulo **O tecido argentino: posicionar, desconstruir e refletir**, quando as interseções se manifestarem nas narrativas.

Pesquisa da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Unesp⁶⁶ e adaptou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) fornecido pela instituição (APÊNDICE E e APÊNDICE F). Todas as profissionais receberam uma cópia do termo assinado por ambas as partes, na versão física ou digital, no qual são detalhados os potenciais riscos da participação, as salvaguardas adotadas, a substituição de seus nomes por pseudônimos, a não divulgação de informações pessoais, e o direito de desistência a qualquer momento.

Quadro 1 – Informações sobre as entrevistas com as interlocutoras argentinas

Entrevistada	Formato da realização	Data e horário	Duração
Jimena	Presencialmente	22 de maio de 2023 às 15h30	27 minutos e 41 segundos
María Alba	Presencialmente	29 de maio de 2023 às 13h30	36 minutos e 22 segundos
Rosalía	Presencialmente	30 de maio de 2023 às 9h30	35 minutos e 14 segundos
Milagros	Presencialmente	30 de maio de 2023 às 13h30	37 minutos e 49 segundos
Antonella	Presencialmente	1 de junho de 2023 às 13h30	1 hora, 1 minuto e 31 segundos
Graciela	Presencialmente	2 de junho de 2023 às 9h00	27 minutos e 26 segundos
María Esther	Presencialmente	2 de junho de 2023 às 13h30	38 minutos e 20 segundos
Laurita	Presencialmente	2 de junho de 2023 às 13h30	38 minutos e 20 segundos
Pilar	Presencialmente	2 de junho de 2023 às 15h30	57 minutos e 26 segundos

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

⁶⁶ Em 10 de maio de 2023, foi feito contato via *e-mail* com o Comitê de Ética e Pesquisa da FAAC para obter orientações sobre as entrevistas a serem realizadas na Argentina. No dia seguinte, foram recebidas informações acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da instituição.

Quadro 2 - Perfil das participantes argentinas

Entrevistada	Idade	Função principal	Contexto de atuação
Jimena	38 anos	Comunicadora	Comunicação Institucional / Cultural
María Alba	51 anos	Radialista / Diretora	Rádio pública
Rosalía	52 anos	Docente / Pesquisadora	Acadêmico (Universidade e CONICET)
Milagros	32 anos	Editora de gênero	Institucional / Acadêmico
Antonella	47 anos	Produtora de rádio	Jornalismo independente (feminista)
Graciela	38 anos	Produtora de rádio	Rádio universitária
María Esther	39 anos	Docente / Pesquisadora	Acadêmico (Universidade)
Laurita	48 anos	Docente / Pesquisadora	Acadêmico (Universidade)
Pilar	53 anos	Comunicadora	Comunicação Institucional / Cultural

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A seleção das participantes brasileiras seguiu um percurso distinto do das entrevistadas argentinas, embora alguns atributos tenham sido mantidos. Essa diferenciação ocorreu porque, no período da escolha das voluntárias, a pesquisa estava em outro estágio de desenvolvimento, com o foco já estabelecido no protagonismo das jornalistas e pesquisadoras. Isso, contudo, não diminui o valor das sujeitas do país vizinho; pelo contrário, o entendimento que as argentinas trouxeram sobre o jornalismo feminista e suas experiências – no pensar e no fazer –, junto às sugestões da banca do Exame de Qualificação, foi essencial para a estabelecimento dos critérios de seleção das brasileiras.

Nessa nova etapa, a primeira decisão metodológica para a construção de uma amostra ilustrativa foi basear a seleção das participantes em dois perfis presentes nas entrevistas argentinas: 1) contemplar entre as profissionais tanto jornalistas quanto pesquisadoras na área do jornalismo e dos Estudos Feministas e/ou de gênero; 2) garantir a presença de variadas gerações de profissionais. A segunda diretriz foi considerar a perspectiva interseccional como critério ativo na constituição da amostra, uma vez que por se tratar do cenário brasileiro, já havia um conhecimento prévio de possíveis interlocutoras. Nesse sentido, a intenção foi ir além

da diversidade profissional alcançada na Argentina, buscando ativamente a pluralidade de vivência.

Com esses dois critérios estabelecidos, o último critério de amostragem concentrou-se na definição do contexto de atuação midiática das participantes. Optou-se por profissionais atuantes em mídias feministas ou com enfoque de gênero, justamente pela autonomia editorial que esses espaços comunicacionais proporcionam. As leituras feitas até aquele momento permitiram inferir que no Brasil existe atualmente um grupo de mídias feministas ou com enfoque de gênero, criadas por profissionais de jornalismo pregressas de grandes veículos que ansiavam por produções jornalísticas diferentes daquelas que desenvolviam. Essa opção metodológica se justifica pelo entendimento de que, em veículos hegemônicos, as jornalistas comprometidas com pautas feministas e de gênero enfrentam limitações para adotar posturas mais combativas, devido à restrição ou ausência de autonomia editorial nesses locais.

Alinhado a essas configurações, o perfil de interesse desta pesquisa abrange mulheres jornalistas e pesquisadoras que:

- a) residam em diferentes regiões do país;
- b) tenham distintas idades e raças/etnias;
- c) no caso das pesquisadoras, que investigam o tema de interesse deste estudo;
- d) no caso das jornalistas (profissionais ou não), que atuam ou tenham atuado em mídias feministas ou com enfoque de gênero⁶⁷.

Para auxiliar na procura por participantes que correspondessem à descrição, utilizei algumas estratégias como: listar jornalistas e pesquisadoras com as quais já possuía contato prévio ou que foram identificadas em eventos científicos; solicitar o auxílio de colegas da área que tivessem o contato de possíveis voluntárias; consultar a obra *Jornalistas e Revolucionários* de Bernardo Kucinski (2001); e pesquisar em mapas de jornalismo independente a exemplo dos da *Agência Pública*⁶⁸ e o *Mapa Cajueira*⁶⁹. Nesse sentido, foram levantadas oito profissionais (jornalistas e pesquisadoras) que atendiam aos requisitos.

O próximo passo foi elaborar um *e-mail* padrão para a primeira interação. Essa mensagem incluía minha apresentação e da instituição, um breve relato da minha conexão com a pessoa (quando aplicável), os objetivos da tese, a relevância de sua contribuição e as questões

⁶⁷ O perfil das entrevistas brasileiras segue os critérios de amostragem definidos, mas as informações sobre marcadores sociais (item b) não são tabulados, a fim de preservar o anonimato. Esses dados serão discutidos de forma discursiva no capítulo **O tecido brasileiro: indignar, redefinir e continuar**, onde as intersecções emergem nas falas das entrevistadas.

⁶⁸ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/> Acesso em: 14 jul. 2025.

⁶⁹ Disponível em: <https://www.mapacajueira.com/> Acesso em: 14 jul. 2025.

éticas da pesquisa. Concluindo, convidava-a para a entrevista, esclarecendo que seria realizada *on-line* via *Google Meet* no dia e horário de sua preferência. O envio dos *e-mails* começou em 21 de novembro de 2024 e se estendeu até janeiro de 2025. Em alguns casos, as respostas foram rápidas e positivas, mas a maioria das contatadas comentou a dificuldade na agenda, visto que no mês seguinte (dezembro) era final de ano; em outros, foi necessário o reenvio das mensagens mais de uma vez. Uma das jornalistas chegou a confirmar sua participação, porém não retornou aos *e-mails* posteriores, e apenas uma das profissionais não se manifestou.

Em fins de janeiro de 2025, quatro entrevistas já haviam sido realizadas e uma conversa estava agendada para o dia 31 daquele mês. Contudo, uma nova indicação feita por uma companheira de pesquisa resultou na comunicação via *WhatsApp* com mais uma mulher. Em 27 de janeiro, enviei a mensagem base para a jornalista, que prontamente retornou e aceitou participar do estudo. Porém, mencionou ter muitas atividades marcadas naquele período e que só estaria livre na segunda quinzena de fevereiro, o que concordei devido a sua importância no contexto do jornalismo feminista. Assim, a amostra brasileira definitiva foi composta por cinco entrevistadas, cinco jornalistas e uma pesquisadora.

À semelhança do processo anterior, a descrição e interpretação dos dados das fichas de informação (APÊNDICE D), serviram de base para os próximos quadros. A amostra brasileira final inclui seis mulheres, com idades entre 29 e 80 anos, contemplando uma ampla diversidade geracional. Além disso, as participantes nasceram/residem em diferentes estados do país, refletindo também a questão regional⁷⁰ e a variedade das mídias feministas no país. As informações sobre a organização das entrevistas estão apresentadas no Quadro 3. Já o Quadro 4 detalha o perfil profissional, a idade e o cenário de atuação de cada participante.

Quadro 3 - Informações sobre as entrevistas com as interlocutoras brasileiras

(Continua)

Entrevistada	Formato da realização	Data e horário	Duração
Elisa	Remoto via <i>Google Meet</i>	12 de dezembro de 2024 às 10h	1 hora, 5 minutos e 34 segundos
Mariana	Remoto via <i>Google Meet</i>	18 de dezembro de 2024 às 17h30	30 minutos e 36 segundos
Cecília	Remoto via <i>Google Meet</i>	20 de dezembro de 2024 às 10h	1 hora, 1 minuto e 48 segundos

⁷⁰ As entrevistadas são provenientes das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Entrevistada	Formato da realização	Data e horário	Duração
Beatriz	Remoto via <i>Google Meet</i>	21 de janeiro de 2025 às 16h30	54 minutos e 33 segundos
Tereza	Remoto via <i>Google Meet</i>	31 de janeiro de 2025 às 15h	1 hora, 4 minutos e 55 segundos
Helena	Remoto via <i>Google Meet</i>	14 de fevereiro de 2025 às 19h30	51 minutos e 10 segundos

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Quadro 4 - Perfil das participantes brasileiras

Entrevistada	Idade	Função principal	Contexto de atuação
Elisa	41 anos	Jornalista	Jornalismo independente (esportivo e feminista)
Mariana	32 anos	Diretora de conteúdo	Jornalismo independente (feminista)
Cecília	36 anos	Docente / Pesquisadora	Acadêmica (Universidade)
Beatriz	32 anos	Jornalista	Jornalismo independente (feminino)
Tereza	29 anos	Diretora de conteúdo	Jornalismo independente (feminista)
Helena	80 anos	Jornalista / Militante	Jornalismo independente (feminista)

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em síntese, o *corpus* de análise é composto por um total de 15 sujeitas – sendo seis jornalistas e três pesquisadoras argentinas, e seis profissionais brasileiras, divididas em cinco jornalistas e uma pesquisadora. Esse conjunto de interlocutoras foi selecionado de forma intencional com o objetivo de contemplar a diversidade de perfis, gerações e marcadores sociais já detalhados. Desse modo, a quantidade de entrevistadas favorece o aprofundamento e a compreensão das experiências e do pensar-fazer dessas mulheres, priorizando a riqueza e a profundidade das informações coletadas.

2.3 Entrevista semiaberta

Minayo (2009b), em um subtópico dedicado à entrevista, o intitula: “Entrevista como técnica privilegiada de comunicação”. A colocação, além de pertinente, indica a capacidade dessa ferramenta de acessar os diferentes pontos de vista, significados e motivações daquelas e daqueles que são as sujeitas e/ou os sujeitos de uma investigação. Para a socióloga, “entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores [interlocutoras], realizada por iniciativa do entrevistador [da entrevistadora]” (Minayo, 2009b, p. 64). A natureza dialógica da entrevista, apontada pela autora, encontra terreno fértil neste trabalho, especialmente por se tratar de um encontro entre pares – uma jornalista-pesquisadora em diálogo com jornalistas e pesquisadoras. Essa particularidade propicia um espaço de escuta, observação e trocas qualificado, no esforço de compreender o pensar-fazer dessas mulheres no âmbito do jornalismo feminista. E é nesse espaço de inter-relação que os fios das experiências individuais se entrelaçam.

A entrevista como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: [...] os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado [pessoa entrevistada] e tratam da reflexão do próprio sujeito [sujeita] sobre a realidade que vivencia (Minayo, 2009b, p. 65, grifo da autora).

Por se tratar de uma pesquisa de natureza qualitativa, a abordagem de coleta de dados empregada foi a entrevista semiaberta (também conhecida como semiestruturada). Conforme descrito pelo pesquisador Jorge Duarte (2005, p. 66), esse “modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia que dão cobertura ao interesse da pesquisa”. O formato foi escolhido por permitir à entrevistadora conferir maior densidade ao diálogo a cada pergunta, garantindo o equilíbrio entre o rigor do roteiro e a flexibilidade necessária para captar as nuances e subjetividades das participantes.

As entrevistas semiestruturadas são uma mescla entre a estruturada [fechada] e a aberta, pois apresentam um roteiro predefinido e incluem, também, a oportunidade de inserção de novas perguntas no momento do encontro com os [as] respondentes. [...] Dependendo do andamento da entrevista pode haver a inclusão de questões específicas, a divisão das perguntas em partes, pequena modificação de algum tópico ou, ainda, a supressão de perguntas já contempladas em respostas anteriores (Sanglard; Garcêz; Maia, 2022, p. 175).

Para acessar as perspectivas das profissionais sobre o tema, elaborei, fundamentada nas leituras prévias, um roteiro de questões que progredia de um cenário amplo em direção a pontos mais específicos. A estrutura foi adaptada ao contexto argentino, com perguntas que destacavam, por exemplo, guias e manuais jornalísticos, por causa da relevância desses materiais no país. Assim, as primeiras questões exploraram o jornalismo feminista de modo abrangente; depois, as perguntas aprofundavam-se em suas especificidades, os espaços que ocupa e as diferenças com o jornalismo hegemônico. Por fim, as questões eram centradas na participante, com a intenção de conhecer sua trajetória acadêmica e profissional, formas de refletir e atuar, e eventuais recomendações. Algumas alterações foram realizadas no roteiro das pesquisadoras, com a intenção de englobar seus trabalhos e saberes (APÊNDICE A).

Quanto ao roteiro de entrevista aplicado às brasileiras, esse manteve quase todas as questões das entrevistas anteriores. Uma das alterações foi a exclusão da pergunta sobre manuais e guias, em razão da dinâmica ser outra. Em seu lugar, uma nova questão foi inserida: “Como você percebe a relação entre ativismo e jornalismo feminista? Há pontos de encontro ou tensão?”. Essa inclusão se deu porque, com a análise das falas das argentinas concluída, o ativismo emergiu como um dos temas centrais, o que levou a investigar se a mesma dinâmica se manifestava no Brasil. É importante destacar, ainda, que as perguntas um e quatro foram reformuladas para se tornarem mais concisas, mantendo, contudo, suas centralidades (APÊNDICE C).

A imersão nas conversas com as interlocutoras evidenciou o indissociável vínculo da entrevista com o jornalismo e a pesquisa científica, uma vez que ela é uma das ferramentas fundamentais para a apreensão das informações em ambas as áreas, embora cada uma com suas próprias particularidades (Travancas, 2012; Pereira, 2012). Nesta investigação, um aspecto relevante reside na expertise de profissionais – jornalistas e pesquisadoras – que dominam essa técnica e a empregam em suas produções jornalísticas e estudos. Essa singularidade fortaleceu as interações, posto que elas estavam cientes da minha posição de jornalista e pesquisadora, fomentando diálogos ricos em reconhecimento e mútuas afetações.

2.3.1 A realização das entrevistas

A entrevista semiaberta (Duarte, 2005) foi a principal técnica para o levantamento de informações sobre o pensar-fazer das jornalistas acerca do jornalismo feminista, visto que, “na pesquisa qualitativa, a fala dos indivíduos se torna o principal registro do dado” (Lima, 2016, p. 29). Assim, a realização das entrevistas se deu em dois momentos neste estudo: um dedicado

às profissionais argentinas e outro às brasileiras. No entanto, é imperativo ressaltar que ambos os processos seguiram os mesmos protocolos éticos e a mesma estrutura de condução, a partir da combinação de recomendações de Minayo (2009b), Duarte (2005) e Gil (2008).

No início das entrevistas, tanto com as argentinas quanto com as brasileiras, eu me apresentava e apresentava a instituição em que estou inserida, os objetivos do trabalho e suas características, a importância da contribuição da convidada e os detalhes sobre a confidencialidade de seus dados. Na sequência, explicava como a conversa seria conduzida, o número de perguntas e que, se houvesse desconforto com qualquer questão, a resposta não era obrigatória. Adicionalmente, em algumas sessões, avisava sobre o acréscimo de uma ou mais questões, visando aprofundar aspectos específicos da trajetória profissional da participante. Depois, com a devida permissão de gravar, iniciava um diálogo informal para criar um ambiente acolhedor, garantindo que a conversa fluísse.

Nessa conversa preliminar, uma característica distinta entre os países foi a assinatura do TCLE e o preenchimento da ficha de dados pessoais. No que tange ao TCLE, nos dois cenários de coleta, era solicitado que a entrevistada lesse e assinasse o termo. Porém, nas entrevistas presenciais com as argentinas, a cópia do documento assinada por ambas as partes era entregue em mãos. Já nas entrevistas *on-line* com as profissionais brasileiras, enviava o termo já com a minha assinatura eletrônica, para que a respondente assinasse e devolvesse por *e-mail*.

As entrevistas com as participantes da Argentina ocorreram entre o final de maio e início de junho de 2023, em dias e horários previamente agendados, conforme detalhado no Quadro 1. Prezando pela atmosfera de segurança e proximidade, todas foram conduzidas em espanhol. Os locais das conversas foram definidos de acordo com a preferência das entrevistadas, priorizando o conforto de cada uma. Dentre elas, oito sessões ocorreram nos ambientes de trabalho das interlocutoras. Apenas a entrevista com Antonella foi realizada em um espaço público, durante seu horário de almoço, o que refletiu a disponibilidade da profissional, já que o encontro – inicialmente agendado para o dia 23 de maio, às 13h – foi adiado diversas vezes devido à sua intensa rotina de trabalho e a imprevistos.

A etapa argentina contou com duas particularidades operacionais importantes. Primeiro, a amostra foi expandida com a inclusão de Pilar, uma profissional que não estava prevista inicialmente e foi indicada por meio da entrevistada Jimena. Segundo, optou-se por conduzir a conversa com Laurita e María Esther em conjunto, devido à parceria que mantêm na docência e na escrita. Essa escolha metodológica permitiu explorar a dinâmica do trabalho compartilhado entre as duas, sem renunciar ao rigor da entrevista semiaberta.

Com a primeira fase das entrevistas concluída, o próximo passo foi começar as tratativas com as participantes do Brasil. Diferentemente das sessões no país vizinho, que ocorreram face a face, as entrevistas com as brasileiras foram realizadas por vídeochamada pela plataforma *Google Meet*. Fatores como a distância geográfica, custos financeiros de deslocamento, tempo disponível para produção textual e agenda atribulada das entrevistadas foram decisivos na opção pelo formato virtual. Não foi determinado um tempo limite para essas entrevistas; na verdade, o ambiente *on-line* propiciou que os diálogos se estendessem e fossem mais flexíveis.

As conversas com as brasileiras foram realizadas de dezembro de 2024 a fevereiro de 2025, com horários e datas combinadas antecipadamente via *e-mail* ou *WhatsApp*. No dia de cada entrevista, enviava uma mensagem algumas horas antes com o intuito de lembrar a data agendada e fornecer o *link* da reunião. O processo ocorreu sem grandes imprevistos, com exceção de duas entrevistas que necessitaram de ajustes. A sessão de Mariana teve o horário original, às 14h30, alterado para 17h30 devido a uma demanda da própria da jornalista. No caso de Helena, o agendamento estava previsto para 14 de fevereiro às 14h; contudo, a participante não compareceu. Horas depois, ela entrou em contato justificando a ausência por problemas de conexão à *internet*. A entrevista foi, então, remarcada e realizada no mesmo dia, às 19h30.

2.3.2 Registro e transcrição das entrevistas

Em todas as 15 entrevistas, o gravador e o caderno de campo foram utilizados como ferramentas de apoio. Nenhuma das participantes demonstrou objeção, e presumo que, por compartilharem a mesma área profissional e empregarem dispositivos semelhantes em seus cotidianos, não se sentiram inibidas nem desconfortáveis com o uso desses equipamentos. Nesse sentido, embora o *Google Meet* – recurso utilizado nas entrevistas com as interlocutoras brasileiras – ofereça a funcionalidade de gravar a vídeochamada, optei por usar um gravador externo para assegurar maior qualidade dos áudios e evitar falhas técnicas da plataforma. Com as entrevistadas argentinas, o gravador permaneceu à vista delas para maior transparência da captação.

Segundo Duarte (2005, p. 76-77), “a gravação possibilita o registro literal e integral. [...] O gravador possui a vantagem de evitar perdas de informação, minimizar distorções, facilitar a condução da entrevista, permitindo fazer anotações sobre aspectos não verbalizados”. Corroborando o apontamento do autor, o caderno de campo foi essencial no complemento das gravações; ele permitiu anotar percepções, como entonações, linguagem corporal, emoções, hesitações, entre outros detalhes. Além disso, ele foi utilizado para anotar observações sobre as

respondentes, o ambiente em que as entrevistas ocorriam, temas por elas enfatizados e pontos de convergência entre as falas delas. Para ilustrar, na sessão com Jimena, a primeira entrevistada argentina, há a seguinte anotação: “Jimena estava em seu trabalho (nome do local)⁷¹. Ela é muito tranquila, paciente e amável. Ela indicou um site jornalístico [feminista chamado *Marcha*⁷²] e uma jornalista”.

Após as entrevistas com as argentinas, ou no dia seguinte, eu trocava impressões com a professora Bettina sobre a conversa. No começo, eram comentários marcados pela minha identificação com a participante, pelo quão articulada ela era e os pontos mais interessantes. Entretanto, com o passar dos diálogos, essas constatações iniciais se expandiram para repetições; levando-me a perceber como as falas se reproduziam entre elas. A fim de não perder esses dados, passei a anotá-los no caderno de campo. Algo similar aconteceu com as entrevistadas brasileiras: muitas vezes aquilo que uma delas havia discutido se replicava, até mesmo com as falas das profissionais argentinas. Vale reforçar que essas anotações eram sempre pautadas por um olhar analítico e crítico.

Quanto às gravações, a transcrição completa das entrevistas apresentou particularidades distintas para cada grupo de participantes, à semelhança das etapas anteriores. Referente às entrevistas com as argentinas, o material sonoro foi organizado em uma pasta *on-line* e classificados pela data e nomes das participantes. Para otimizar o processo e garantir a identificação de gírias e expressões locais, os áudios foram transcritos de forma automática, utilizando o *bot Transcriber* no *Telegram*. Em seguida, eu realizava a tradução completa do espanhol para o português, preservando o sentido original e as nuances presentes nas falas das participantes. No caso das entrevistas brasileiras, as gravações foram igualmente organizadas e classificadas. A transição inicial do material foi realizada de forma automática pela plataforma de inteligência artificial *AssemblyAI*⁷³. Para assegurar a precisão do registro, todo o conteúdo foi conferido e validado pela minha leitura e escuta novamente dos áudios, corrigindo eventuais erros.

Para a constituição do *corpus* final de análise, os 15 registros textuais foram padronizados, o que envolveu um processo de normalização da linguagem oral para a escrita formal. Essa etapa envolveu a correção de traços de coloquialidade, sem alterar o sentido das falas. O rigor da transcrição foi assegurado por meio da adoção de convenções textuais

⁷¹ Na versão do caderno de campo consta o nome verdadeiro da participante e seu local de trabalho.

⁷² Disponível em: <https://marcha.org.ar/> Acesso em: 21 jul. 2025.

⁷³ Disponível em: <https://www.assemblyai.com/> Acesso em: 21 jul. 2025.

específicas: a) uso de reticências (...) para indicar pausas longas ou interrupção da frase; b) uso de colchetes [] para anotar elementos não verbais ou vocais (como risadas, gaguejos, ênfases, correções); c) uso da ferramenta “comentários” para adicionar informações contextuais relevantes (*links* e nomes mencionados); d) identificação clara das falas da entrevistada e da pesquisadora.

2.4 Análise de conteúdo

Alinhada às perguntas-problema desta tese, e com todas as entrevistas formatadas e os materiais sonoros ouvidos mais de uma vez, a técnica escolhida para a análise dos dados foi a análise de conteúdo (AC), na perspectiva de Laurence Bardin (2011). Amplamente utilizada em pesquisas sociais de abordagem qualitativa, a AC é conceituada pela autora como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

A análise de conteúdo adota um caminho metodológico rigoroso. Nesse percurso, cada etapa envolve uma escolha que exige clareza e coerência com os objetivos da pesquisa. É por meio da AC que “[...] podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes, 2009, p. 84). Essa característica é crucial, pois, neste estudo, os depoimentos das participantes, por si sós, não alcançam significação. Eles precisam ser apreendidos e interpretados para que, além de “deixar o objeto falar”, também possibilitem inferências válidas essenciais à interpretação do conjunto textual.

A análise de conteúdo se efetiva, conforme Bardin (2011), a partir de três instâncias sequenciais: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A primeira, nas palavras de Bardin (2011, p. 125) “é a fase de organização propriamente dita” dos documentos. Após isso, na exploração do material, a investigação envolve a codificação e categorização do *corpus* final. Na última parte, chega-se aos resultados por meio da inferência e da interpretação. Por se tratar de dois grupos de participantes de contextos históricos e socioculturais distintos, a estratégia adotada consistiu em realizar a pré-análise dos conteúdos textuais completos e, nos demais estágios, seguir com a separação entre as entrevistas dos dois países.

A decisão de trabalhar com as 15 entrevistas como *corpus* de análise ocorreu após a realização de todas as sessões. Essa definição é um dos elementos da pré-análise, que envolve a leitura “flutuante”, a escolha dos documentos e a formulação das hipóteses e dos objetivos, não necessariamente nessa ordem (Bardin, 2011). Apesar de ter sido concebida *a priori*, a passagem por parte das etapas citadas contribuiu para reafirmar tal opção. Ao concentrar os esforços nos registros textuais, foi possível perceber as especificidades desse conjunto, estabelecer diálogos com as teorias adotadas e conceber as impressões iniciais. As entrevistas, por serem homogêneas (respeitando os mesmos critérios) e pertinentes aos objetivos do estudo, fortaleceram a validade dessa escolha, em consonância com as propostas de Bardin (2011).

Antes de avançar para a exploração do material, alguns componentes da pré-análise ainda precisam ser estabelecidos a fim de indicar as direções da análise e configurar o estágio da categorização e da codificação. Na visão de Bardin (2011), há duas regras para recortar o material: as unidades de registro e de contexto. No que se refere à unidade de registro, esta “é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base [...]” (Bardin, 2011, p. 134). A natureza dessa unidade não é única e acolhe várias possibilidades; o essencial é que ela seja apropriada às características da pesquisa. Orientada pelas perguntas-problema e com o propósito de detectar os “núcleos de sentido” nas entrevistas, a unidade estabelecida foi o tema. Para Bardin (2011, p. 135), “o tema é geralmente utilizado como unidade de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências etc.”

Em relação à unidade de contexto, esta “[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (Bardin, 2011, p. 137). Para ilustrar, imagine que a unidade de registro é o acontecimento jornalístico *Covid-19*. Se analisar o termo isoladamente, ele pode evocar distintos sentidos. No entanto, ao delimitar que a unidade de contexto são trechos de reportagens de uma determinada revista, o entendimento do acontecimento se torna situado. “Em outras palavras, devemos compreender o contexto da qual (sic) faz parte a mensagem que estamos analisando” (Gomes, 2009, p. 87). Assim, a unidade de contexto que guia este estudo são os parágrafos das entrevistas, que oferecem o contexto necessário para a apreensão dos temas identificados.

2.4.1 O fio da meada: entrevistas com as argentinas

Neste subtópico, dedicado à exploração do material, detalho o processo de codificação e categorização aplicado às nove entrevistas realizadas com as participantes argentinas. A análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi utilizada como método principal, orientando a estratégia de análise e interpretação das informações.

As sessões com as participantes geraram um material sonoro que totaliza pouco mais de seis horas de gravação, e resultou em um volume extenso de conteúdos textuais. Para identificar os núcleos de sentido, a etapa inicial consistiu na impressão individual dos arquivos de cada interlocutora. Com os documentos impressos, os depoimentos foram relidos com foco na unidade de registro previamente delimitada. Utilizando canetas de cores diversas, os parágrafos que tratavam do mesmo assunto foram marcados e atribuídos a uma cor específica. Paralelamente, uma tabela foi elaborada para registrar o tema-eixo, a cor, os detalhes discutidos e as profissionais associadas a cada ocorrência. A frequência dessas ocorrências não foi listada, dada a natureza qualitativa do trabalho.

O processo de análise, próprio da fase de exploração do material, ocorreu de forma dinâmica e relacional. Os temas-eixo inicialmente delineados por meio da codificação (por meio de cores e marcações) foram continuamente reavaliados e reorganizados de acordo com a sua pertinência aos objetivos da pesquisa. Para abordar a questão do pensar-fazer, central nesta tese por expressar a agência das interlocutoras, adotou-se uma estratégia de construção categorial baseada na associação e diferenciação dos dados. Orientada semanticamente (Bardin, 2011), a análise buscou agrupar núcleos de sentido que, posteriormente, foram articulados a verbos de ação capazes de expressar as práticas e reflexões presentes nas falas das entrevistadas. Esse procedimento permitiu que as categorias emergissem do próprio material, tornando-os mais acessíveis à apreensão da significação presente nos discursos das entrevistadas.

A identificação dos temas-eixo emergiu dos núcleos de sentido presentes nos registros textuais – como ativismo, ponto de vista e estratégias. Esses núcleos foram agrupados e deram origem às ações jornalísticas **Posicionar**, **Desconstruir** e **Refletir**, formuladas para expressar a significação construída nas falas das mulheres jornalistas. O quadro a seguir apresenta essa organização, composta por sete temas-eixo e três ações jornalísticas (Quadro 5).

Quadro 5 - Temas-eixo e ação jornalística argentinas

Temas-eixo	Descrição	Ação jornalística
Ativismo	Agrupar as formas de apoio e sororidade que, junto ao ativismo no jornalismo feminista e ao fortalecimento de redes de mulheres, fundamentam um posicionamento individual e coletivo, demonstrando compromisso social.	Posicionar
Redes de mulheres		
Amorosidade		
Ponto de vista situado	Descreve o pensar-fazer jornalístico que, ao assumir um ponto de vista situado e a honestidade intelectual, busca desconstruir os paradigmas jornalísticos.	Desconstruir
Estratégias e elementos adotados	Abrange as estratégias do jornalismo feminista e seu fazer crítico e reflexivo. Inclui as escolhas jornalísticas, a influência de guias e manuais e as pautas trabalhadas.	Refletir
Guias e manuais		
Pautas trabalhadas		

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As ações jornalísticas identificadas, detalhadas no Quadro 5, foram submetidas a uma nova etapa de síntese. Esse processo de investigar o que essas ações indicam no pensar-fazer das entrevistadas e de transformá-las nas categorias finais, alinha-se à categorização proposta por Bardin (2011, p. 147), para quem essa é “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”. Tal abordagem permitiu a emergência das seguintes categorias analíticas: 1) **A militância feminista como parte da identidade profissional**; 2) **A desconstrução dos cânones jornalísticos**; e 3) **A prática jornalística reflexiva**, apresentadas com exemplos no Quadro 6.

As três categorias manifestam as “qualidades” que, segundo Bardin (2011), asseguram a credibilidade da análise. Primeiramente, elas são “mutuamente exclusivas”, visto que cada elemento de sentido que as compõem se encaixa apenas em uma categoria. Elas são “homogêneas”, pois, embora abranjam vários elementos de sentido, esses convergem para um mesmo princípio temático central (o verbo-ação). Além disso, são “pertinentes”, visto que as categorias foram formuladas a partir dos objetivos da pesquisa e das perguntas-problema. A “objetividade” e a “fidelidade” também foram princípios guias, dado que a definição das categorias foi estabelecida de maneira clara para que não haja interferências externas. Por fim,

a “produtividade” dessas categorias permite a inferência de outras ideias e ajuda a aprofundar o pensar-fazer das jornalistas e pesquisadoras (Bardin, 2011).

Quadro 6 – Categorias analíticas argentinas

Dimensão	Categorias gerais	Categorias analíticas	Exemplos
Ação jornalística	Posicionar	Militância feminista como parte da identidade profissional	Graciela: “Contudo, há alguns anos muitas de nós nos definimos dentro do jornalismo feminista ou como jornalistas feministas”. Antonella: “[...] a comunicação também é militância, eu não tinha essa perspectiva. Para mim, militância era política partidária em um lugar, em um espaço. Bom, quando eu percebi que poderia fazer militância no meu programa de rádio, me dei conta que essa militância é cotidiana”.
	Desconstruir	Desconstrução dos cânones jornalísticos	Jimena: “Então, me parece que é muito mais sincero poder dizer desde onde eu estou parando para dizer o que estou dizendo, assim para mim a objetividade é algo muito difícil de alcançar. Acredito que pode chegar a ter a ver com respeitar os fatos e os dados pontuais, não?”. Milagros: “Não acredito em imparcialidade, não acredito em objetividade e não acredito em neutralidade”.
	Refletir	Prática jornalística reflexiva	Rosalía: “Logo, é fundamental as vozes que consulta esse jornalismo feminista, não? Elas não são as vozes tradicionais, não sei, da justiça patriarcal ou da polícia, os vizinhos, a família, mas, sim, que construa a notícia [com vozes] autorizadas que têm a ver com as referências feministas [...]”. Pilar: “Ou seja, quem faz jornalismo com essa perspectiva tem que levar em conta os elementos críticos do feminismo para tratar uma determinada informação”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Em síntese, as categorias analíticas – **Militância feminista como parte da identidade profissional**, **Desconstrução dos cânones jornalísticos** e **Prática jornalística reflexiva** – representam, por meio das ações de **Posicionar**, **Desconstruir** e **Refletir**, os pilares que conduzem o pensar-fazer das jornalistas e pesquisadoras argentinas. Elas traduzem a forma

como as entrevistadas constroem sua identidade profissional, revelando um agir intencional e político que se desdobra na crítica aos paradigmas que conduzem o jornalismo e em um fazer reflexivo constante. É com base nessas três lentes analíticas que o **Capítulo 3** se aprofundará nas falas das participantes.

2.4.2 O fio da meada: entrevistas com as brasileiras

Com a metodologia já consolidada a partir da análise do material argentino, o exame dos depoimentos das cinco jornalistas e de uma pesquisadora foi conduzido de forma mais clara e consistente. O material sonoro, que totalizou mais de cinco horas de gravação, foi transcrito para o formato textual em documentos separados por entrevistada. Seguindo os mesmos procedimentos, os arquivos de cada participante foram impressos individualmente, o que permitiu uma leitura atenta do conjunto e de suas particularidades. Novamente, a tabela e as canetas coloridas foram utilizadas para sinalizar os parágrafos que se interligavam, catalogando os temas-eixo presentes na fala de cada uma. Uma vez mais, a frequência dessas ocorrências não foi listada, dada a natureza qualitativa da pesquisa.

Para assegurar a coerência entre as duas análises e alcançar os objetivos da pesquisa, o processo de categorização do *corpus* brasileiro manteve a estratégia de construção categorial fundamentada na identificação de verbos de ação que materializam o pensar-fazer das sujeitas entrevistadas. Essa abordagem metodológica permitiu delinear os temas-eixo observados nas narrativas das interlocutoras e, em seguida, reuni-los a partir das ações jornalísticas. O processo permitirá estabelecer comparação entre as amostras brasileiras e as amostras argentinas.

Embora o olhar das jornalistas brasileiras revele pontos de convergência com o contexto argentino, a dinâmica sócio-histórica particular do Brasil demandou a formulação de um novo conjunto de ações analíticas. Os núcleos de sentido identificados resultaram em oito temas-eixo, que se desdobram em três ações jornalísticas específicas: Indignar, Redefinir e Continuar. Essa diferenciação é fundamental para captar as especificidades do ativismo e da prática jornalística no contexto nacional, conforme detalhado no Quadro 7.

Quadro 7 - Temas-eixo e ação jornalística brasileiras

Temas-eixo	Descrição	Ação-jornalística
Vivência pessoal	Abrange a dinâmica de transformar a vivência pessoal, marcada por violências e apagamentos, e o sentimento de desconforto com a mídia hegemônica em uma prática jornalística com propósito.	Indignar
Revolta e desconforto		
Ponto de vista situado	Evidencia a posição situada das jornalistas que, ao questionarem os cânones jornalísticos, inserem a mirada interseccional na construção de narrativas mais complexas.	Redefinir
Ressignificação dos cânones		
Interseccionalidade		
Sustentabilidade e desafios	Abrange os desafios enfrentados pelas profissionais em relação à sustentabilidade dos meios que atuam, a importância da ética feminista e da ação coletiva, além de evidenciar o esforço em garantir o legado e a memória do jornalismo feminista, pavimentando o caminho para o futuro da profissão.	Continuar
Ética feminista e ação coletiva		
Memória e legado		

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Prosseguindo a análise, as ações jornalísticas identificadas nos dados referentes ao Brasil foram organizadas em categorias que aprofundam a compreensão do pensar-fazer das entrevistadas. Esse processo, alinhado à análise de conteúdo de Bardin (2011), permitiu o agrupamento por similaridade, resultando na formulação das categorias de análise: 1) **O pessoal se transforma em profissional**; 2) **A mirada posicionada em ação**; e 3) **O sentido da perenidade**. As três categorias manifestam as qualidades que Bardin (2011) indica como essenciais para a credibilidade da análise. Elas são “mutuamente exclusivas”, “homogêneas” e “pertinentes”, e em conformidade com a “objetividade”, “fidelidade” e “produtividade”. As categorias estão detalhadas, com exemplos, no Quadro 8.

Quadro 8 - Categorias analíticas brasileiras

Dimensão	Categorias gerais	Categorias analíticas	Exemplos
Ação jornalística	Indignar	O pessoal se transforma em profissional	Helena: “O jornal era uma convocação para a gente se rebelar mesmo diante do patriarcado, diante do machismo”. Elisa: “Então, a gente nasce meio que ‘revoltadas’, assim, por não ter esses espaços, por não saber notícias”.
	Redefinir	A mirada posicionada em ação	Cecília: “Tem outras formas de ser objetivo e eu acho que a gente precisa repensar sobre esses pressupostos, sobre esses pilares do jornalismo”. Mariana: “Eu acho que um dos principais para mim é a interseccionalidade. Então é um jornalismo que entende que não existe uma mulher única, uma mulher universal”.
	Continuar	O sentido da perenidade	Tereza: “A gente precisa agir de forma colaborativa, a gente precisa trabalhar a incidência e precisa mudar a cultura [...]”. Helena: “Há sempre grupos que vão se rebelar contra esse formato que querem nos impor de comunicação”.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

As categorias analíticas – **O pessoal se transforma em profissional**, **A mirada posicionada em ação** e **O sentido da perenidade** – emergem como pilares que fundamentam o jornalismo feminista brasileiro. Juntas, elas traçam a jornada dessas profissionais, que partem da indignação e da experiência pessoal para redefinir o jornalismo, confrontando e ressignificando os cânones do jornalismo a partir de suas miradas situadas. Essa prática, marcada pela interseccionalidade, se consolida, por fim, no esforço coletivo, no cuidado e na garantia da memória e do legado para o futuro da profissão. A análise aprofundada de cada uma dessas categorias é o foco do **Capítulo 4** desta pesquisa.

3 O tecido argentino: posicionar, desconstruir e refletir

*¡Alerta, alerta, alerta que camina la lucha
feminista por América Latina! ¡Y tiemble, y
tiemble, y tiemblen los machistas! ¡América Latina
va a ser toda feminista!*

As ruas de Mendoza, na Argentina, tremeram na tarde de 3 de junho de 2023, bem como as palavras de ordem entoadas por centenas de mulheres e pessoas que expressam dissidências sexuais e de gênero. As orientações da marcha eram específicas: use roupas na cor preta (pois seguimos de luto); respeite a ordem e as decisões da organização; caso necessite de ajuda chame as companheiras dos “Cuidados Coletivos”. O trajeto começara às 17h, no cruzamento da *Avenida San Martín* com a *Avenida Colón* e teria sua concentração final na *Plaza Independencia* – e assim, foi na passagem pela *Calle San Lorenzo* que encontrei a multidão, o tremor das canções, o som dos instrumentos de percussão e as vozes daquelas que, durante tantos anos, e ainda hoje, foram silenciadas.

“Ter voz” e “buscar vozes”, foram algumas das expressões que cruzaram o meu escutar ao longo das entrevistas semiabertas que realizei, naquela mesma cidade, com cinco jornalistas e três pesquisadoras que atuam ou têm vínculo no/com o jornalismo e/ou a comunicação conforme a perspectiva dos feminismos e do gênero. Estas profissionais, além de relevantes para a percepção do jornalismo feminista argentino, assumem nesta pesquisa, a posição de fontes documentais orais. Desta forma, as conversas revelam a subjetividade de cada uma, em um determinado contexto histórico e social (Minayo, 2007, 2009b), e indicam as reflexões e as práticas jornalísticas a partir da mirada feminista e militante.

Este capítulo se aprofunda no tecido das falas coletadas nas entrevistas, explorando os significados e as percepções das jornalistas argentinas. A análise, conduzida com base nos princípios da análise de conteúdo (Bardin, 2011), se desdobra em três etapas. Primeiramente, as declarações das participantes foram examinadas para identificar os núcleos de sentido que se repetem. Esses núcleos, então, foram agrupados e sintetizados em três ações jornalísticas – Posicionar, Desconstruir e Refletir. Por fim, estas ações foram articuladas em três categorias que organizam a análise: 1) Militância feminista como parte da identidade profissional; 2) Desconstrução dos cânones jornalísticos; e 3) Prática jornalística reflexiva. É por meio dessas lentes que este capítulo abordará o pensar-fazer das entrevistadas, revelando a complexidade e a força do jornalismo feminista.

3.1 O jornalismo feminista: desafios e conquistas na Argentina

Para a radialista María Alba⁷⁴, que trabalha em um meio tradicional público e atua como diretora do Departamento de Gênero do veículo, o jornalismo sempre foi machista e patriarcal, o que afetou diretamente a presença das mulheres nos espaços midiáticos hegemônicos. María Alba empenha-se em sua prática diária, tal como outras jornalistas feministas a ponderar qual o local da mulher na construção da notícia: ela é protagonista ou segue invisibilizada? Na sua compreensão, “o jornalismo feminista, por um lado, busca as vozes femininas, as vozes de mulheres que fazem parte da realidade o tempo todo, mas, por outro lado, busca instalar temáticas que historicamente foram invisibilizadas, silenciadas [...]”⁷⁵. A busca por vozes que se encontram às margens do jornalismo não é uma mera escolha editorial, mas uma postura política que redefine o que se considera relevante para ser noticiado e quem detém a autoridade para narrar.

Os dizeres de María Alba ressoam com os de algumas entrevistadas que destacam como várias pessoas seguem às margens do jornalismo hegemônico. Esse é um ponto de vista reforçado por Pilar, que aponta que “[...] os homens, historicamente, opinaram sobre tudo, até sobre assuntos que se supõe por mandato correspondia[m] às mulheres”. Este fato, inclusive, perpassa até mesmo o modo como elas desejam exercer suas práticas. A jornalista Jimena, que atua como comunicadora em um centro cultural, por exemplo, defende que “como jornalista quero que todo mundo me escute e me veja [...], mas nesse ‘todo mundo’ realmente quero que esteja todo mundo. Não é só falar das mulheres ou falar das dissidências. [É] falar com pessoas com deficiência. [É] falar com pessoas mais velhas [...]”. A interlocutora chama a atenção para a importância da interação dialógica, de estabelecer contato com as pessoas, e que essa dialogicidade, igualmente, extrapole suas bolhas e alcance aquelas e aqueles que pensam diferente.

A esse respeito, Rosalía, docente de uma universidade pública argentina e pesquisadora do *Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* (CONICET), acrescenta que “o jornalismo feminista existe também [...] da necessidade de que outras vozes entrem no jogo e tomem a palavra e outras posições”. A colocação da investigadora reverbera um dos pontos citados nas declarações das participantes; muitas ocuparam/ocupam funções em que

⁷⁴ Como mencionado em **Entre agulhas e pontos: os fios metodológicos**, os nomes das participantes foram substituídos por pseudônimos. Essa decisão reflete o compromisso ético desta tese, visando a proteção das identidades das jornalistas que gentilmente aceitaram participar.

⁷⁵ As entrevistas com as argentinas foram realizadas entre maio e junho de 2023. Todas foram gravadas, transcritas e traduzidas. Por se tratar de fragmentos dessas conversas, as citações não apresentam paginação e data.

hierarquicamente os homens sempre estiveram acima delas⁷⁶. É o caso de Jimena que, em seu primeiro estágio em uma emissora de rádio pública, junto às demais profissionais da empresa, passou a questionar e a confrontar a estrutura de trabalho. “Começamos a perceber o que estava acontecendo e que, de repente, a maioria dos homens estava no microfone e nós [nosotras]⁷⁷ não. E quem tomava as decisões eram os homens e não nós [nosotras]. Então, começamos a discutir isso, ver o que acontecia”.

Segundo a jornalista Pilar – uma das colegas de Jimena e que estava, em comparação às outras, em um nível mais elevado de chefia, porém ainda subordinada a um homem –, esse processo de tomada de consciência foi alicerçado no companheirismo e na aprendizagem entre elas. “Eu comecei a me colocar ali no meio [daquelas relações de poder] para abraçá-las, para [nos] empoderarmos juntas [...]”, explica Pilar, que hoje atua na área de comunicação em uma editora universitária. A ação coletiva e de amorosidade, paralelamente, pautou-se na reestruturação das atividades jornalísticas da redação: a busca por fontes mulheres e diversidades de gênero; o uso ou não do masculino genérico⁷⁸; a incorporação das agendas de gênero nas seções que são vistas socialmente como masculinas (política, economia etc.); a produção de críticas literárias, cinematográficas e musicais que tivessem vínculo com o tema.

Uma situação relevante que Pilar recorda foi a dificuldade que elas tiveram em encontrar profissionais dispostas a comentar assuntos de suas áreas de formação e atuação. Em geral, as mulheres consultadas respondiam com a indagação: “Não é melhor entrevistar um homem?” ou indicavam seus chefes. Isto é, elas consideravam as figuras masculinas como autoridades e detentoras da fala. O contexto mencionado por Pilar, apesar de ter ocorrido entre os anos 2000 e 2010, parece seguir presente no jornalismo hegemônico e não hegemônico. Antonella, produtora de um programa feminista de rádio, afirma que “custa muito, às vezes, encontrar

⁷⁶ A *Global Media Monitoring Project* (GMMP) é responsável por realizar, desde 1995, pesquisas quinquenais acerca de questões de gênero na mídia mundial. No estudo mais recente, que corresponde ao ciclo até 2020, o informe relativo à Argentina constatou que, pela primeira vez, “encontramos quase paridade naqueles que estão à frente de um microfone na maioria dos meios de comunicação. Exceto no rádio, onde há uma porcentagem maior de homens (65%)” (GMMP, 2020, p. 14). Tradução própria. Do original: “*Encontramos casi paridad en quienes se encuentran frente a un micrófono, en la mayor parte de los medios. Salvo en radio donde hay mayor porcentaje de varones (65%)*”.

⁷⁷ Diferentemente do português em que o pronome pessoal “nós” abrange os gêneros masculino e feminino, na língua espanhola há a variação “nosotros” e “nosotras”. Embora essa distinção seja uma regra linguística, neste trabalho optou-se por demarcar a presença do pronome no feminino sempre que ele aparece na fala das entrevistadas argentinas e nos textos referenciados. Essa escolha busca evidenciar a potência de um “nós” que representa um “nós mulheres” – aqui compreendidas em suas pluralidades e corporalidades múltiplas.

⁷⁸ “O uso do gênero gramatical masculino como um termo genérico para se referir a homens e mulheres exclui e torna a mulher invisível” (Santoro, 2007, p. 145). Tradução própria. Do original: “*El uso del género gramatical masculino como genérico para hacer referencia tanto a hombres como a mujeres excluye y hace invisible a la mujer*”.

vozes de mulheres em posições hierárquicas, porque temos sido a todo o tempo renegadas por esse patriarcado para dar opinião sobre outras coisas – opinar sobre as crianças, sobre a maternidade, sobre a menstruação e sempre o cuidado das coisas”.

Antonella acredita que deslocar a “palavra da mulher” do âmbito privado ao cenário midiático e público é uma maneira de transformar as mulheres em vozes de autoridade e de conhecimento. Para a radialista, é fundamental “começar a pensar a mulher como outra potência”; por isso, ela defende que as mulheres devem ser voz prioritária nas entrevistas e na hora de formular as pautas. É importante destacar que Antonella está inserida em um ambiente jornalístico autogerido por ela e mais duas companheiras, e que elas têm absoluta liberdade para incorporar tais aspectos em seus conteúdos. Em contrapartida, ao ponderar acerca das mídias feministas, as discussões estão além das decisões editoriais, sendo atravessadas por diversas problemáticas.

À vista disso, conforme Rosalía, muitas publicações feministas são feitas por voluntárias e sem recursos financeiros, o que consequentemente, afeta a sobrevivência a longo prazo. Antonella argumenta que “[...] não tem como sustentar uma publicação absolutamente se não for com o corpo das companheiras. Com o corpo e a cabeça postos à disposição disso e de graça, não?”. Contudo, ainda de acordo com a produtora, “[...] nenhuma iniciativa pode transcender enquanto nós mulheres seguirmos exercendo um jornalismo precarizado. Então, não há uma forma [de] que todas as iniciativas prosperem, porque elas prosperam sobre o suor e o sangue das jornalistas que as fazem”. Na mesma linha, Pilar reforça que:

Quando você não tem um sistema econômico, bom, há momentos de grande entusiasmo, mas depois quando você tem que comer, viver, pagar impostos – sem falar se você tem filhos⁷⁹ e se tem que alimentá-los e tudo –, os sonhos e os projetos vão se diluindo, porque não há formas de os sustentar e [você] tem que sair para trabalhar em outra coisa, e a maioria dessas mulheres trabalham em outras coisas (Entrevistada Pilar).

A afirmação de Pilar reflete a experiência de Antonella e de suas colegas de programa. Em seu relato, a interlocutora ressalta que, para manter o espaço da atração feminista, cada integrante precisa conciliar até quatro empregos. Além disso, uma delas é mãe, o que representa mais uma carga de trabalho, exigindo tempo e responsabilidades extras. Não é à toa que a produtora enfatiza a ideia de colocar “todo o seu corpo” e “toda a sua mente” como parte do comprometimento dela e das demais profissionais com o programa. No entanto, a jornalista

⁷⁹ A entrevistada Pilar, em referência à linguagem neutra, utiliza a letra “e” para substituir as letras “a” e “o”.

admite que, em alguns momentos, sente tristeza e medo, levando-a a se questionar: “Bom, até quando eu vou conseguir me sustentar para que isso continue?”.

Além do fardo pessoal e financeiro, algumas entrevistadas destacam outras barreiras enfrentadas pelas mídias feministas, como a dificuldade de alcançar uma audiência mais ampla e as diversas formas de resistência, incluindo pressões externas e ataques virtuais e públicos. A precarização do trabalho não é uma realidade exclusiva das profissionais do jornalismo feminista, mas reflete um quadro mais amplo do jornalismo argentino (e mundial). De acordo com a pesquisa *Periodistas amenazadas: invest!gar para protegerlas*, que ouviu 215 jornalistas de diferentes províncias do país, apenas 28,37% das entrevistadas ocupam cargos de chefia. Mais da metade delas são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias, o que reforça a “[...] percepção de que a dificuldade em conciliar as responsabilidades familiares é um dos principais fatores que dificultam o exercício da profissão”⁸⁰ (FOPEA, 2025, p. 7).

Apesar de todas essas adversidades, a maioria das profissionais entrevistadas considera as iniciativas feministas essenciais neste período, definido pela comunicadora Milagros de “*una época bisagra*”⁸¹. A expressão é uma figura de linguagem que se apropria do funcionamento das dobradiças, chave para dar volta às coisas (um giro), a fim de caracterizar um momento de mudanças sociais. Isso não implica, elucida Milagros, que essas transformações sejam sempre positivas, aqui tencionando o jornalismo feminista e os feminismos, e se desenrolem de modo linear e crescente. Pelo contrário, elas ocorrem em um movimento simultâneo de avanços e retrocessos sociais.

Com foco nos avanços, a produtora Graciela, que atua em uma rádio universitária, considera que a figura das “[...] editoras de gênero – principalmente em meios que atendem a informação geral – é um papel muito importante e que compartilha do espírito dessas mídias colaborativas e digitais”. Segundo a revista digital *LatAm Journalism Review*, a Argentina é pioneira na América Latina pela nomeação da jornalista Mariana Iglesias como editora de gênero do jornal de circulação nacional *Clarín*⁸², em 3 de junho de 2019, data oficial da marcha *Ni Una Menos*.

O papel da editora de gênero irrompeu nos meios de comunicação graças às mãos dos feminismos em todo o mundo. Sua função é fundamental para avançar em coberturas que não reproduzam as violências e que respeitem e

⁸⁰ Tradução própria. Do original: “[...] percepción de que la difícil conciliación entre responsabilidades familiares y laborales es uno de los principales factores que dificulta el ejercicio de la profesión”.

⁸¹ A tradução de *bisagra* para o português é “dobradiça”.

⁸² Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/editoras-de-genero-avancam-cobertura-inclusiva-enfrentam-violencia-online-e-criam-aliancas-na-america-latina/> Acesso em: 27 set. 2023.

garantam os direitos das mulheres e LGBTQI+, além de promover a construção de uma agenda midiática diversa (UNFPA, 2021, n.p., tradução própria)⁸³.

A jornalista Ana Belén Spinetta (2020, 2022, 2023) dedica-se a esquadrihar a função a partir de investigações quantitativas e qualitativas que ilustram as condições e os impactos laborais das editoras de gênero na Argentina. A autora esclarece que a posição desponta em conformidade com as lutas feministas e as vitórias alcançadas pelas mulheres nos últimos anos no país. Três acontecimentos, para Spinetta (2022), impulsionaram tal surgimento: a realização do *Encuentro Nacional de Mujeres*⁸⁴, evento que reúne centenas de milhares de mulheres e dissidências sexuais e de gênero há quase 40 anos (Alma; Lorenzo, 2009); as mobilizações *Ni Una Menos*⁸⁵, com início em 2015, frente ao aumento dos feminicídios; e as manifestações conhecidas como *Marea Verde*⁸⁶, com começo em 2018, a favor da lei de interrupção voluntária da gravidez.

Meses depois da indicação de Iglesias para a função de editora de gênero, Milagros, uma das entrevistadas desta tese, foi convidada a ocupar o cargo em uma instituição pública argentina; posto, até então, inexistente na entidade. A escolha da comunicadora foi alicerçada na sua trajetória acadêmica-profissional e no seu conhecido ativismo pelos direitos humanos e das mulheres. A editora conta que quando assumiu o cargo, no final de 2019, sua primeira ação foi promover capacitações às diferentes equipes de redação (rádio, TV e portal *on-line*) com foco na transversalização da perspectiva de gênero e dos direitos humanos. Ela recorda que não foi um processo fácil, visto que era nova naquele espaço. Então, a princípio, havia a sensação: “Quem é essa que vem nos dizer como pensar e como escrever?”.

⁸³ Tradução própria. Do original: “*El rol de la editora de género irrumpió en los medios de comunicación de la mano de los feminismos en todo el mundo. Su función es clave para avanzar en coberturas que no reproduzcan las violencias y que respeten y garanticen los derechos de las mujeres y LGBTQI+, además de favorecer la construcción de una agenda mediática diversa*”. Disponível em: <https://argentina.unfpa.org/es/news/con-el-apoyo-de-unfpa-crean-la-primera-red-de-editoras-de-g%C3%A9nero> Acesso em: 28 set. 2023

⁸⁴ Atualmente denominado *Encuentro Plurinacional de Mujeres, Lesbianas, Trans, Travestis, Bisexuales, Intersexuales y No Binaries*. Disponível em: <https://encuentroplurimujeresydisidencias.com.ar/> Acesso em: 2 dez. 2024.

⁸⁵ “*Ni Una Menos*’ foi o lema da grande marcha de 3 de junho de 2015, em que mulheres (e toda a sociedade) foram às ruas para exigir do Estado medidas para o fim da violência sexista e dos feminicídios. A convergência de diferentes setores da sociedade nessa reivindicação gerou uma onda roxa incontável” (Tomé, 2022, n.p.). Desde então, a mobilização ocorre anualmente em 3 de junho na Argentina. Mobilizações semelhantes se estendem a outros países da América Latina, que também adotam o mesmo lema. Tradução própria. Do original: “*Ni una menos*’ fue la consigna de la masiva marcha del 3 de junio de 2015, en donde las mujeres (y la sociedad entera) salieron a demandar al Estado medidas para el cese de la violencia sexista y los feminicidios. La confluencia de diferentes sectores de la sociedad en este reclamo generó una ola violeta imparable”.

⁸⁶ Para mais informações, disponível em: <https://catarinas.info/mare-verde-a-trajectoria-das-argentinas-na-luta-pela-legalizacao-do-aborto/> Acesso em: 16 jun. 2025.

Outro desafio enfrentado por Milagros, e pelas demais editoras de gênero argentinas, foi saber quais são, efetivamente, suas atribuições profissionais. Por se tratar de uma posição recente, não existe um protocolo e/ou manual a ser seguido (Entrevistada Milagros; Abiuso; López, 2024). Cada editora, dentro do meio em que está inserida, precisou/precisa delinear seu fazer no dia a dia, um aprender “tateando”. Em sua rotina de trabalho, Milagros realiza diversas tarefas: escreve textos, participa de programas televisivos, sugere temas a serem discutidos, recomenda possíveis entrevistadas e entrevistados. Do mesmo modo, a profissional acompanha e está à disposição das/dos jornalistas da entidade para promover coberturas e conteúdos com melhor qualidade jornalística.

Ainda que a experiência individual seja crucial, é com base na atuação coletiva que as editoras de gênero procuram superar as adversidades inerentes à função. De fato, em 25 de novembro de 2021, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, elas criaram, com o suporte do *Fundo de População das Nações Unidas* (UNFPA), a *Red de Editoras de Género de Argentina* (REG) (Spinetta, 2022, 2023; Rosenberg, 2023). “A Rede é a primeira de seu tipo a nível mundial que impulsiona e fortalece o papel de editora de gênero nos principais meios gráficos, televisivos, radiofônicos e on-line visando um jornalismo com perspectiva de gênero e direitos humanos” (UNFPA, 2021, n.p.)⁸⁷.

Segundo Milagros, as editoras mantêm um diálogo constante. Esse é, inclusive, o motivo da escolha do termo “rede” para nomear o grupo: indicar a comunicação e intercâmbio de saberes entre elas. Nas palavras da jornalista: “[...] embora cada uma trabalhe sozinha dentro do seu ambiente e isso seja muito difícil, principalmente em alguns meios, nós [*nosotras*] estamos em rede. Compartilhamos desde experiências raciais dentro do trabalho, dúvidas, problemas, até questões pessoais de ser chefe”. Em entrevista a Spinetta (2023), duas editoras de gênero da rede afirmaram que:

“Implica uma Rede de acompanhamento, de solidariedade e de intercâmbio entre as colegas. E o impulso da UNFPA é muito importante em termos de legitimação e prestígio”, disse uma das jornalistas. Outra mencionou que embora “seja quase essencial o apoio de uma organização como a ONU para o desenvolvimento da nossa tarefa”, em certas situações “claramente não tem impacto algum dentro dos meios”; e acrescentou que “apesar disso, significa

⁸⁷ Tradução própria. Do original: “*La Red es la primera de su tipo a nivel mundial que impulsa y fortalece el rol de editora de género en los principales medios gráficos, televisivos, radiales y online por un periodismo con perspectiva de género y derechos humanos*”. Disponível em: <https://argentina.unfpa.org/es/news/se-realiz%C3%B3-el-iii-encuentro-de-la-red-de-editoras-de-g%C3%A9nero-de-argentina> Acesso em: 1º nov. 2024.

para nós uma rede de contenção e apoio estratégico” (Spinetta, 2023, p. 26, tradução própria)⁸⁸.

Retomando a discussão sobre os avanços e retrocessos sociais, a função de editora de gênero, considerada por algumas instituições uma conquista para o jornalismo argentino⁸⁹ e para o público em geral, vem enfrentando desafios significativos. A REG, que inicialmente contava com cerca de dez profissionais em todo o país (Entrevistada Milagros), chegou a alcançar um total de 13 editoras na função. No entanto, atualmente, apenas cinco permanecem em seus cargos (Amnistía Internacional, 2024). Como apontado pela *Asociación Civil Comunicación para la Igualdad*⁹⁰ em uma publicação no *Instagram* (@comunicarigualdad), em 10 de setembro de 2024, “o ataque aos meios de comunicação públicos por parte do governo [Milei] teve impacto no já deteriorado papel das Editoras de Gênero”⁹¹.

A declaração da organização evidencia o “efeito silenciador” (Amnistía Internacional, 2024) vivenciado por editoras de gênero e jornalistas feministas, intensificado pela eleição do presidente Javier Milei e sua postura hostil em relação à imprensa e a/aos suas/seus profissionais. Contudo, o contexto é ainda mais complexo e envolve uma série de fatores. Segundo o relatório da *Amnistía Internacional* (2024), nos últimos anos, a mídia argentina ampliou a cobertura das agendas feministas e de gênero, o que levou à criação de cargos como o de editora de gênero e de colunistas especializadas. Por outro lado, a resistência de grupos contrários a essas pautas, somada aos impactos da pandemia de *Covid-19* – que contribuiu para a invisibilização desses temas na mídia (Gil, 2024) –, resultou em retrocessos significativos.

Em sua pesquisa mais recente sobre as editoras de gênero, Spinetta (2023) já confirmava esse quadro preocupante. A autora entrevistou, de forma anônima, 12 editoras argentinas que atuam ou atuaram na função. Entre as adversidades enfrentadas pelas profissionais, 41,7% consideram “pouco satisfatório” o apoio recebido dos veículos de comunicação onde trabalham; parte delas enfrenta críticas de mulheres dos movimentos feministas, o chamado “fogo amigo”; quatro renunciaram ao cargo sem que fossem substituídas, revelando o descaso e o não

⁸⁸ Tradução própria. Do original: “‘*Implica una Red de acompañamiento, de solidaridad, de intercambio, entre las colegas. Y el impulso de UNFPA es muy importante en términos de legitimación, prestigio*’, indicó una de las periodistas. Otra mencionó que si bien ‘es casi fundamental el apoyo de un organismo como ONU para el desarrollo de nuestra tarea’, en determinadas situaciones ‘claramente no tiene incidencia alguna dentro de los medios’; y agregó que ‘no obstante eso, nos significa una red de contención y acompañamiento estratégica’”.

⁸⁹ Para mais informações, disponível em: <https://argentina.unfpa.org/es/news/reconocimiento-la-red-de-editoras-de-g%C3%A9nero-por-el-impulso-de-contenidos-diversos-y-con> Acesso em: 24 fev. 2025.

⁹⁰ Para mais informações, disponível em: <https://comunicarigualdad.com.ar/> Acesso em: 4 nov. 2024.

⁹¹ Tradução própria. Do original: “*El ataque a los medios públicos por parte del Gobierno impacto en el ya deteriorado rol de Editoras Género*”. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_wHleCMBws/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: 4 nov. 2024.

comprometimento desses veículos; e quase todas são atacadas regularmente, em casos que envolvem desde assédio digital, ataques de colegas jornalistas homens, ameaças de violência física, intimidação à reputação e à credibilidade, entre outros (Spinetta, 2023).

O impacto da violência na vida das editoras de gênero é dimensionado por Spinetta (2023), que relata ocorrências envolvendo as jornalistas Mariana Iglesias (*Clarín*) e Marina Abiuso (*Todo Noticias, El Trece*). Para ilustrar essa realidade, o caso de Iglesias, que foi alvo de ofensas virtuais e censurada pelo próprio veículo em que atua, é um exemplo contundente. No episódio, a editora escreveu uma nota crítica ao editorial da jornalista Viviana Canosa⁹² no canal de notícias *A24*, em que ela discrimina e insulta as mulheres argentinas que se mobilizaram rumo ao Congresso Nacional no Dia Internacional das Mulheres em 2022. Poucas horas após a divulgação do texto, o jornal *Clarín* removeu a publicação do site (Spinetta, 2023) e não deu nenhuma declaração acerca da decisão. Com isso, o periódico (sua equipe de chefia) desrespeitou a profissional e sua autonomia, desconsiderou o público, violou direitos universais como a liberdade de expressão e impediu a circulação de conteúdo noticioso.

Já na parte analítica dos comentários feitos no *X*, antigo *Twitter*, a autora catalogou 292 postagens em que o nome “Mariana Iglesias” aparecia durante um mês após a repressão do diário. Ainda que 20% dessas mensagens fossem voltados à defesa e solidariedade à jornalista, 80% delas eram de cunho odioso contra Iglesias. Esse conteúdo foi dividido em sete esferas: 1) eles acusavam Mariana Iglesias de censura à Viviana Canosa; 2) atacavam seu trabalho e vida pessoal; 3) criticavam sua imagem corporal; 4) mencionavam o papel da editora de gênero, em sentido negativo; 5) faziam ligação com o peronismo⁹³ e/ou o kirchnerismo⁹⁴; 6) condenavam o feminismo; e 7) exigiam sua demissão (Spinetta, 2023, p. 50).

Em contrapartida, naquele mesmo ano, a *Red de Editoras de Género* em parceria com a UNFPA e a *Defensoría del Público*⁹⁵ lançaram a cartilha *Violencia en entornos digitales: claves*

⁹² Disponível em: <https://diariofemenino.com.ar/df/viviana-canosa-y-el-lado-del-mal/> Acesso: 23 nov. 2023.

⁹³ Para mais informações, disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-peronismo> Acesso em: 15 maio 2024.

⁹⁴ Para mais informações, disponível em: <https://www.revistaanfibia.com/el-kirchnerismo-siempre-esta-volviendo/> Acesso em: 15 maio 2024.

⁹⁵ “A Defensoria do Público tem como missão promover, divulgar e defender o Direito à Comunicação democrática dos públicos dos meios de comunicação audiovisuais em todo o território nacional [...] Sua existência baseia-se na concepção de Direito à Liberdade de Expressão que contempla os poderes e obrigações de quem produz e transmite e também de quem são receptores/as dos meios de comunicação”. Tradução própria. Do original: “*La Defensoría del Público tiene la misión de promover, difundir y defender el Derecho a la Comunicación democrática de las audiencias de los medios de comunicación audiovisual en todo el territorio nacional [...] Su existencia se sustenta en una concepción del Derecho a la Libertad de Expresión que contempla las facultades y obligaciones de quienes producen y emiten y también de quienes son receptores/as de medios*”. Disponível em: <https://defensadelpublico.gob.ar/> Acesso em: 29 set. 2023.

*para el abordaje en los medios*⁹⁶. A publicação, disponível *on-line* e gratuita, é direcionada aos veículos de comunicação e às/aos profissionais do jornalismo que buscam ferramentas que ajudem a mitigar a violência de gênero digital. O objetivo é apresentar ações e propostas que colaboram para uma comunicação responsável, e que evidenciam que a violência de gênero não acontece de forma isolada e sim que é parte da violência estrutural.

Um ponto significativo da obra é o destaque da relação entre as jornalistas, a violência digital e a liberdade de expressão. A cartilha enfatiza, com base em um informe da Unesco, que as jornalistas mulheres estão sujeitas às situações de violência mais graves do que aquelas sofridas pelos jornalistas homens; conjuntura essa que afeta o direito de comunicar e influencia o acesso à informação pelo público. Na reflexão de María Belén del Manzo, coordenadora da REG, “o virtual é real e afeta a vida delas enquanto editoras de gênero”⁹⁷. Argumento que vai ao encontro do sentimento de Milagros: “É muito difícil, é muito violento ser editora de gênero. As pessoas não gostam de você – todos, digamos”.

Outras interlocutoras também ressaltam os discursos de ódio contra as editoras de gênero (e mulheres jornalistas), principalmente no que se refere aos ataques proferidos por setores conservadores e misóginos. María Alba acrescenta, inclusive, que alguns meios argentinos inseriram a função em suas redações como uma espécie de “maquiagem” – na ideia de simular algo – que visa a aprovação e retorno financeiro das audiências, e não porque acreditam na importância do cargo. A colocação converge com o apontamento da pesquisadora Sara Ahmed (2022, p. 157) que expõe que “pode-se, inclusive, contratar alguém pelas aparências: o fato de alguém ocupar uma função voltada à diversidade pode ser a forma pela qual uma instituição [ou empresa] aparenta estar disposta a ser transformada”.

Nesse vazio de amparo e defesa, essas profissionais padecem e “[...] não suportam sobre seus corpos o peso dos maus-tratos que recebem do público machista e das autoridades dos meios [...]”, afirma María Alba. Ao concluir, a radialista reforça a importância da criação de mídias feministas e de garantir a presença de jornalistas feministas em ambos os contextos – tanto nesses espaços quanto nos veículos hegemônicos.

A partir do que foi exposto, as vivências das profissionais argentinas entrecruzam um tecido complexo, marcado por tensões e desafios que se manifestam no jornalismo feminista.

⁹⁶ Disponível em: <https://defensadelpublico.gob.ar/recomendaciones/> Acesso: 29 set. 2023.

⁹⁷ Fala proferida no painel *Tejer redes para la diversidad: iniciativas y nuevas narrativas* da 3ª Conferencia Latinoamericana sobre diversidad en el periodismo, em 21 de outubro de 2023.

É na análise desse tecido que o pensar-fazer, que posiciona, desconstrói e reflete sobre esse jornalismo, revela-se como uma força de mudança, tornando-se o foco dos próximos tópicos.

3.2 As perspectivas das profissionais e a produção de notícias

Além de elementos discutidos nas páginas anteriores – como o tema das vozes, as posições ocupadas por homens e mulheres e os avanços e retrocessos –, que seguem presentes nas tramas aqui tecidas, as conversas com as jornalistas e pesquisadoras argentinas permitiram identificar três categorias analíticas: 1) Militância feminista como parte da identidade profissional; 2) Desconstrução dos cânones jornalísticos; e 3) Prática jornalística reflexiva. É importante enfatizar que, embora esses eixos não se sobreponham, eles não são percebidos de forma isolada. Pelo contrário, eles fazem parte de um todo e, muitas vezes, se fortalecem mutuamente. Essas categorias ajudam a responder perguntas como: De que forma se manifestam o pensar e o fazer das jornalistas que incorporam os princípios do jornalismo feminista? Quais são as principais similaridades e diferenças entre o jornalismo hegemônico e o jornalismo feminista, considerando as experiências relatadas? Quais estratégias suas articuladoras utilizam?

3.2.1 Militância feminista como parte da identidade profissional

A categoria **Militância feminista como parte da identidade profissional** sintetiza o modo como as jornalistas e pesquisadoras argentinas adotam abertamente uma postura militante em relação ao jornalismo. Por meio da ação de se **posicionar**, elas revelam uma identidade que não se limita à profissão, mas que as permeia no dia a dia. As participantes não se definem como jornalistas e feministas, na noção do “e” como conjunção coordenativa; pelo contrário, elas são jornalistas feministas. Trata-se de um traço que as configura enquanto sujeitas na esfera individual e coletiva, ao mesmo tempo que demarca uma identidade política e profissional. “A dissociação entre jornalista e feminista também já não nos é possível. *Somos jornalistas feministas* e nessa enunciação fazemos dessa identidade, dessa apresentação, um manifesto”⁹⁸ (Alcaraz, 2019, n.p., grifo da autora).

Historicamente, na Argentina, aponta a docente e pesquisadora Rosalía, o jornalismo com perspectiva de gênero corresponde a uma fase anterior à atual (jornalismo feminista), por volta dos anos 2000, atrelada à entrada de mulheres jornalistas com interesses e/ou sensíveis às

⁹⁸ Tradução própria. Do original: “*La disociación entre periodista y feminista ya no es posible. Somos periodistas feministas y en esa enunciación hacemos de esa identidad, de esa presentación, un manifesto*”.

questões de gênero em meios massivos de comunicação. Naquele período, essas profissionais atuavam de forma isolada e, para ganhar visibilidade, era essencial que elas comesçassem a ampliar as relações com seus pares. Assim, surgem as redes de comunicação de gênero, dedicadas a “[...] destacar as mulheres como sujeitos de informação e comunicação, agregando-as à crítica à exploração das mulheres como objetos, como imagens ou discursos que circulam pela mídia”⁹⁹ (Hasan; Gil, 2014, p. 45).

Essas comunicadoras empenhavam-se para que a agenda política feminista adentrasse a agenda midiática, em uma disputa por espaços e pela produção de sentidos. Como observa Rosalía, esse trabalho “[...] vinha muito de mãos dadas com a comunicação não sexista”; ou seja, “não se falava em inclusão, em linguagem inclusiva, mas, bom, buscar um tratamento de linguagem que nos incluísse [as mulheres], mas que não fosse sexista”.

Após os anos 2010, prossegue Rosalía, em um cenário de intensas mudanças políticas e socioculturais, essas profissionais passaram a articular de maneira organizada o jornalismo com enfoque de gênero, as agendas políticas feministas e a militância. Ela descreve essa etapa como do “jornalismo com perspectiva de gênero rumo ao jornalismo feminista, e da comunicação não sexista à comunicação inclusiva” – a transição é fruto de um trabalho lento e progressivo de suas agentes (Entrevistada Rosalía; Frontera *et al.*, 2024). No entanto, pondera a docente, esse não é o fim do jornalismo com perspectiva de gênero no contexto argentino; ele coexiste com o jornalismo feminista, e sua presença indica que há diversas formas de se pensar-produzir jornalisticamente.

Segundo Jimena Massa, pesquisadora e docente da *Universidad Nacional de Córdoba* (UNC), o jornalismo com perspectiva de gênero é um “requisito indispensável de qualidade jornalística” e representa um “padrão mínimo de ética profissional”. A prática desse jornalismo orienta-se pela não objetificação dos corpos femininos, pela visibilização de pautas que envolvem as mulheres e as diversidades e pela busca por narrativas inclusivas, diversas e fundamentadas nos direitos humanos¹⁰⁰. Complementando essa visão, a jornalista e editora María Florencia Alcaraz (2019), em artigo para mídia feminista argentina *LatFem*, sustenta que o jornalismo de gênero, apesar de representar um avanço à época – seja pelas estratégias das comunicadoras de incutir temáticas caras ao gênero ou pela busca de abordagens não sexistas

⁹⁹ Tradução própria. Do original: “[...] destacar a las mujeres como sujetos de la información y la comunicación, sumándolas a la crítica por la explotación de las mujeres como objetos, en tanto imágenes o discursos circulantes por los medios”.

¹⁰⁰ Informações apresentadas por Jimena Massa na mesa-redonda *Jornalismo feminista e estratégias antifascistas e contracoloniais*, durante o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 13*, realizada em 30 de julho de 2024, em Florianópolis, Santa Catarina.

–, tornou-se limitador frente às opressões e desigualdades que vão além do gênero e abarcam um emaranhado de marcadores sociais.

Corroborando as declarações de Rosalía, Alcaraz (2019) explica que as redes e atividades empreendidas pelas jornalistas favoreceram gradualmente a inserção das agendas feministas nos meios de comunicação e na sociedade como um todo. O resultado desses processos, sobretudo a partir de 2015, com as marchas *Ni Una Menos*, foi a emergência do jornalismo feminista, com sua ótica interseccional e a ação ética e posicionada das profissionais que discursivamente se dizem jornalistas feministas (Alcaraz, 2019). Rosalía complementa que outro marco decisivo para o fortalecimento desse jornalismo foram as mobilizações *Marea Verde*, enfatizando que esse fenômeno, na sua interpretação, reflete uma experiência específica da Argentina: “[...] não me animaria a dizer que é um fenômeno de outros países [...]”.

Assim como “não se nasce mulher, torna-se mulher”, ninguém nasce feminista, e muito menos jornalista ou comunicadora feminista. Do jornalismo feito por mulheres e o jornalismo feminino, passando pelo jornalismo com perspectiva de gênero, até chegar à ideia de jornalismo feminista, há um longo percurso coletivo e muitas aprendizagens (Frontera *et al.*, 2024, p. 60, tradução própria)¹⁰¹.

A investigadora argumenta que “a comunicação ou o jornalismo feminista seria como a jogada máxima de algumas jornalistas que abertamente se dizem feministas ou que abertamente fazem jornalismo feminista nos meios [...]”. Uma das particularidades marcantes do jornalismo feminista argentino é, de fato, sua vocação militante (Entrevistada Rosalía). A docente e pesquisadora de uma universidade pública, Laurita, elucida que “a prática profissional e a prática militante ou ativista, pelo menos no caso da Argentina, estão intimamente ligadas e elas têm fronteiras um pouco porosas, digamos, porque elas estão em permanente inter-relação e vão acontecendo, uma ida e volta”. Referindo-se a esse atributo, Milagros corrobora:

[...] eu diria que há uma militância – uma convicção. Não é a ferramenta nem de escrever, nem de falar, há algo anterior a isso, ou algo que vai além disso, que nos faz apontar para o jornalismo feminista e [nos ajuda a] perceber que todas as jornalistas feministas, na realidade, são pessoas com compromisso social. Além de serem jornalistas, são militantes. [...] Mas acho que essa militância, essa lógica superadora do jornalismo, essa lógica que vem do compromisso e da militância, é o que faz a característica do jornalismo feminista (Entrevistada Milagros).

¹⁰¹ Tradução própria. Do original: “*Así como ‘no se nace mujer, se llega a serlo’, tampoco nadie nace feminista, y mucho menos periodista o comunicadora feminista. Desde el periodismo hecho por mujeres y el periodismo femenino, pasando por el periodismo con perspectiva de género, hasta llegar a la idea de periodismo feminista, hay un largo trayecto colectivo y muchos aprendizajes*”.

Ser uma jornalista feminista, por conseguinte, vai além de uma simples combinação de identidades e/ou do discurso que se enuncia. É, na verdade, um pensar-fazer consciente e subversivo, uma postura ativa e crítica diante das estruturas do jornalismo hegemônico. Para além de atuar em um ambiente específico ou exercer uma função determinada, essa prática se manifesta como um processo dinâmico, em constante construção, que impacta diretamente as vivências dessas profissionais. Como afirma Jimena: “[...] Eu sou uma jornalista feminista, estou falando desse lugar e, por isso, digo o que digo, porque penso assim, porque li esses livros ou os deixei de ler, porque me passou tal coisa [...]”.

Essa identidade se manifesta por meio de posições-ação compartilhadas, expressas em duas expressões-chave: “*poner el cuerpo*”¹⁰² e “*ponerse las gafas violetas*”¹⁰³. A primeira representa um comprometimento com seus corpos em sua expressão máxima – tanto no sentido figurado quanto no literal. As profissionais se engajam em ações concretas, como ir às ruas, demonstrar solidariedade às companheiras e audiências e fazer da escrita jornalística um espaço de conexão e resistência. Nas palavras de Jimena, “[...] tem a ver com um compromisso humano real, além do profissionalismo que tem que ter, mas deve haver algo dentro do seu coração que está lhe dizendo que há algo que não está certo, que deve ser mudado e que como comunicadora, como jornalista, você tem poder de fazer isso”. Ou como manifesta a produtora Graciela:

Mas também há um compromisso, que é o ativismo, que é estar nos temas, participar na vida social. Digo, a quase todas nos aconteceu [as mulheres com quem Graciela trabalha], por exemplo, ao falar da violência sexista [em] que temos ativado nossa participação ou sido consultadas por um caso particular. Ou seja, recebemos consultas particulares, fora do âmbito jornalístico, sobre como denunciar, onde denunciar: “Você me acompanha para denunciar?”, “Você me acompanha para abordar este tema?”, “Você sabe onde, no caso, por exemplo, do aborto, se consegue tal ou qual medicamento?”, “Como?”. Ou seja, nos comprometemos com nosso próprio corpo, “nos passa pelo corpo”, essa também é outra frase que dizemos muito (Entrevistada Graciela).

As jornalistas argentinas, ao colocarem seus corpos em ação, recuperam a postura crítica dos feminismos e a objetividade corporificada de Haraway (1995), que defende a visão situada. Essa posição rejeita o distanciamento profissional, como relata Graciela, e reconhece as experiências pessoais como parte crucial do ser jornalista. Essa dinâmica demonstra, ainda, que

¹⁰² Não há nenhum vocábulo ou frase em português que consiga englobar os significados atribuídos à expressão “*poner el cuerpo*”. Em tradução livre: “colocar o corpo”.

¹⁰³ A tradução de *gafas violetas* para o português é “óculos violeta” e “lentes violetas”. Optou-se por utilizar a expressão em espanhol, pois manifesta algo particular do contexto sociocultural das entrevistadas. É imperativo destacar que a analogia é popular em outros países, não apenas na Argentina, e sempre indica esse olhar feminista.

as profissionais não são isentas, mas sim que a corporificação demarca um compromisso ético e uma responsabilidade social profunda. Como resume Haraway (1995, p. 30), a essência do que está em jogo é a “[...] visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo”.

Por sua vez, a expressão “*gafas violetas*” representa a postura feminista que essas jornalistas adotam para interpretar a sociedade. A cor violeta simboliza os feminismos e remete a narrativas históricas, como o incêndio ocorrido em uma fábrica têxtil nos Estados Unidos, em 1908¹⁰⁴, no qual mais de 100 trabalhadoras foram vítimas – acontecimento que se tornou um dos marcos do Dia Internacional das Mulheres (Varela, 2005). Assim, “*ponerse las gafas violetas*”¹⁰⁵ significa uma “nova forma de olhar o mundo para perceber as situações injustas, de desvantagem, de desprezo etc., para com a mulher. Essa nova perspectiva é alcançada através do questionamento dos valores androcêntricos, ou seja, valores que são aceitos pelo olhar masculino”¹⁰⁶ (Lienas, 2013, n.p.).

Na nossa formação, às vezes acadêmica, às vezes não, também usamos [a expressão] jornalismo com perspectiva de gênero e jornalismo não sexista; esse foi o começo do caminho. Contudo, há alguns anos, muitas de nós nos definimos dentro do jornalismo feminista ou como jornalistas feministas. É dizer, o ativismo está, e nosso olhar, nossas “*gafas violetas*” famosas, estão em cada uma das nossas ações e em como encaramos o nosso trabalho, os temas que escolhemos [...] (Entrevistada Graciela).

Ao se distanciarem das “lentes opacas” (Moraes, 2019) do jornalístico hegemônico e se comunicarem de “modo violeta”, as profissionais cumprem a função social do jornalismo feminista junto ao enfoque interseccional, de “[...] atender as particularidades dos diferentes grupos sociais para que o olhar se torne mais complexo, e nessa complexidade buscar uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas” (Entrevistada María Alba). Algo interessante das *gafas violetas* é que, para algumas jornalistas feministas, elas podem se transformar em *gafas* multicoloridas, uma mirada ainda mais abrangente e plural. Ponto de vista este que se assemelha ao que a pesquisadora Rosalía mencionava anteriormente: a transição de uma comunicação não sexista para uma comunicação inclusiva.

¹⁰⁴ Enquanto Nuria Varela (2005) atribui a data de 1908 ao incêndio, a maioria das publicações científicas apontam para o ano de 1911.

¹⁰⁵ A tradução de *ponerse las gafas violetas* para o português é “colocar os óculos/as lentes violetas”.

¹⁰⁶ Tradução própria. Do original: “*Nueva manera de mirar el mundo para darse cuenta de las situaciones injustas, de desventaja, de menosprecio, etc. hacia la mujer. Esta nueva mirada se consigue cuestionando los valores androcéntricos, es decir, valores que se dan por buenos vistos desde los ojos masculinos*”.

As duas posições-ação, que as participantes utilizam em suas falas e comportamentos, são comuns no contexto sociocultural argentino. Elas indicam que as jornalistas feministas não incorporam a visão mítica “de lugar nenhum”, mas assumem a ótica de um “corpo” que se posiciona. As *gafas violetas*, nesse sentido, funcionam como uma tecnologia (Haraway, 1995): uma lente simbólica que não apenas molda a maneira como as profissionais interpretam e reportam a sociedade, como igualmente ativa e gera significados, questionando as estruturas e desafiando as narrativas dominantes.

O olhar diferenciado das *gafas violetas* encontra um conceito correlato em *perio-feministas*¹⁰⁷, desenvolvido pelas jornalistas Florencia Rovetto e Lucía Figueroa (2018, 2019). A expressão engloba as comunicadoras, em grande parte jovens, que associam o exercício do jornalismo à prática militante feminista. As autoras estabelecem que essas profissionais “[...] desempenham uma tarefa militante indispensável, subvertendo os modos tradicionais de ‘fazer notícia’, acompanhando as lutas e reivindicações, e colocando na agenda temáticas cruciais ligadas aos direitos das mulheres [...]”¹⁰⁸ (Rovetto; Figueroa, 2018, p. 6). Isto é, essa ação política-trabalhista das *perio-feministas* envolve uma resistência ativa na construção de coberturas mais inclusivas e que tenham correlação com as demandas dos movimentos de mulheres e feministas (Rovetto; Figueroa, 2019).

A proximidade do jornalismo de subjetividade, conceituado por Moraes (2015, 2019, 2022), com o pensar-fazer das jornalistas feministas é evidente quando a autora indica a “dimensão ativista e sensibilidade hacker” como um dos cinco elementos desse jornalismo¹⁰⁹. Tal postura se assemelha à das entrevistadas, que assumem o posicionamento – individual e coletivo – e a consciência de que o jornalismo é uma ferramenta poderosa para modificar as realidades sociais. Conforme ressalta Moraes (2019, p. 212), “[...] tentar repensar as práticas vistas na confecção de notícias e reportagens, já se realiza um ativismo em si”.

Nesse âmbito, a mediação exercida pela radialista María Alba é um exemplo prático da “sensibilidade hacker”. Em seu fazer, ela manifesta “[...] uma atitude posicionada relacionada ao conhecimento do funcionamento interno (o software?) dos veículos de imprensa, uma atenção às suas especificidades e possíveis barreiras de forma a conseguir, em diferentes

¹⁰⁷ O termo é a junção das palavras *periodista* (“jornalista” em tradução para o português) e feminista.

¹⁰⁸ Tradução própria. Do original: “[...] realizan una tarea militante indispensable, subvirtiendo los modos tradicionales de «hacer noticias», acompañando luchas y reivindicaciones, y poniendo en agenda temáticas cruciales vinculadas a los derechos de las mujeres [...]”.

¹⁰⁹ Os demais elementos são: reflexividade contínua sobre ensino e prática; crítica aos valores-notícia; capacidade criativa/criadora; interseccionalidade (Moraes, 2022, p. 106).

graus, driblá-las” (Moraes, 2022, p. 15, grifo da autora) ao reproduzir os conteúdos de mídias feministas. Com efeito, a jornalista visibiliza essas iniciativas, que nem sempre são conhecidas pelo grande público, e apresenta os assuntos de forma aprofundada e especializada, algo que, em geral, não é possível devido às rotinas produtivas da emissora. Trata-se, portanto, de uma tática de resistência que pode produzir fissuras no jornalismo hegemônico (Moraes, 2019). Para María Alba, é uma ação de “sororidade jornalística e profissional”.

A militância jornalística feminista não se constrói no isolamento. Por isso, a criação de redes de comunicação entre mulheres é fundamental. A demanda dessas redes ganhou destaque com o apoio da ONU durante a *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, realizada em Pequim, em 1995. O incentivo a essas redes, um dos objetivos estratégicos para a inclusão feminina na esfera midiática, foi delineado no inciso F, na conhecida sessão J do documento (ONU, 1995; Chaher, 2007; Hasan; Gil, 2014). A recomendação da ONU (1995, p. 233) era “incentivar as redes de comunicação de mulheres, entre elas as redes eletrônicas e outras novas tecnologias aplicadas à comunicação e reconhecer seu valor como meio para a difusão de informação e o intercâmbio de idéias, inclusive em nível internacional [...]”.

No contexto da América Latina, a *Comunicación y Información de la Mujer* (CIMAC)¹¹⁰, ainda em 1995, foi responsável pelas primeiras redes da região. Posteriormente, em 2005, nasceu a *Red Internacional de Periodistas con Visión de Género* (RIPVG)¹¹¹. No ano seguinte, em 2006, a *Artemisa Comunicación*, uma organização civil em prol da igualdade de gênero, fundou na Argentina com o apoio de mulheres e homens jornalistas, a *Red PAR – Periodistas de Argentina en Red por una Comunicación No Sexista*¹¹² (Chaher, 2007; Hasan; Gil, 2014). Essas redes, nas palavras de Chaher (2007, p. 118), “[...] são promovidas baseadas no consenso de que estimularão a aliança, a cooperação e a socialização da informação entre as e os jornalistas que trabalham com o enfoque de gênero”¹¹³.

A *Red PAR*, hoje com quase 20 anos de trajetória, é formada por jornalistas de toda a Argentina e mantém seu compromisso em defender “[...] a paridade de gênero nos meios de comunicação e a transversalização da dimensão de gênero e interseccionalidade (raça, etnia, religião, territorialidade, entre outras variáveis) em todas as políticas públicas vinculadas ao

¹¹⁰ Para mais informações, disponível em: <https://cimac.org.mx/> Acesso: 18 jun. 2025

¹¹¹ Para mais informações, disponível em: <https://redinternacionaldeperiodistas.org/> Acesso em: 18 jun. 2025.

¹¹² Para mais informações, disponível em: <https://redparblog.wordpress.com/> Acesso: 18 jun. 2025

¹¹³ Tradução própria. Do original: “[...] son promovidas desde el consenso de que estimularán la alianza, la cooperación y la socialización de la información entre las y los periodistas que trabajamos con enfoque de género”.

exercício da profissão [...]”¹¹⁴ (PAR, 2023, p. 26). Além disso, a rede é reconhecida por sua contribuição na capacitação de profissionais da área e na elaboração de materiais de referência como o *Decálogo para el tratamiento periodístico de la violencia contra las mujeres* (2008) e o *Decálogo para el tratamiento periodístico de la trata y la explotación sexual* (2012, 2020)¹¹⁵ (Fernández Hasan; Gil, 2014).

O impacto da *Red PAR* transcende a materialização das boas práticas jornalísticas, destacando-se igualmente como espaço (físico e digital) onde as/os jornalistas podem dialogar, trocar vivências e impulsionar umas/uns às/aos outras/outros. Não sem razão, a rede tem como um de seus princípios: “[...] a horizontalidade, a perseverança, a constância, a flexibilidade, a solidariedade, o compromisso, a organização, a coordenação entre pares e a proteção recíproca de seus membros”¹¹⁶ (Chaher, 2007, p. 122). A comunicadora Jimena relata que, como membro da rede em Mendoza, as reuniões são marcadas por debates acerca das futuras direções do grupo, a revisão permanente dos conteúdos produzidos e o compartilhamento das atividades realizadas pelas/pelos integrantes. Ela ainda reforça que uma das vantagens dos encontros é a oportunidade de interagir com outras jornalistas cujos trabalhos são impecáveis, mas que, naquele ambiente, compartilham a mesma posição e lutam pelos mesmos propósitos.

Os dizeres de Jimena apontam para a essência da experiência das jornalistas argentinas: elas aprendem, constroem e crescem coletivamente. Nota-se como essas mulheres são (foram e serão) impactadas por outras ao longo de suas vidas pessoais, acadêmicas e profissionais. A própria Jimena é um exemplo claro dessa dinâmica. Ao relatar o porquê de ser uma jornalista feminista, a comunicadora relembrou o período em que foi estagiária em uma rádio e que, naquele espaço, pode conhecer mulheres de diferentes idades que falavam de coisas que ela nem sabia que existiam, mas que ressoavam em seu interior desde criança. Dentre as companheiras, Pilar¹¹⁷ foi a inspiração para que Jimena compreendesse a importância de ser solidária e de contar com a colaboração de outras mulheres.

[Pilar] foi uma grande professora que me abriu muito a cabeça, não só de falar, mas de fazer. Uma pessoa que sempre abre portas, abre o que seja que ela

¹¹⁴ Tradução própria. Do original: “[...] la paridad de género en los medios de Comunicación y la transversalización de la dimensión de género e interseccionalidad (raza, etnia, religión, territorialidad, entre otras variables) en todas las políticas públicas vinculadas con el ejercicio de la profesión [...]”.

¹¹⁵ Disponível em: <https://redparblog.wordpress.com/material-bibliografico/incidencia/> Acesso em: 18 mar. 2024.

¹¹⁶ Tradução própria. Do original: “[...] la horizontalidad, la perseverancia, la constancia, la flexibilidad, la solidaridad, el compromiso, la organización, la coordinación entre pares y la protección recíproca de sus miembros”.

¹¹⁷ Como apresentado em **Entre agulhas: os fios metodológicos**, embora Pilar não estivesse agendada como uma das entrevistadas, após ouvir o relato de Jimena e a importância da jornalista em sua trajetória, a entrevista com Pilar foi incluída.

possa abrir; ou seja, se tem uma janelinha para abrir, ela abre. Dá espaço, dá lugar. Me parece que isso também é muito importante dentro do feminismo. Muitas vezes isso não acontece, têm muitas mulheres que chegam ao poder sendo feministas e acabam tendo as mesmas atitudes que qualquer homem super machista. Eu sinto um grande orgulho dessa pessoa, porque ela me ensinou desse lugar, não apenas pelo que ela pensava e pelo que ela dizia, mas pelas suas ações (Entrevistada Jimena).

Já Pilar explica que, embora tenha sua própria experiência pessoal com o feminismo, esta “[...] faz parte [de] uma experiência coletiva, em que somos muitas protagonistas, protagonistas entre aspas, digamos, de um mesmo caminho. E cada uma percorreu como pôde”. Sobre seu comportamento com as companheiras, ela argumenta que é seu compromisso político enquanto feminista e um reflexo das oportunidades que lhe foram proporcionadas por outras mulheres. Em suas falas, Pilar recorda aquelas que foram cruciais em sua história e responsáveis por sua “primeira revelação” sobre o feminismo. Dentre elas, destaca-se a filósofa Alejandra Ciriza¹¹⁸, professora da *Universidad Nacional de Cuyo* (UNCuyo) e investigadora do CONICET. A docente é uma das pessoas mais citadas pelas entrevistadas, frequentemente referida como “*la santa madre*”¹¹⁹ e a pioneira nos estudos feministas na *Facultad de Ciencias Políticas y Sociales* (FCPyS).

Nas conversas com as interlocutoras, um aspecto notável foi a existência de uma rede invisível de apoio e inspiração entre mulheres. Essa rede é formada por figuras como as próprias participantes e outras mulheres que foram responsáveis por incentivar suas carreiras, introduzi-las nos debates feministas, servir de inspiração para seguir na profissão e/ou vida acadêmica e como nomes a serem reconhecidos tanto no cenário jornalístico quanto no feminista. Nesse grupo de referências, figuram as pesquisadoras Nora Llaver, Jimena Massa, Florencia Rovetto e Claudia Laudano; a escritora Leila Guerriero; as jornalistas referenciadas Sandra Chaher e Sonia Santoro; a professora e militante Sofia D’ Andrea; a ativista Betty Friedan; a semióloga Patrizia Violi; a filósofa Simone de Beauvoir. Essa constância na menção a elas, por sua vez, revela princípios dos feminismos e do jornalismo feminista: a cooperação, a militância e a busca por aliadas e aliados.

Nesse ambiente de colaboração, Antonella enfatiza a amorosidade como um elemento central. Segundo ela, “[...] não se pode fazer jornalismo feminista ou jornalismo de gênero sem amar profundamente as mulheres”, já que o patriarcado incentiva as mulheres a se verem

¹¹⁸ Para mais informações: Cf. VEIGA, Ana Maria. Estudos de gênero na Argentina – olhares contemporâneos sobre o tema. Entrevista com Andrea Andújar e Alejandra Ciriza. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 14, n. 2, maio/ago. 2010.

¹¹⁹ Em tradução livre, *la santa madre* para o português é “a santa mãe”.

culturalmente como rivais, contribuindo para a manutenção desse sistema. A premissa evoca uma das perspectivas da teórica feminista bell hooks (2019, n.p.) que sustenta: “Fomos ensinadas que nossas relações umas com as outras não nos enriquecem [...]. Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas ‘naturais’ umas das outras, que a solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir”. Assim, a radialista defende que para transformar essa realidade, “[...] primeiro devemos ressignificar o que somos. E essa sensação de sentir que a outra é amor, que a outra não é a inimiga”.

Isso implica disposição para transformar o olhar e adotar, nas relações, “a amorosidade pelo que a outra pode fazer e pode te ajudar, a amorosidade pelo que te completa a outra”, afirma a produtora. Ou seja, reconhecer e valorizar as habilidades e capacidades das outras mulheres, sem perder de vista as suas diferenças, em um movimento de fortalecimento e bem-estar coletivo. De fato, na visão de Lorde (2019b, p. 138), “para as mulheres, a necessidade e o desejo de cuidarem umas das outras não são patológicos, mas redentores, e é nesse saber [da ordem do afetivo] que o nosso verdadeiro poder é redescoberto. É essa conexão real que é tão temida pelo mundo patriarcal”.

Nas reflexões de Antonella, o amor igualmente está ligado à profissão de jornalista. Ela não romantiza as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na área, como os assédios no local de trabalho, a discriminação de gênero e os salários desiguais. Contudo, a produtora enxerga no jornalismo feminista a possibilidade de um mundo melhor. Em linha com esse ponto de vista, a comunicadora Pilar reforça a importância de “[...] exercer a nossa profissão que é a que abraçamos, [e] que gostamos de fazer, mas com esse compromisso de atravessá-la com essa perspectiva [feminista e de gênero], colocar as *gafas violetas* como dizemos, metaforicamente”.

Inspirada na conhecida frase do cineasta argentino Fernando Birri – que Antonella, como muitas e muitos, atribui ao escritor uruguaio Eduardo Galeano –: “Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar”¹²⁰ –, a produtora considera que “[...] a ideia de fazer um jornalismo feminista, um jornalismo com perspectiva de gênero autossustentável, é a utopia que cada vez vamos mais longe”. E acrescenta:

[...] e se nós [*nosotras*] fizermos um jornalismo que mostre que as mulheres trabalham, muitas vezes, a partir do amor, isso também é uma forma de lutar contra o senso comum de que as mulheres não são capazes de certas coisas, não? Nem ser amigas, nem fazer coisas, nem transcender, nem ocupar lugares de gestão, nem nada disso (Entrevistada Antonella).

¹²⁰ Tradução própria. Do original: “¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”. A frase é citada por Eduardo Galeano na obra *Las palabras andantes*. Cf.: GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Argentina: CATÁLOGOS, 2001.

Nesse sentido, o jornalismo feminista é sobre um posicionamento individual e coletivo. É a união de mulheres em redes de trocas, afetividades e aprendizagens, que permite construir um jornalismo que, em sua amplitude, não perpetua estereótipos, não desumaniza nem vulnerabiliza as pessoas e que se mantém próximo à sociedade e suas diversidades.

3.2.2 Desconstrução dos cânones jornalísticos

A segunda categoria analítica, **Desconstrução dos cânones jornalísticos**, representa uma revisão feminista crítica aos paradigmas do jornalismo moderno ocidental. Nesta categoria, a ação de **desconstruir** não é um ato de desfazer para que algo se perca, mas sim a capacidade das e dos jornalistas de desmontar estruturas existentes a fim de construir outros modelos para o jornalismo. Rago (2024, p. 229) esclarece que “desconstrução é perceber como algo foi construído, com que materiais, com que elementos, com que formato. Não é destruição. Há alguma relação com a destruição, mas para ver como foi composto”. Essa abordagem permite que as comunicadoras feministas, ao evidenciarem de onde partem seus pensar-fazer, desmontem os ideais de objetividade, imparcialidade e neutralidade.

A pesquisadora Valéria Maria Vilas Bôas (2023) ressalta o papel do jornalismo como uma instituição que atravessa a vida social e aborda diversos temas de interesse público. Para se constituir, o jornalismo traçou uma nítida divisão entre fato e opinião, articulando o primeiro à razão e o segundo à emoção. Essa estrutura dualista é a mesma contestada pelas epistemologias feministas (Jaggar, 1997; Dauder; Trejo, 2001), pois, como visto anteriormente, tanto a ciência quanto o jornalismo adotam referenciais positivistas e cartesianos. Nessa dicotomia, o que é subjetivo – o que compõe as sujeitas e sujeitos no plano individual e coletivo – é visto como algo que se afasta do “bom jornalismo”, concebido sob o ângulo da objetividade (Vilas Bôas, 2023).

Na discussão, a autora elucida que o jornalismo é parte dos processos que moldam as pessoas enquanto membros da sociedade, assim como o modo pelo qual se reconhecem e estabelecem relações. Nessa dinâmica, não é possível entender o jornalismo de forma apartada da dimensão afetiva, pois as ações de jornalistas, receptoras e receptores estão voltadas aos outros. Por mais que o fazer jornalístico carregue supostamente os princípios da objetividade e da racionalidade e que tais aspectos sejam valorados socialmente, Vilas Bôas (2023) sustenta que, ao não levar em conta a subjetividade e a emoção, ele está, na realidade, delimitando qual ou quais subjetividades são aceitáveis.

Na mesma linha de Vilas Bôas (2023), a jornalista Catalina Ruiz-Navarro (2023, p. 9) é enfática ao afirmar que “é insustável acreditar que se está contando a verdade ‘de maneira objetiva’ quando se exclui a metade da população [em suas palavras, mulheres, pessoas racializadas e corpos periféricos] no objeto, na criação e na audiência da notícia”¹²¹. Essa exclusão histórica, que invisibiliza as experiências e pontos de vista de diversas pessoas e grupos sociais, desmistifica a objetividade que durante os últimos séculos e ainda hoje, serve para silenciar vozes e apagar vivências, em prol de uma lógica masculinista (Veiga da Silva, 2014) e hegemônica.

O questionamento presente no artigo de Vilas Bôas (2023), *Deixar de ser sujeito para tornar-se jornalista?*, coloca em diálogo a desconstrução e o posicionamento, o que evoca a objetividade corporificada de Haraway (1995). As jornalistas feministas argentinas não negam os fatos e acontecimentos, nem renunciam aos procedimentos e ao rigor necessário na produção jornalística. No entanto, elas promovem uma ruptura ao valorizar a inserção da subjetividade e da mirada feminista. As participantes argumentam que há múltiplos lugares para se construir uma notícia e que explicitar que seu “ponto de vista é situado”, como enfatiza Rosalía, é mais honesto intelectualmente. Essa ideia é sintetizada pela produtora Graciela, que afirma: “parto da minha subjetividade para poder abordar o tema, para poder fazê-lo midiático”.

Para o jornalismo feminista está mais explícito [o ponto de vista situado]. Como se constrói essa notícia é mais objetivo, não pretende a objetividade do ponto de vista neutro do jornalismo tradicional, digamos. Não propõe essa neutralidade do jornalista que se diz asséptico, que se diz não contaminado, que não está presente [...] Quanto mais se fala quem está falando, de onde [se] está falando, qual é sua história – o que dizemos sobre “fazer a história do problema” –, mais objetivo é, não menos. **Ao explicitar de onde se fala, o fazemos objetivo, não menos objetivo.** Isso é uma diferença crucial com o jornalismo tradicional que silencia tudo isso, nunca diz quais são os interesses dos quais parte (Entrevistada Rosalía, grifo próprio).

Para as jornalistas feministas, a verdadeira objetividade reside no ato de desvelar sua identidade e perspectivas na produção midiática. Essa prática, ao revelar a lente pela qual o conteúdo foi apurado, construído e comunicado, possibilita que a audiência realize uma leitura crítica daquele material. O ideal de um jornalismo que não apresenta marcas do contexto em que está inserido e nem reconhece a sujeita ou sujeito social por trás da notícia (Massa, 2022) cria a ilusão de que a objetividade é como um casaco que se coloca ao “ser jornalista” e, depois,

¹²¹ Tradução própria. Do original: “Es insostenible creer que se está contando “de manera objetiva” la verdad cuando se excluye a la mitad de la población en el objeto, la creación y la audiencia de la noticia”.

é retirado ao voltar para a “vida pessoal”. Assim, nas palavras de María Alba, “se eu me considero uma jornalista feminista, a primeira coisa que tenho que fazer é esclarecer por onde vão meus interesses [...], sem que isso signifique não olhar a complexidade dos problemas que envolvem as relações entre as pessoas”.

Em artigo da mesma coletânea de Vilas Bôas (2023), o pesquisador Frederico Tavares (2023) traz o binômio isenção/parcialidade para o debate. Por meio de percurso histórico, o autor elucida os preceitos que guiam o jornalismo moderno e a forma como estes colaboraram na construção de um imaginário social da profissão. Imbricando a noção de “partido”, no sentido político, ao jornalismo, ele relata sobre a pretensa isenção jornalística e suas raízes no modelo industrial que compreende a informação enquanto mercadoria, borrando, portanto, as fronteiras entre o que é proclamado e o que se produz. Ou seja, o jornalismo “toma partido”, mas nem todas/todos as/os jornalistas são transparentes. Há aquelas/aqueles que explicitam sua orientação editorial, enquanto outras/outras encobrem seus vieses e se respaldam na imparcialidade.

Não por acaso, Tavares (2023, p. 56-57) adverte que “[...] tal ideia sobre ‘ser isento’ significa assumir uma neutralidade perigosa; já que qualquer escrita, relato ou narrativa trazem consigo um autor [uma autora], uma perspectiva de mundo e/ou linha editorial, um conjunto de interações subjetivas e sociais, um caldo cultural e contextual”. A editora de gênero Milagros atualiza a discussão por outro viés, ao sustentar que há uma falsa ilusão de neutralidade no jornalismo que está sujeita aos discursos sociais dominantes. Para ela, “[...] o maior obstáculo de todas [as jornalistas feministas] é o de dizer: ‘um momento, não há neutralidade, não há objetividade, porque não há discurso único’. O que eles nos fazem acreditar que é universal, é porque eles o universalizaram, não porque é universal” (Entrevistada Milagros).

A professora Laurita também defende que a realidade social está construída a partir de múltiplos olhares e não de um olhar único e autorreferencial. Em consonância com Milagros e Laurita, a pesquisadora e docente de uma universidade pública, María Esther, descreve o exercício profissional das jornalistas feministas como um fazer que “explicita de onde se produz”. Para ela, essa prática “[...] apaga essa pretensão de objetividade [hegemônica] que, na verdade, esconde uma perspectiva de base androcêntrica”. Corroborando esse entendimento, Antonella define o jornalismo objetivo e imparcial na qualidade de jornalismo patriarcal, este apoiado em uma objetividade que, segundo ela, determina à/ao profissional a “ouvir os dois lados”.

Ao ilustrar sua fala, Antonella expôs o caso do apresentador argentino Jey Mammón, acusado por abuso sexual infantil em 2020. No entanto, a denúncia só veio a público em 2023¹²². Para a produtora, ao seguir os preceitos jornalísticos e suas práticas naturalizadas, muitos e muitas profissionais incluíram a voz de Mammón na cobertura. Na sua concepção, essa conduta é incompatível com o jornalismo feminista ou com perspectiva de gênero, pois não se pode ser objetiva quando as jornalistas feministas estão “paradas em uma mirada”. Assim, ela afirma que:

[...] na hora de colocar as duas vozes ao público, em quem você acha que vão acreditar [em Jey Mammón ou na vítima]? Porque é unívoco, voltamos à mesma coisa. Então, se em todos os meios de comunicação saiu a voz de Jey Mammón e em dois ou três saiu a voz do menino abusado, obviamente vão acreditar na voz do abusador, porque estamos acostumados a acreditar na voz do abusador, porque é prático para nós, é cômodo para nós, é menos doloroso. [...] Se eu sou objetiva, na objetividade eu sempre tenho que, supostamente, colocar os “dois lados”. Nunca, nunca, tomar posição em relação ao que eu penso (Entrevistada Antonella).

A questão levantada por Antonella se alinha igualmente ao ritual estratégico, discutido por Tuchman (1993), e ao jornalismo declaratório. Este último, por sua vez, é conceituado pelo jornalista Israel Dias de Oliveira (2018, n.p.) como “[...] uma prática relacionada ao ato de construir as notícias embasadas apenas em declarações”. Segundo a produtora, muitos veículos argentinos reproduziram as falas de Mammón com o uso de aspas, sem considerar aspectos como sua notoriedade, a interpretação e apuração do caso, nem submetê-lo a uma devida análise crítica. Para Antonella, esse fazer revela a ausência de posicionamento por parte dessas mídias e de seus/suas profissionais.

Diante disso, o jornalismo feminista argentino desconstrói os ideais de imparcialidade, objetividade e neutralidade (Hasan; Gil, 2014) ao questionar e reformular a interpretação, o enquadramento e a narração da realidade social, assumindo uma posição jornalisticamente situada e militante.

3.2.3 Prática jornalística reflexiva

O último eixo analítico, a **Prática jornalística reflexiva**, guia-se pela ação de **refletir**. Quando questionadas sobre o que caracteriza o jornalismo feminista, as participantes listaram uma série de atributos. Suas respostas indicam um caminho de cunho operacional, que abrange

¹²² Para mais informações, disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/jei-mammon-causa-abuso-sexual-infantil-sobreseido_0_SvujXfjLGq.html Acesso em: 1º mar. 2024

o fazer jornalístico crítico e se manifesta em uma série de escolhas conscientes e deliberadas. Essa prática exige uma reflexão constante sobre as estratégias e elementos adotados, o uso de guias e manuais e os enfoques e angulações das pautas. Em suma, é a partir da mirada feminista e da execução dessas ações que o jornalismo feminista se constitui, promovendo abordagens que avançam em novas representações sociais e na construção de narrativas mais diversas.

O primeiro componente – e que se estende pelas demais esferas do refletir – é a linguagem. Para a comunicadora Jimena: “[...] com a linguagem nós criamos o mundo e o vemos com esse filtro. Então, me parece muito importante essa ferramenta. Saber que contamos com a linguagem, que a linguagem não é neutra e diz muito”. Essa percepção é compartilhada pela historiadora Gerda Lerner (2019, n.p.), para quem “[...] prestar atenção às palavras que usamos e a como as usamos é uma maneira de levar nosso pensamento a sério”. No entanto, Rincón (2010) faz uma ressalva ao apontar que, embora a linguagem produza exclusão, muitos e muitas jornalistas priorizam o estilo, rechaçando uma narrativa mais inclusiva, pois a consideram um obstáculo à fluidez. Nas palavras de Ruiz-Navarro (2023):

O exercício de inclusão na linguagem tem menos a ver com o uso de fórmulas gramaticais e mais com a nossa capacidade de imaginação. Quando escrevo, escolho as palavras considerando o que quem me lê imaginará ao lê-las. Essa é a base de conexão íntima que alcançamos por meio da escrita. Então, quando digo a palavra “presidentes”, que “tecnicamente” deveria ser uma palavra neutra porque termina em “e”, o que as pessoas imaginam? Imaginamos um grupo de homens brancos, cisgêneros e heterossexuais de terno e gravata [...], porque é assim que os presidentes têm sido historicamente representados. Se eu quero que a pessoa que me lê imagine que também há mulheres nesse grupo, terei que dizer “presidentes e presidentas”, porque se eu não indico isso, a informação provavelmente se perderá (Ruiz-Navarro, 2023, p. 11, tradução própria)¹²³.

O uso sexista da linguagem desponta como uma prática a ser rechaçada no jornalismo, não apenas no cenário feminista, por representar uma forma excludente e violenta de valorizar o masculino em detrimento dos demais gêneros. Um exemplo é o emprego do masculino genérico por grande parte dos meios hegemônicos que, apoiados nas normas linguísticas, não compreendem ou ignoram a realidade social em sua amplitude. Em contrapartida, uma

¹²³ Tradução própria. Do original: “*El ejercicio de incluir en el lenguaje tiene menos que ver con usar unas fórmulas gramaticales y más con nuestra capacidad de imaginar. Cuando escribo, elijo las palabras tomando en cuenta qué es lo que me leen van a imaginar al leerlas. Ésa es la base de la conexión tan íntima que logramos con la escritura. Entonces, cuando digo la palabra ‘presidentes’, que ‘técnicamente’ tendría que ser una palabra neutra porque termina en ‘e’, ¿qué es lo que la gente imagina? Imaginamos a un grupo de hombres blancos cis y heterossexuales en traje y corbata [...], porque así se han representado históricamente los presidentes. Si yo quiero que la persona que me lee imagine que en ese grupo también hay mujeres, voy a tener que decir ‘presidentes y presidentas’, pues si no lo señalo es muy posible que la información se pierda*”.

estratégia que gera bons resultados, conforme Santoro (2007), ainda que demande constante atenção da/do profissional, é o uso de vocábulos que articulam a noção de coletivo, como “as pessoas” e/ou “a humanidade” em oposição “aos homens”; “a juventude”, no lugar de “os jovens”, entre outros.

A reflexão sobre o uso de vocábulos não sexistas também se expande para outra dimensão essencial do jornalismo feminista: a autorrepresentação. A docente Laurita explica que, nesse processo, a comunicadora assume o poder da própria voz para relatar vivências, problemáticas e militâncias. A autorrepresentação é a recusa em “em ser representada por um outro”, um ato de agência que permite que as profissionais construam suas próprias histórias na primeira pessoa (Entrevistada Laurita). A temática permeia o pensar e o produzir acadêmico da pesquisadora e foi um dos eixos trabalhados em uma disciplina ministrada por ela com a colaboração de María Esther.

Laurita, ao ponderar sobre o assunto, lançou durante a conversa uma questão que era tanto para si quanto para as presentes: “Como são essas narrativas desde o corpo? O que significa escrever na primeira pessoa?”. Ela continua seu raciocínio:

[...] não é porque temos ovários ou porque geneticamente temos certos cromossomos, mas sim pela população que ocupamos [as mulheres e feminilidades em seu sentido amplo]. Por isso, parece muito interessante uma perspectiva não essencializada das narrativas feministas [...]. Isso tem a ver com escrituras do corpo e, bom, a escrita em primeira pessoa que estamos absolutamente capacitadas desde o jornalismo feminista (Entrevistada Laurita).

Ao dar continuidade à discussão, María Esther relatou que elas tinham como hipótese de pesquisa: “Se essas outras narrativas feministas possibilitam outros modos de dizer, de escrever, e isso pensado também como político, como disruptivo e, portanto, [...] como outra aposta para outras formas de construir o mundo a partir da escrita, seja no campo do jornalismo ou da literatura”. Na sequência, a pesquisadora complementa o pensamento, aprofundando o que seriam essas “outras formas de escrita”: “Como se possibilita outras formas de escrever que escapam dessa forma que propõe o jornalismo tradicional como mais asséptica? [É uma escrita] mais envolvida, alguns giros de linguagem, inclusive, algumas formas poéticas, não?”.

As jornalistas feministas contam com o apoio de guias e manuais. Algumas participantes afirmam que esses recursos editoriais foram essenciais para aprimorar as práticas do jornalismo feminista e do jornalismo em geral, especialmente para aquelas comunicadoras que até então abordavam esses temas de maneira intuitiva. Em sintonia com a noção da linguagem como

ferramenta política, a *Red PAR* publicou, em 2008, um de seus trabalhos mais importantes: o *Decálogo para el tratamiento periodístico de la violencia contra las mujeres* (Hasan; Gil, 2014). O primeiro dos dez preceitos estabelece que “é correto utilizar os seguintes termos: violência contra as mulheres, violência de gênero e violência machista”¹²⁴ (PAR, 2010, p. 9). Essa diretriz marca linguisticamente o repúdio a expressões como “crime passionnal” e “ato passionnal” para se referir a feminicídios e crimes de violência (Entrevistada Milagros).

A docente Rosalía aponta que, para as jornalistas e pesquisadoras da área, havia a certeza de que essas narrativas não voltariam a circular nas manchetes argentinas – um consenso que refletia a infiltração dessas recomendações nas redações e na prática dos e das profissionais da mídia hegemônica. No entanto, ela identifica uma inversão desse quadro nos últimos anos:

Depois da pandemia, a gente percebeu [...] [que] há um retrocesso acentuado no tratamento das notícias. Marcando um retrocesso como se houvesse uma espécie de, não vamos dizer uma “onda conservadora”, mas há um retrocesso acentuado na cobertura das notícias nos meios de comunicação de massa (Entrevistada Rosalía).

O cenário descrito pela docente reforça que o trabalho de romper com as linguagens e narrativas masculinas é uma luta contínua e não uma conquista permanente. Em um contexto em que o debate público sobre os direitos das mulheres pode sofrer recuos, como foi o caso da pandemia, os veículos de comunicação se sentem menos pressionados a manter as diretrizes inclusivas. É por isso que a prática jornalística feminista se constitui como um exercício de vigilância e compromisso constante. Nesse movimento cíclico de avanços e retrocessos – uma dinâmica percebida nas experiências de Rosalía, Milagros e de outras participantes – a própria reflexão se manifesta como uma força de resistência, reafirmando o caráter político e urgente desse jornalismo e de suas agentes.

A importância de ferramentas práticas para essa luta é destacada na experiência da comunicadora Pilar, que, mesmo com anos de experiência, descobriu os decálogos somente em 2013, quando entrou para a *Red Par*. Conforme seu relato, ela os encorpou rapidamente em seu fazer e passou a apresentá-los nas oficinas que ministra. Já a editora de gênero Milagros atribui outro potencial para os documentos: “Para mim, os manuais são muito importantes. O decálogo da *Red PAR*, que tem 14 anos, eu o sigo usando. Bom, me parece que é também uma forma de compilar o nosso conhecimento. A nossa genealogia do pensamento permanece materializada”.

¹²⁴ Tradução própria. Do original: “Es correcto utilizar los siguientes términos: violencia contra las mujeres, violencia de género y violencia machista”.

A *Red PAR*, felizmente, pode se orgulhar de dizer que foi um dos primeiros, praticamente o primeiro decálogo de tratamento de violência de gênero e o tráfico de pessoas, e que depois foram tomados como base, foram aprimorados. De fato, a *Defensoría del Público de la Nación* tem agora vários manuais de tratamento jornalístico de diversos temas, de diversidade, de violência que, obviamente, superaram aqueles que inicialmente tinham a *Red PAR*, mas que hoje são ferramentas fundamentais. Ou seja, o feminismo também tem essa obrigação pedagógica, não? De ensinar. E que as ferramentas que vamos adquirindo, podemos sistematizar e oferecer para quem se interesse em fazer um tratamento da informação com essa perspectiva, saiba que existe um caminho feito e que estas ferramentas estão aí e que uma [jornalista ou pessoa] as pode utilizar (Entrevistada Pilar).

Além da linguagem, as entrevistadas destacaram como os elementos visuais enriquecem as narrativas desse jornalismo. Entre elas, María Esther foi quem mais abordou a importância de se atentar para as imagens empregadas na comunicação, evidenciando como elas são parte fundamental do pensar-fazer jornalístico feminista. Essa colocação reverbera o caminho trilhado em suas investigações – estudos voltados às jornalistas feministas ou com algum enfoque de gênero, que se dedicam ao jornalismo ligado às artes visuais. A pesquisadora, por exemplo, enfatizou as produções que evitam “[...] estereótipos baseados em gênero, classe social, racialização [...]” e que buscam incluir a “[...] diversidade de gênero, a diversidade sexual, racial, de corpos, as corporalidades”. Ela também destacou as parcerias que as mídias feministas estabelecem com fotógrafas, ilustradoras e artistas na promoção de conteúdos mais representativos.

A materialização desse cuidado com as representações visuais pode ser observada em iniciativas externas à mídia, como as da organização argentina *Mujeres que no fueran tapa*¹²⁵, conduzida pela ativista feminista Lala Pasquinelli. O projeto inicial buscava questionar as construções sociais do feminino e os estereótipos de gênero, por meio de colagens com imagens de mulheres que se distanciam dos padrões estéticos e sociais comumente retratados em capas de revista (Pasquinelli, 2024). Essa abordagem está em sintonia com as recomendações das autoras Norma Valle, Bertha Hiriart e Ana María Amado (2005), que recomendam que, antes de publicar uma imagem, ela seja analisada a partir das seguintes questões: “1) O que é considerado notícia? 2) Quais são as ideias de mulher e de homem que são transmitidas? 3) Qual é a relação entre os sexos que emerge da imagem?”¹²⁶ (Valle; Hiriart; Amado, 2005, n.p.).

¹²⁵ Para mais informações, disponível em: <https://mujeresquenofuerontapa.com/> Acesso em: 25 ago. 2025.

¹²⁶ Tradução própria. Do original: “1) ¿Qué se considera noticia? 2) ¿Cuáles son las ideas de mujer y de hombre que transmiten? 3) ¿Cuál es la relación entre los sexos que se desprende de la imagen?”.

Nesse âmbito, a pesquisadora Rosalía acrescenta a “criação de climas” nas produções audiovisuais, ao tratar da seleção das imagens e músicas. Para ilustrar, é frequente que a imprensa veicule reportagens sobre casos de feminicídio, nas quais fotos da vítima (em vida e/ou da cena do crime) e trilhas sonoras são usados para causar sensações na audiência. Com isso, além de expor a vítima (quase sempre a culpabilizando) e seus familiares, essas produções espetacularizam a ocorrência. Em contrapartida, as jornalistas feministas buscam a contínua problematização e o cuidado sobre quais elementos empregar na construção noticiosa. Esse trabalho se concretiza por meio de trocas com as companheiras, no monitoramento da mídia e no apoio de guias e manuais que prezam pelas boas práticas jornalísticas.

A prática jornalística reflexiva manifesta-se também na escolha das fontes. Ao longo da história, o jornalismo hegemônico – estruturado sobre bases androcêntricas, sexistas e racistas – restringiu o acesso a narrativas de mulheres e grupos minorizados. Como resultado, as fontes consultadas refletem essa ordem, perpetuando e reafirmando o poder de uma parcela de pessoas e marginalizando aquelas que não se enquadram nesse padrão. Em oposição, a comunicadora Jimena sustenta que o jornalismo feminista “[...] tem totalmente a ver com quem consultamos. A quem perguntamos, a quem damos voz, a quem damos autoridade”, desafiando assim essa lógica e realocando as mulheres no centro da narrativa e lhes conferindo autoridade para serem ouvidas e citadas.

É fundamental as vozes que o jornalismo feminista consulta, não? Elas não são as vozes tradicionais, [como a] da justiça patriarcal ou da polícia [...], mas sim que [se] construa a notícia com vozes autorizadas que têm a ver com as referências do feminismo, [com] especialistas. Primordialmente dar voz às especialistas do campo específico da problemática em que se está trabalhando, porque são mulheres, porque são das diversidades sexuais, [é preciso] dar voz às especialistas que nunca tiveram lugar. Ou seja, da ciência, do direito, do que for que se esteja trabalhando, mas dar voz para quem não tem voz historicamente e validar essas vozes (Entrevistada Rosalía).

Uma das ações das jornalistas feministas para a promoção dessas vozes é estarem atentas para sugerir às/aos jornalistas, quando questionadas sobre possíveis fontes, nomes de mulheres para serem incluídas nas reportagens. Contudo, María Alba comenta que essa não é uma tarefa simples, pois envolve a constante atualização e identificação de novas fontes com protagonismo feminino¹²⁷. A radialista indica que uma possibilidade para resolver esse obstáculo é a criação

¹²⁷ Conforme os dados do GMMP (2020, n.p), na Argentina, “as mulheres aparecem predominantemente nas notícias como testemunhas oculares, experiências pessoais ou opiniões populares. Na função de especialistas, elas representam apenas 21%, com um declínio no papel de porta-voz em comparação com a era pré-covid”. Tradução própria. Do original: “*Las mujeres aparecen mayoritariamente en las noticias como testigo ocular, experiencia*”

de bancos de dados e/ou fontes de/sobre mulheres que atuam em áreas consideradas socialmente masculinas – ciência, economia, política etc. –, ampliando a consulta de fontes confiáveis e, assim, visibilizando as contribuições femininas.

O último ponto da análise é a reflexão acerca dos enfoques e angulações das pautas. As interlocutoras classificam suas práticas na qualidade de jornalismo de agenda, no qual o olhar feminista e o enfoque de gênero estão presentes em todos os processos. A produtora Antonella explica que, em seu programa, após definirem o tema, as jornalistas discutem aspectos como: “Com que mulher podemos conversar? E qual seria a perspectiva feminista que vamos dar a esse tema?”. Ainda que essas escolhas estejam de acordo com a linha editorial da atração, Antonella reflete que, mesmo em meios com outras diretrizes, “[...] sempre se pode buscar a perspectiva de gênero para a entrevista ou para o entrevistado”.

A abordagem do jornalismo feminista não se ampara apenas nos feminismos e no gênero, mas incorpora o enfoque interseccional, que direciona o pensar-fazer das profissionais. Como já destacado pela radialista María Alba, o jornalismo feminista busca contemplar as especificidades de diferentes grupos sociais, com a intenção de uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas. Sua visão se alinha ao conceito de que as opressões não são isoladas, mas se cruzam, ligando o gênero a uma série de marcadores sociais como classe social, sexualidade, peso, idade, entre outros (Akotirene, 2022). Complementando esse ponto, a comunicadora Pilar reforça que elementos como o antirracismo e o anticapitalismo também são importantes, já que esse jornalismo vai além de pautas feministas para construir narrativas que ofereçam um relato mais próximo da realidade social.

Ainda que a interseccionalidade seja um ponto do jornalismo feminista, a consciência sobre os marcadores da diferença exige vigilância e aprendizado por parte das profissionais, algo que nem sempre se manifesta na prática. Essa questão é enfatizada por Pilar, que afirma: “[...] nem todo feminismo também é antirracista. E aqui temos que reconhecê-lo também. E que nem todas que fazem jornalismo feminista o fazem com essa perspectiva”. Sua declaração ecoa a realidade percebida no escopo desta tese, pois a categoria, mesmo que presente em algumas declarações, é abordada com mais foco na classe e no território, especialmente em relação às questões de imigração. Entretanto, outros marcadores como raça e etnia são quase ausentes nas conversas.

Essa lacuna é ainda mais significativa quando se considera o contexto sociocultural e histórico da Argentina, um país cuja população se entende majoritariamente como branca e “vinda dos barcos”¹²⁸, em alusão à colonização europeia. A esse respeito, a pesquisadora Lea Geler (2016, p. 74) explica que “as hipóteses de desaparecimento afro-argentino são continuamente reproduzidas e reforçadas no discurso público, seja político, educacional, nos meios de comunicação etc. Por isso, embora tenham sido refutadas durante décadas [...], continuam ocupando lugar de destaque no senso comum”¹²⁹. É nesse contexto de invisibilidade que Collins (2002) argumenta:

A discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo [...], esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O efeito disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de “receber” tal subordinação permanece obscurecida (Collins, 2002, p. 176).

A falta de uma análise racial nas declarações das jornalistas, portanto, não é apenas um reflexo do não reconhecimento desses grupos, mas reflete uma problemática social mais ampla que limita o panorama do jornalismo feminista local (Geler, 2016).

Essa lacuna, entretanto, não invalida a importância da atuação das jornalistas em outras frentes. A urgência de combater a violência contra as mulheres é um assunto que tem gerado preocupação nos movimentos feministas e de mulheres e, por conseguinte, na sociedade argentina (e no mundo). A pauta esteve presente nas falas de todas as entrevistadas, que ressaltaram a urgência de sua inclusão na agenda midiática e pública, bem como nas declarações que destacam o compromisso político-social do jornalismo feminista na denúncia dessas ocorrências. A pesquisadora Laurita considera que é importante construir as narrativas do jornalismo feminista a partir de assuntos específicos, como a violência de gênero, para que tenhamos “[...] outros relatos que não revitimizem, que não caiam na morbidez, no sensacionalismo, mas que tratem a violência como um assunto estrutural. Constitutivo das relações de poder em nossas sociedades”.

¹²⁸ Para mais informações, disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57448852> Acesso em: 27 ago. 2025.

¹²⁹ Tradução própria. Do original: “*Las hipótesis de desaparición afroargentina son reproducidas y se refuerzan continuamente en los discursos públicos, ya sea políticos, educativos, en los medios de comunicación, etcétera. Por ello, aunque vienen siendo refutadas desde hace décadas [...], continúan ocupando un lugar destacado en el sentido común*”.

Antonella conta sobre uma experiência profissional que exemplifica a ampliação da narrativa jornalística, ilustrando a angulação adotada por ela e pelas profissionais do programa de rádio em que atua. Segundo a repórter, elas entrevistaram, na semana anterior à nossa conversa, a mãe de Griselda Guerra, uma mulher assassinada pelo ex-companheiro, em 2021, na cidade de Mendoza, após duas denúncias de violência de gênero às autoridades competentes. O feminicídio foi noticiado em várias mídias da região e do país, cobrindo, ao longo dos anos, desde a descoberta do corpo da vítima, a detenção e acusação do ex-parceiro até a confissão e condenação deste¹³⁰.

Diferentemente dos demais veículos argentinos, o programa feminista priorizou ouvir a mãe da vítima, uma voz silenciada por tantos e tantas. Todavia, as profissionais a trataram não como mera testemunha da brutalidade sofrida pela filha, mas como aquela que pode (e deve) falar por ela. Na visão de Antonella, ao reivindicar a história de Griselda, essa mãe passa a dar a voz a quem não a teve, a quem não foi escutada quando clamou por ajuda. Com isso, para a jornalista é primordial que exista um espaço onde as mulheres possam se pronunciar – “a socióloga, a filósofa, a policial, a política, a mãe protetora, a mãe que perdeu sua filha, que haja um lugar onde o jornalismo diga, mas não diga pelos outros. Mas, sim, que a voz de quem quer comunicar é o que prevalece”.

Nesse sentido, uma afirmação de Antonella sintetiza as três categorias analíticas e ações jornalísticas que tecem as tramas do jornalismo feminista. Segundo a produtora: “Não entendo outra maneira de fazer jornalismo desde que aprendi o que é ser feminista. Porque, bom, é um aprendizado”. Essa compreensão se traduz no pensar-fazer do jornalismo feminista argentino. Para as profissionais, sua prática é um aprendizado diário, que exige o posicionar, o desconstruir e o refletir de maneira contínua. É a partir desse exercício que elas, como muitas participantes disseram, contribuem com um *granito de areia*¹³¹ para as mudanças necessárias no jornalismo.

¹³⁰ Para mais informações, disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/en-pocos-dias-murieron-cinco-mujeres-por-la-violencia-machista-nid21072021/> Acesso em: 13 mar. 2024.

¹³¹ A tradução de *granito de areia* para o português é “grão de areia”.

4 O tecido brasileiro: indignar, redefinir e continuar

O que proponho, aqui, é riscar reflexivamente essa subjetividade com nossos marcadores sociais, históricos, discursivos; marcar essa subjetividade (e objetividade) jornalística a partir de uma leitura crítica na qual não podem escapar escolhas e apagamentos atravessados por questões de gênero, classe, raça, territórios.
(Moraes, 2022, p. 104)

Ao longo da história, o jornalismo brasileiro construiu suas bases e cânones sob forte influência da tradição francesa do século XIX, caracterizada por produções de caráter literário e opinativo (Tassis, 2023). Com o desenvolvimento do capitalismo e a posterior adoção do modelo estadunidense de imprensa no século XX – impulsionado pela produção em massa e lógica mercadológica –, a objetividade e o ideal de imparcialidade passaram a ocupar posição central no fazer das/dos profissionais, coexistindo com as outras narrativas jornalística. É importante ressaltar, contudo, que “a noção de objetividade encontra ainda raízes no modelo positivista de ciência. [...] Isso pode ser percebido na crença de que métodos próprios de apuração, tratamento dos dados e construção narrativa [...] poderiam garantir uma narrativa pretensamente neutra [...]” (Tassis, 2023, p. 88).

Nesse contexto de questionamentos à suposta neutralidade jornalística, a reflexão de Moraes (2022) se destaca ao propor que em vez de tratar a subjetividade como um obstáculo, a reconhecer como elemento propulsor de um jornalismo mais consciente de seus próprios vieses e dos entrecruzamentos sociais presentes na sociedade que reporta. Assim, o conceito de jornalismo de subjetividade (Moraes, 2015, 2019, 2020) emerge como alternativa ao evidenciar os apagamentos e silêncios recorrentes na mídia hegemônica – como a ausência de vozes de mulheres e demais grupos subalternizados, a falta de diversidade de pautas e a reprodução de estereótipos nas coberturas. Com base nessa premissa, a análise das falas das entrevistadas brasileiras revela a potência do jornalismo feminista¹³².

Com o objetivo de aprofundar a discussão sobre o jornalismo feminista produzido no Brasil, este capítulo se debruça sobre as declarações de cinco jornalistas e uma pesquisadora, cujas trajetórias e experiências foram investigadas por meio da técnica da entrevista semiaberta (Duarte, 2005). À semelhança do caso argentino, os depoimentos das participantes são

¹³² As entrevistas com as profissionais ocorreram de forma virtual entre dezembro de 2024 a fevereiro de 2025. Tal como no caso das participantes argentinas, os diálogos foram gravados e transcritos. Por se tratar de fragmentos dessas conversas, as citações não apresentam paginação e data.

marcados por seus contextos socioculturais e históricos. As narrativas abrangem desde relatos do período da Ditadura Militar, a partir das vivências da jornalista e militante Helena, até a emergência das mídias feministas ou com enfoque de gênero criadas e conduzidas por mulheres. Esses relatos culminam em uma posição situada, interseccional e comprometida com a construção de um legado jornalístico transformador.

O exame das informações coletadas foi realizado conforme os princípios da análise de conteúdo. O processo seguiu os passos necessários da pré-análise, da exploração do material e do tratamento dos resultados, inferências e interpretação (Bardin, 2011). Com o tema como unidade de registro, os núcleos de sentido identificados foram organizados em três ações jornalísticas: Indignar, Redefinir e Continuar. Após uma nova leitura dos documentos textuais das entrevistas, os temas-eixo se desdobraram em três categorias que tramam o tecido brasileiro: 1) O pessoal se transforma em profissional; 2) A mirada posicionada em ação; e 3) O sentido da perenidade.

4.1 Mídias feministas: uma primavera brasileira

Ao ponderar acerca do surgimento de iniciativas midiáticas independentes no Brasil na segunda década deste século, a cofundadora de um site de jornalismo esportivo feminista Elisa relata: “Eu não sei explicar como surge esse movimento, mas eu acho que **a gente estava ali fazendo esse movimento** também, **junto com outras pessoas**”¹³³ (grifo próprio). A incerteza expressa na fala da jornalista é, na verdade, uma das principais características de um movimento que foi entrelaçado coletivamente por milhares de mulheres brasileiras a partir de 2015. Identificado como *Primavera Feminista* ou *Primavera das Mulheres*, esse fenômeno multifacetado integra o nascimento de mídias nativas digitais e a produção intelectual, a atuação ativista nas redes sociais digitais e a ocupação das ruas por todo o país (Pedro; Lemes, 2019; Bogado, 2018; Escosteguy, 2020).

O cenário descrito por Elisa encontra eco nas declarações da maioria das entrevistadas, que destacam a mobilização social feminina e feminista que se espalhou pelo país nesse período e que está diretamente relacionada ao contexto de criação dos meios de comunicação nos quais atuam, assim como de tantas outras iniciativas¹³⁴. Vale ressaltar que essa não foi a única ocasião em que as mulheres brasileiras assumiram o protagonismo na luta por mudanças e direitos. Elas

¹³³ Para reforçar, os nomes das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos.

¹³⁴ A ascensão da mídia independente no Brasil nos últimos anos é detalhada em um levantamento da *Agência Pública*, intitulado *Mapa do jornalismo independente*. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em: 12 set. 2025.

estiveram presentes em momentos cruciais da história nacional: na conquista do voto feminino no início do século XX¹³⁵; em manifestações contra a Ditadura Militar e a favor da anistia às/aos presas/presos políticos e pessoas exiladas; no período de redemocratização, quando foram responsáveis por avanços significativos na Constituição de 1988 (Pedro; Lemes, 2019). Para Tereza, diretora de conteúdo de um portal com perspectiva de gênero:

A gente vem de um crescimento, de uma expansão do debate feminista desde, se a gente for pensar ali, a década de [19]60, [19]70, quando tem o que seria o surgimento oficial do movimento feminista com os coletivos. Depois, passando pela Constituinte, que trouxe avanços importantes no nível político para as mulheres, mas que, na década de [19]90, a gente também tem esse contraponto da extrema-direita, que começa a focar em alguns temas como, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos. Começa a trabalhar muito com essa ideia de família, para retomar essa subjugação da mulher, as mulheres subjugadas dentro do espaço doméstico (Entrevistada Tereza).

A resistência promovida pela extrema-direita e por grupos conservadores, mencionada por Tereza, encontra resposta nas múltiplas frentes de mulheres brasileiras, que atuam de maneira estratégica para reverter os retrocessos sociais. Essas mulheres se organizam de diversas formas: participam de manifestações populares, criam bancadas políticas, ocupam espaços na mídia e promovem articulações em diversos setores da sociedade. A *Primavera Feminista* é um desses exemplos. Conforme a pesquisadora Ana Carolina Escosteguy (2020, p. 132), esta “[...] congregou uma série de mobilizações que tiveram como elo, para além da defesa de reivindicações históricas do movimento feminista e LGBTQI+, a utilização da internet como potencializador de inúmeras ações feministas”.

Um dos episódios mais marcantes desse contexto foi a onda de protestos ocorrida em novembro de 2015, quando, nas palavras da pesquisadora Maria Bogado (2018, n.p.), “[...] as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL 5069/2013), apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais”. A mobilização contra a proposta do então presidente da Câmara refletia a gravidade da ameaça que o texto representava aos direitos reprodutivos das mulheres. O PL previa a criminalização

¹³⁵ O voto feminino foi instituído no Brasil em 24 de fevereiro de 1932, por meio do decreto 21.076, que instituiu um Código Eleitoral para o Brasil. Sua concretização, no entanto, só ocorreu na votação para a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, a qual, por sua vez, originou a Constituição de 1934. Informação disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/index.html> Acesso em: 15 set. 2025.

“[...] de quem induzisse ou auxiliasse [...] uma vítima de estupro a abortar” (Oliveira, 2024, n.p.), um direito já garantido por lei no Brasil.

A força e rapidez com que as brasileiras se organizaram em todo o país, como observa Escosteguy (2020), resultaram do uso estratégico da *internet* e das redes sociais. As tecnologias da informação ampliaram e deram visibilidade às agendas feministas, criaram espaços virtuais para debates, facilitaram a troca de experiências e permitiram o compartilhamento ágil de marchas, eventos e campanhas. Esse ativismo *on-line* não se restringiu ao Brasil; trata-se de um fenômeno global, no qual “[...] as grandes manifestações acabam por servir de referência para outras em outros lugares” (Pedro; Lemes, 2019, p. 73).

Algumas entrevistadas reforçam a colocação de Pedro e Lemes (2019) ao apontarem que, após a *Primavera Feminista*, o movimento *#Metoo*¹³⁶ desempenhou papel essencial na continuidade e expansão das pautas feministas no Brasil e no mundo. A *hashtag* *Me too* surgiu em 2017, após a publicação da investigação das jornalistas estadunidenses Jodi Kantor e Megan Twohey, do periódico *New York Times*, que revelou diversas denúncias de assédio sexual contra o produtor de cinema Harvey Weinstein¹³⁷ (Bruttin, 2024). A jornalista esportiva Elisa comenta que “a gente bebeu muito dessa fonte [o movimento *Me Too*], não é? De começar a abrir a cabeça mesmo. Dos livros, de muita informação não só sobre feminismo, mas também sobre racismo, sobre machismo. Então, a gente foi aprendendo, foi uma efervescência”.

Em sua análise, a pesquisadora Cristiane Rocha (2018, n.p., grifo da autora) destaca que *hashtags* em campanhas feministas, como a *Me too*, atuam como instrumentos para promover “[...] uma horizontalidade momentânea em que já não é central *quem* disse, mas *o quê* e *como* disse”. Ou seja, a autoria se dilui em favor da ampliação da mensagem e do engajamento coletivo. Bogado (2018, n.p.) acrescenta que a essa dinâmica se soma “[...] uma linguagem política que passa pela performance e pelo uso do corpo como a principal plataforma de expressão”. No Brasil, em 2015, diversas *hashtags* se destacaram no ambiente virtual, como *#MulheresContraCunha*¹³⁸, *#MeuAmigoSecreto*¹³⁹ e *#primeiroassédio*¹⁴⁰.

¹³⁶ A tradução de *me too* para o português é “eu também”.

¹³⁷ Para mais informações, disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/10/05/us/harvey-weinstein-harassment-allegations.html> Acesso em: 28 nov. 2025.

¹³⁸ A campanha *#MulheresContraCunha* tinha como foco “[...] a mobilização de mulheres contra o PL 5069, que visava dificultar o acesso de vítimas de estupro ao aborto legal [...]” (Costa, 2018, n.p.).

¹³⁹ Costa (2018, n.p.) conta que a *#MeuAmigoSecreto* foi “[...] mencionada 170 mil vezes no Twitter. A ideia era tornar públicos os relatos de assédios realizados por homens próximos, sem identificá-los”.

¹⁴⁰ Diferente das demais campanhas elencadas, a *#primeiroassédio* foi promovida pela organização social *Think Olga*. Segundo informações da organização: “Em 2015, a Think Olga criou a campanha *#primeiroassédio*, em apoio à menina de 12 anos que foi alvo de comentário de cunho sexual na internet durante participação em um reality show de culinária. Criamos a hashtag *#primeiroassédio* no Twitter e convidamos nossas leitoras a

Nesse sentido, a *Primavera Feminista* não promoveu apenas campanhas pontuais, mas revitalizou o cenário feminista brasileiro como um todo. As manifestações impulsionaram uma nova geração política e a urgência de discussões mais amplas e com o enfoque interseccional (Hollanda, 2018; Bogado, 2018; Rocha, 2018). Diante desse terreno fértil, surgiram organizações midiáticas feministas que passaram a responder à demanda por uma cobertura mais inclusiva, crítica e atenta às questões de gênero e a outros marcadores da diferença. Essa perspectiva é abordada por Mariana, diretora de conteúdo de um portal feminista que explica que “[...] a gente estava nesse momento propício para o surgimento de novas mídias independentes. [...] Então, a oportunidade é isso, de fazer jornalismo que advogue por uma causa que a gente acha importante”.

O nascimento desses meios está ligado, do mesmo modo, a um contexto de crescente disputa narrativa. Enquanto o movimento feminista ganhava robustez, havia, do outro lado, o fortalecimento da extrema-direita e de grupos antigênero. Este avanço está, em certa medida, ligado à noção de “ideologia de gênero”, conceito que, conforme Biroli (2020, n.p.), “[...] respalda a oposição mais ampla aos direitos das mulheres e de pessoas LGBTQI como direitos humanos e à igualdade de gênero como uma dimensão da cidadania nas democracias”. A autora explica que o termo foi fomentado pela Igreja Católica desde a década de 1990 e difundido pelo mundo como “[...] uma estratégia política eficaz, viabilizando a atuação conjunta de atores cujos interesses são originalmente distintos” (Biroli, 2019, p. 79).

Nesse quadro, a comunicação – especialmente o jornalismo – revelou-se um espaço vital para o enfrentamento dessa disputa. Como aponta a diretora de conteúdo Tereza:

Acho que esse tensionamento, de certa forma, também inspira dentro disso a criação de novos espaços de construção de narrativa, porque a gente entende que a comunicação tem esse papel importante de acompanhar o que está sendo colocado, os debates que estão sendo colocados [...] (Entrevistada Tereza).

A pesquisadora e docente de uma universidade pública, Cecília, argumenta que o jornalismo é uma ferramenta para dar sentido às dinâmicas sociais. Em razão disso, a profissão passa por constantes processos de remodelação e adaptação diante de novos contextos e debates. Esse entendimento, de que o fazer jornalístico se reorganiza para responder a debates emergentes, é corroborado por uma série de saberes e práticas identificadas nas declarações das

entrevistadas. Assim, a análise das informações coletadas permitiu identificar três categorias que, juntas, estruturam a trama do jornalismo feminista brasileiro: 1) O pessoal se transforma em profissional, 2) A mirada posicionada em ação e 3) O sentido da perenidade.

4.2 O pessoal se transforma em profissional

A categoria **O pessoal se transforma em profissional** abrange as experiências das participantes enquanto mulheres permeadas por marcadores da diferença. Diante das violências e apagamentos sentidos, em muitos dos relatos desde a infância, as entrevistadas narram suas vivências, desconfortos e conflitos com o jornalismo e sua lógica masculinista (Veiga da Silva, 2014). Pela ação de se **indignar**, elas tomaram a iniciativa de atuar em e/ou criaram seus veículos de comunicação para catalisar um fazer jornalístico com propósito. Esse incômodo se manifesta na fala da cofundadora de um portal de conteúdo feminino voltado à região Nordeste, Beatriz, que ressalta:

Eu sempre falo que [o nosso projeto]¹⁴¹ nasceu de um desconforto. Eu via a mídia aqui e eu falava: “Gente, espera aí, mas por que a gente não fala sobre as mulheres? Por que a gente não traz a história dessas mulheres?”. “Porque sempre a mulher vítima é colocada como culpada, tem um monte de casos de violência contra a mulher que não é feito” (Entrevistada Beatriz).

Ainda com base nas afirmações de Beatriz, a jornalista enfatiza que “tudo nos atravessa. [...] Tudo acaba sendo uma pauta feminista” e, por isso, defende que é impossível discutir sua prática jornalística sem abordar sua trajetória pessoal. Ela relata que cresceu em um ambiente marcado pelo machismo, onde desde criança ouvia frases como: “menina não fala palavrão” e “menina tem que fechar a perna”. Essas imposições, com o tempo, fizeram com que Beatriz se “fechasse” em diversos aspectos – uma maneira de se moldar às repreensões patriarcais da sociedade. Foi apenas na idade adulta, ao se aprofundar em obras sobre gênero e feminismos, que ela conseguiu romper essas limitações e se libertar da “caixinha”, em suas palavras, em que havia sido colocada.

Quando eu cresci, eu vi, eu passei por situações de importunação, de assédio, assédio sexual no trabalho. Passei por assédio moral, passei por muitas situações delicadas, dolorosas e violências que, até então, eu não sabia que eram violências e que eu não nomeava. Passei por bullying na escola, mas não era bullying, era racismo (Entrevistada Beatriz).

¹⁴¹ Para garantir os pressupostos éticos desta pesquisa, os nomes das mídias foram omitidos e substituídos por termos entre colchetes, preservando a integralidade dos depoimentos das participantes.

A partir dessas compreensões e mudanças, Beatriz começou a reavaliar a profissão e a perceber um crescente desconforto com o jornalismo que vinha exercendo. Em suas palavras, ela não conseguia escrever acerca dos assuntos que desejava. “Às vezes eu queria falar sobre aborto, o editor olhava assim para mim, era um homem, ele ficava: ‘Por que vai trazer esse tema? A gente vai perder leitores’. Eu fui me incomodando muito com isso, e aí eu falei: ‘Não, meu [projeto] vai nascer’”. A decisão de criar seu próprio veículo representou um ponto de inflexão, permitindo-lhe alinhar vida pessoal e atuação profissional. “Eu me considero hoje uma jornalista muito melhor. Muito melhor, muito melhor! Eu acho que a jornalista que eu era antes era só mais uma. Hoje eu não vejo dessa forma. [...] E eu devo muito a ter entrado nesse mundo mesmo, nesse jornalismo feminista”.

Em sintonia com as motivações de Beatriz, a jornalista Elisa também decidiu, em 2015, fundar com outras profissionais um *site* de jornalismo esportivo feminista “[...] pela falta de ter notícias sobre as mulheres no esporte, por não ver aquele espaço dado para as mulheres”. No início do projeto, explica a entrevistada, as comunicadoras adotaram uma postura questionadora para lidar com a ausência de esportes praticados por mulheres nas coberturas jornalísticas. Perguntas como “Por quê?”, “Cadê?” e “Onde estão?”, referindo-se às atletas, eram parte da prática do grupo. Elisa ilustra essa perspectiva, ao lembrar: “A gente não se contentava com: ‘Ai, não está lá porque não vende’ ou ‘Porque as pessoas não têm interesse’. Como você sabe que as pessoas não têm interesse se você nunca colocou ali?”.

Apesar de Elisa sempre ter sido apaixonada por esportes – como futebol, basquete e tênis – e ter recebido incentivo familiar para a prática esportiva, a possibilidade de atuar como jornalista esportiva não fazia parte do seu horizonte profissional. Durante a sua graduação, a presença de mulheres, com destaque ao meio televisivo esportivo, era pouco expressiva, o que contribuía para a percepção de que o espaço não era acessível para mulheres. Assim, ao concluir sua formação, ela direcionou sua carreira para a assessoria de imprensa, área que atuou por 14 anos.

A inserção de Elisa no jornalismo esportivo ocorreu apenas após o contato com um grupo de torcedoras e torcedores que produziam conteúdos em *blogs* de futebol. Esse envolvimento inicial possibilitou sua colaboração em colunas sobre o tema, experiência que ampliou sua mirada acerca das possibilidades do jornalismo esportivo: “Caramba, eu estou escrevendo sobre esporte, estou escrevendo sobre futebol, acho que eu posso escrever sobre futebol”. Esse processo também a motivou a frequentar mais os estádios, ambiente no qual conheceu suas futuras colegas de trabalho. A partir dessa rede de contatos e do engajamento

coletivo, foi possível fundar um portal que, atualmente, se destaca como referência na área e representa um contraponto ao jornalismo esportivo tradicional, sobretudo no que diz respeito à visibilidade das mulheres no esporte.

Então foi meio que meu amor como torcedora [que] me levou a perceber que eu tinha a possibilidade de ser uma jornalista. Então, assim, eu não sou uma jornalista que trabalhou em grandes redações esportivas, eu não fui uma jornalista de *Globo*, de *Bandeirantes*, de *Globo Esporte*. Não. **Eu sou jornalista esportiva porque o meu veículo, que eu fundei, me possibilitou, me deu a possibilidade de ser jornalista esportiva** (Entrevistada Elisa, grifo próprio).

Embora as trajetórias de Beatriz e Elisa estejam marcadas pelo contexto da *Primavera Feminista* e pela ascensão das mídias digitais, a indignação como força propulsora de suas carreiras se alinha com experiências de gerações anteriores de mulheres jornalistas. É o caso de Helena, que atuou em um jornal feminista¹⁴² durante um dos períodos mais difíceis da história brasileira, a Ditadura Militar. Os relatos da jornalista revelam um pensar-fazer jornalístico entendido como um ato de resistência que transcende tempos e formatos. Conforme narra Helena: “Nós vamos ver o seguinte, que nós, aquele grupo de feministas que começaram a escrever o jornal, foi uma necessidade mesmo, o jornal servia tanto para a gente escrever nossas experiências ou colher as experiências de outras mulheres e nos organizar e mobilizar”.

A história de Helena com o jornalismo não começou como uma escolha. Militante de um partido da esquerda no Brasil, ela iniciou sua atuação na imprensa por ser a única função disponível naquele contexto. Sem formação acadêmica em Comunicação, Helena aprendeu o ofício na prática, o que levou-a a valorizar não apenas o jornalismo, mas suas produções realizadas naquele meio. Foram oito anos de trabalho na clandestinidade, enfrentando desafios internos e externos. Desde jovem, a jornalista demonstrava interesse por política e por sua relação com os feminismos. No partido, era uma das mulheres que levantava a pauta feminista, embora, como ela ressalta, “as questões que me incomodavam não eram prioridade para o jornal”.

Foi um tempo duro, difícil. Apanhei muito. Porque eu só trabalhava com homens e feminismo era algo assim muito mal visto, muito mal entendido. Então, não era fácil. Mas era uma contradição, porque defendia a justiça e a igualdade, mas essas mulheres não podiam falar [de] igualdade (Entrevistada Helena).

¹⁴² Kucinski (2001) elucida que as publicações que nasceram nesse período em oposição ao regime militar são chamadas de imprensa “alternativa” ou “nanica”.

Os desafios enfrentados por Helena na imprensa clandestina não diminuíram quando ela passou a se dedicar a um jornal feminista fundado por outras mulheres. A publicação, fruto do mesmo período, era alvo de pressões vindas de todos os lados devido aos temas que abordava: sofria a censura imposta pelos militares, a oposição dos setores religiosos e a resistência dos partidos políticos – fossem eles clandestinos ou legalizados. A comunicadora explica que as organizações opositoras ao regime, “entendiam que o feminismo atrapalhava a luta, era dividir a classe operária, chamavam a gente de divisionista, separatista”. Com o tempo, Helena passou a ver nos jornais e no jornalismo feminista um enorme poder transformador, uma vez que as informações veiculadas por esses meios não se restringem aos grupos feministas, mas alcançam outras pessoas. Ela defende que “[...] esses incômodos que nós temos, esse desconforto de viver numa sociedade patriarcal, essas ideias têm que ventilar mais. Então, o jornalismo feminista é fundamental”.

Se a experiência de Helena demonstra que a indignação e a resistência jornalística são atemporais, a *Primavera Feminista* e o *boom* das mídias digitais trouxeram uma nova dimensão a essa luta: a possibilidade concreta de romper com as redações tradicionais em busca de autonomia. Segundo a entrevistada Tereza, diversas profissionais experientes da imprensa hegemônica estavam cansadas de disputar espaço nos grandes veículos de comunicação, em uma competição injusta e desigual¹⁴³. Essa insatisfação impulsionou um movimento de saída, no qual essas jornalistas fundaram os próprios portais feministas, além de criarem precedentes para outras mulheres, como é o caso de Elisa e Beatriz.

Outro exemplo desse movimento é o de Mariana que, após se graduar, sonhava em atuar em grandes redações do país. Ainda que tenha realizado esse objetivo, a experiência não se traduziu em satisfação profissional. Sua decisão de deixar o jornalismo comercial foi resultado de uma série de fatores:

Então, misturou uma frustração com a mídia hegemônica, com a rotina produtiva, com tudo isso, e uma vontade, então, de **trabalhar com um propósito** – trabalhar com algo que, de fato, eu me sentisse ali realizada e fazendo uma diferença. E, por estar ali nesse momento também de me ver como feminista, **de me entender como feminista, de viver na pele muitas coisas** (Entrevistada Mariana, grifo próprio).

¹⁴³ A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) divulgou dados de uma análise do *Reuters Institute*, segundo os quais “a porcentagem de mulheres nos cargos editoriais de alto escalão caiu ligeiramente de 22%, em 2024, para 21% em 2025, o que reflete a dificuldade das mulheres em ascender a essas posições, mesmo com o aumento de sua presença na profissão jornalística em geral”. Disponível em: <https://fenaj.org.br/apenas-21-das-redacoes-no-brasil-sao-lideradas-por-mulheres/> Acesso em: 28 nov. 2025.

A jornalista comenta que, para sua surpresa, ao começar a trabalhar no portal feminista, descobriu que era ainda mais feminista do que imaginava. Essa autodescoberta foi a base para um processo de aprendizado, e foi nesse novo espaço que Mariana passou a identificar e nomear violências que antes lhe passavam despercebidas. Além de atuar como jornalista, ela também é pesquisadora na área da comunicação. Quando questionada se um dia deixaria a prática jornalística ou mudaria de caminho, a diretora de conteúdo foi enfática: “Não, eu acho que nunca vou deixar de ser uma jornalista feminista. Nunca”. Para ela, as possíveis mudanças se limitariam a deixar o cargo atual ou seguir na docência: “Então, eu acho que enquanto eu me mantiver no jornalismo, eu continuarei trabalhando com gênero”.

A trajetória de Mariana ilustra como a vivência pessoal é um dos pilares do jornalismo feminista brasileiro. Esse ponto de vista é aprofundado pela comunicadora, que reflete sobre a inseparabilidade entre o pessoal e o profissional: “Eu acho que é porque não tem como, não é? É uma coisa que toca, que te toca pessoalmente assim. Acho que sendo uma mulher, não é?”. Essa percepção é reforçada pela docente Cecília, que sustenta: “Tudo tem a ver com questões que nos tocam. Eu acho que é muito difícil a gente fugir desse lugar e acho que nem deve. De dizer que sim, são questões que me tocam e que foram questões que eu percebi na atuação jornalística”.

O entendimento de que “tudo tem a ver com questões que nos tocam”, enfatizado por Cecília, evidencia como a dimensão subjetiva é central para o jornalismo feminista. Ao afirmar que as pautas abordadas ou não no jornalismo afetam diretamente as profissionais, Cecília aproxima-se do resgate sensorial da visão defendido por Haraway (1995). Para a autora, “os olhos têm sido usados para significar uma habilidade perversa [...] de distanciar o sujeito [a sujeita] cognoscente de todos [e todas] e de tudo no interesse do poder desmesurado” (Haraway, 1995, p. 19). Em outros termos, a pretensão de uma mirada neutra e imparcial diante do mundo social que reporta, além de ilusória, impede a possibilidade de reconhecer como experiências situadas constituem a própria prática jornalística.

4.3 A mirada posicionada em ação

A segunda categoria, **A mirada posicionada em ação**, dialoga diretamente com a citação de Moraes (2022, p. 104), que abre este capítulo ao afirmar que as/os jornalistas devem “marcar essa subjetividade (e objetividade) jornalística a partir de uma leitura crítica”. Nesse sentido, a “mirada posicionada” representa essa leitura crítica adotada pelas entrevistadas brasileiras, que reconhecem e assumem sua perspectiva situada como parte fundamental do

pensar-fazer feminista. Com esse novo olhar, elas **redefinem** os cânones da profissão, com destaque à objetividade, o que reverbera na inserção dos marcadores da diferença – como etnia, idade, sexualidade e território – em suas produções, uma vez que estes são intrínsecos ao contexto sócio-histórico em que estão inseridas.

A pesquisadora Cecília, cujos estudos se concentram na objetividade nas mídias feministas, na lógica masculinista e na importância das redes de mulheres jornalistas, comenta que, a partir da leitura de publicações históricas, constatou que o debate sobre os pressupostos jornalísticos é antigo no cenário do jornalismo feminista. No entanto, o amadurecimento e a ampliação dessa discussão foram processos lentos, em grande parte porque esse jornalismo, durante muito tempo (e ainda hoje), foi visto pelos veículos hegemônicos e por seus críticos como “[...] muito panfletário, muito tendencioso, quanto do próprio entendimento dessas jornalistas enquanto feministas também” (Entrevistada Cecília).

Essa percepção é precisamente o que Cecília contesta, ao argumentar: “Essa ideia do distanciamento que é necessário ter sobre as questões sociais, essa ideia de que tu precisas trazer os dois lados, mostrar diferentes vozes, mas quais vozes? As vozes que já têm poder social e tudo isso?”. Para a pesquisadora, todos os veículos possuem suas ideologias, interesses, linha editorial e influências – tópico também levantado pelas outras entrevistadas. O problema, segundo a docente, é que historicamente esses meios utilizaram tais referenciais para legitimar suas produções, conquistando assim credibilidade, legitimação e hegemonia no campo social. Moraes (2023, p. 5) sintetiza: “É quase tautológico: veículos comerciais se entendem e são vistos como mais críveis por eles mesmo professarem que são detentores de qualidades que os tornam hierarquicamente superiores”.

Um exemplo contundente dessa tautologia é apresentado por Moraes (2024), ao analisar a série de quatro artigos publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* – o de maior circulação nacional¹⁴⁴ – em 2023, todos em defesa da suposta objetividade jornalística. Como enfatiza a autora, os três primeiros textos “foram assinados por homens brancos”, enquanto o último, em formato de editorial, não tinha autoria declarada. Nesse editorial, intitulado *É o que deve ser*, o jornal afirma: “**Ao abrir mão da busca pela objetividade, o jornalismo passa a ser militância e perde a eficácia.** Ao praticá-la, fortalece a democracia. É o que este jornal defende e, com erros e acertos, procura fazer diariamente” (Folha de S. Paulo, 2023, grifo próprio).

¹⁴⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/pages/circulacao.shtml?fill=5> Acesso em: 14 set. 2025.

Em um contraponto crítico, Veiga da Silva (2021, p. 282) considera que “a imprensa empresarial me parece que vem sendo ela mesma, defendendo suas ideologias políticas, econômicas e sociais neoliberais, e também insistindo no mito da neutralidade em que se baseiam suas ideologias positivistas”. Na direção oposta, a declaração da jornalista e militante Helena oferece uma contestação à perspectiva defendida pela *Folha*, ao afirmar que

Primeiro, a neutralidade é um absurdo. Eu não sou neutra, eu sou uma pessoa que estou aqui no mundo sentindo as contradições, umas são mais doloridas, outras menos, não é? Mas eu estou vivendo isso aí todo dia. Então, esse negócio de neutralidade, objetividade, isso é uma forma hipócrita de trazer a informação. Não é possível que você vai dar notícia de que as mulheres estão sendo assassinadas, [que] são vítimas do feminicídio que cresce todo dia no Brasil. Você tem que contar a história dessas mulheres e ver essas relações, entendeu? E não tem como ser imparcial, não. Não tem como. [...] “É o fato aqui, eu sou imparcial, eu sou objetiva, morreu assim e pronto”. Não, não dá. A informação está precisando de nós, com a nossa parcialidade, com a nossa subjetividade e com a nossa não-neutralidade, a gente tem posição (Entrevistada Helena).

A rejeição à objetividade entendida nos moldes cartesianos/positivistas não significa que o jornalismo feminista brasileiro renuncie à objetividade enquanto aquela “necessária em procedimentos básicos para feitura da notícia” (Moraes, 2022, p. 15). Pelo contrário, como destaca a docente Cecília, esse jornalismo se caracteriza por um rigor na apuração ainda mais acentuado, impulsionado pelo que ela chama de “mérito do tempo”; ou seja, a possibilidade de dedicar mais tempo à construção das matérias, o que permite maior apuração e cobertura aprofundada. Ademais, a pesquisadora acredita que esse aspecto também se insere em um fazer pautado na ética jornalística. No que se refere ao rigor no período da imprensa alternativa, Helena relembra que esse se manifestava pela análise crítica dos conteúdos produzidos. “Acho que a gente lia não sei quantas vezes por matéria, era leitura coletiva, viu, que a gente fazia. Às vezes, juntava até 30 mulheres”.

Os dizeres de Cecília e Helena se alinham com o relato de Tereza. A diretora de conteúdo destaca que, no portal em que atua, diferentemente do jornalismo hegemônico, as profissionais assumem de forma transparente as escolhas editoriais que fazem. Isso, porém, não significa que os conteúdos sejam menos objetivos ou que haja menor responsabilidade jornalística e rigor na checagem das informações. Ela explica que, diante dos constantes ataques enfrentados pela equipe, foi necessário criar processos internos “[...] às vezes muito maiores do que a mídia tradicional, para garantir a nossa responsabilidade ali, sabe? Por exemplo, todo

conteúdo que é produzido tem que passar por duas edições, todos os dados têm que ser checados, além do analista, por outra pessoa” (Entrevistada Tereza).

O ponto central é que o jornalismo feminista ou com enfoque de gênero brasileiro propõe uma redefinição dos paradigmas da profissão. Como sintetiza a pesquisadora Cecília, a objetividade permanece “uma base jornalística extremamente importante, mas não nos termos em que ela está colocada. A gente lida sobre questões objetivas”. Nesse sentido, a docente complementa que “tem outras formas de ser objetivo e eu acho que a gente precisa repensar sobre esses pressupostos, sobre esses pilares do jornalismo”. Esse ponto de vista é ilustrado com clareza por Tereza:

No tipo de cobertura que a gente faz, vou dar um exemplo, a gente cobre muito direitos sexuais reprodutivos e acesso ao aborto. Quando eu vou fazer uma matéria sobre isso, eu consigo ser muito bem imparcial, objetiva, fazer uma reportagem baseada em evidências, em dados, o que a ciência diz. Mas o que eu aprendi na universidade era que ser imparcial ou objetiva significaria “ouvir todos os lados”, dar o mesmo espaço para quem é contra e a favor do aborto, por exemplo. Quando as evidências mostram que o aborto é uma questão de saúde pública, os dados mostram que a descriminalização e a legalização do aborto é algo que iria ajudar toda a sociedade, que diminui, inclusive, a necessidade do procedimento em si quando ele é pensado como uma política pública. Eu não vou [...] em uma matéria que fala sobre isso, colocar, por exemplo, uma fala contrária do Eduardo Bolsonaro, que adora falar sobre isso, sabe? [...] E esse é o meu problema, muitas vezes, com jornalismo hegemônico. Você joga as falas das pessoas e você não contrapõe com evidências. Então fica parecendo que as duas pessoas têm o mesmo peso naquele debate, quando não tem (Entrevistada Tereza).

Essa recusa em criar uma falsa equivalência entre evidência e opinião demonstra que o jornalismo feminista assume, de fato, uma posição ética e política. A parcialidade, nesse contexto, se manifesta na transparência de valores, na definição das pautas, no enquadramento das notícias, nas fontes escolhidas e na linguagem empregada. Essa perspectiva parcial encontra respaldo em Haraway (1995, p. 21), para quem “a moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva”. É nesse sentido que Mariana defende que o jornalismo feminista: “[...] ele não tem medo de se dizer feminista, ele não tem medo de dizer que tem uma agenda, e então por isso ele não vai ser objetivo, neutro ou imparcial. E está tudo bem”.

A argumentação da *Folha de S. Paulo* de que um jornalismo sem objetividade (nos moldes positivista) se transforma em “militância”, simplifica um debate muito mais complexo, que trata a postura posicionada e militante como algo inerentemente oposto à prática jornalística. A diretora de conteúdo Tereza contesta essa visão ao assumir a “parcialidade” como uma escolha representativa. Para ela, se a maioria da população brasileira é composta por

mulheres, abordar essa perspectiva não é um viés, mas sim uma representação legítima e necessária na realidade social.

Como que um jornalismo que é feito, por exemplo, por mulheres e que traz essa perspectiva de gênero, é um jornalismo parcial, visto que a maior parte da população brasileira é feminina. Então, se essa for a acusação de parcialidade, eu acho que está tudo bem, a gente a assume. E para mim é muito mais tranquilo falar que o jornalismo que eu faço não é um jornalismo que, apesar de ter a perspectiva de gênero, raça e sexualidade, não é um jornalismo para mulheres, não é um jornalismo para as pessoas negras (Entrevistada Tereza).

É imperativo ressaltar que, embora mantenha proximidade e diálogo direto com os ativismos, o jornalismo feminista não se configura como um movimento social, mas uma prática profissional autônoma. Conforme a diretora de conteúdo Tereza e a docente Cecília, essa relação é marcada pela reciprocidade: enquanto os movimentos feministas oferecem matérias-primas, como a indicação de pautas relevantes e a reflexão sobre a sociedade e o próprio jornalismo, as jornalistas colaboram ao indicar para as militantes a importância de uma comunicação estratégica para a efetividade das lutas sociais. Nas palavras de Tereza, não basta “ter a proposta mais interessante do mundo, se você não trabalhar de forma narrativa [...]”. Ou seja, é uma relação dinâmica de trocas, encontros e contribuições.

Contudo, esse vínculo não está isento de tensões e divergências. É justamente nesse ponto que reside a antítese ao editorial da *Folha*: o jornalismo feminista e suas profissionais não renunciam ao crivo, à ética e à responsabilidade na produção jornalística, mesmo que mantenham a articulação e o diálogo com os movimentos feministas. O compromisso com o rigor na apuração é detalhado no seguinte relato:

A gente principalmente que trabalha com dados e que entende a seriedade da interpretação dos dados, como também os dados não são neutros, então vai depender muito da interpretação. Eu não posso interpretar qualquer coisa, não é? Às vezes, se eu estou fazendo uma matéria com dados, por mais que eu entenda que a realidade está posta, mas eu não posso fazer essa relação direta com os dados, sabe? Às vezes não é uma coisa tão simples assim, porque não é isso que o dado está me falando (Entrevistada Tereza).

A interseccionalidade, nesse contexto, representa o desdobramento prático da mirada posicionada. Em confluência com as demais entrevistadas, a diretora de conteúdo Mariana ressalta que a interseccionalidade é um dos pilares do pensar-fazer jornalismo feminista aqui praticado: “É um jornalismo que contempla a interseccionalidade e pensa isso em suas pautas”. Porém, a jornalista faz uma ressalva ao pontuar que esse jornalismo nasceu branco, sudestino e

privilegiado. Por isso, entender os marcadores da diferença e seus entrecruzamentos nas dinâmicas sociais, em especial no jornalismo, é essencial para construir uma cobertura menos excludente e mais representativa.

As declarações de Tereza exemplificam essa premissa. Segundo a diretora de conteúdo, a prática jornalística do veículo em que atua se fundamenta no princípio de que as perspectivas de gênero e raça devem permear todas as temáticas abordadas. Como ela explica, “a gente vive em uma sociedade desigual e que vai impactar de forma desigual, inclusive, mulheres e homens, pessoas negras e brancas, então isso na nossa cobertura sempre tem que ficar muito explícito”. A partir dessa compreensão, as escolhas editoriais são feitas de forma consciente a fim de garantir a diversidade de vozes. A jornalista acrescenta que a escolha de quem se ouve ou se coloca como especialista é uma decisão editorial capaz de moldar a narrativa, dependendo do lugar social que as fontes ocupam. Tereza contesta a justificativa recorrente da mídia de que “não encontra” mulheres para discorrer sobre temas como, por exemplo, as ciências exatas e afirma que essa alegação não se sustenta e que cabe às/aos profissionais buscar ativamente essas pessoas. Por isso, as escolhas do portal em que trabalha caminham em direção a “priorizar mulheres, pessoas trans e pessoas negras e indígenas”.

Essa abordagem vai além da simples diversidade de fontes; ela redefine a noção de quem fala e quem o jornalismo representa. Afinal, na visão de Tereza, o jornalismo não deve tratar “sobre o outro”, mas sim sobre o próprio Brasil, e as/os comunicadoras/comunicadores são parte integrante desse contexto. Em razão disso, a comunicadora não apaga sua identidade – mulher negra, bissexual e nordestina – em sua prática. Em suas palavras: “Eu vejo isso como um lugar de potência para a minha profissão, não como um lugar negativo, que é isso que socialmente o sistema e a sociedade colocam para a gente”.

A mirada posicionada em ação evidencia, assim, que o jornalismo feminista rejeita o distanciamento das sujeitas em favor da potência de uma perspectiva situada. Ao assumir essa posição, as profissionais redefinem a própria noção de objetividade, ainda defendida por tantos meios de comunicação brasileiros. O rigor presente no fazer das interlocutoras abre caminho para a construção de um legado jornalístico por elas construído coletivamente, assunto que será analisado na próxima categoria.

4.4 O sentido da perenidade

A última categoria, **O sentido da perenidade**, abarca três temas-eixo identificados nos relatos das entrevistadas: sustentabilidade, ética feminista e ação coletiva, e memória e legado.

Cada um deles aborda a longevidade do jornalismo feminista brasileiro sob diferentes ângulos. A sustentabilidade das iniciativas desponta como um desafio constante para a continuidade do trabalho dessas profissionais; enquanto a ética feminista e a ação coletiva se apresentam como elementos que fortalecem os veículos e garantem práticas mais justas e colaborativas. Por fim, a construção da memória e do legado é vista como um compromisso com as futuras gerações. Juntos, esses elementos constituem a verdadeira ação de **continuar**, garantindo a perenidade e a relevância dessas organizações midiáticas.

As mídias feministas e suas profissionais enfrentam desafios relacionados à sustentabilidade, e essa fragilidade financeira impacta várias esferas: desde a produção de matérias e reportagens, a contratação de profissionais, até a própria viabilidade desses veículos. A docente Cecília destaca que “uma característica dos jornais independentes, dos veículos independentes, é a pouca duração, a pouca existência, por conta exatamente da subsistência dos jornalistas e tudo”. Essa precariedade ameaça a perenidade dessas iniciativas, sendo um tema recorrente nos relatos das interlocutoras, que apontam como a questão monetária ultrapassa o âmbito profissional, bem como seus impactos ao longo dos últimos anos.

A crise de financiamento das mídias feministas é, na visão de parte das entrevistadas, agravada por um ambiente social de incertezas. A comunicadora Mariana relata que, desde sua chegada em 2020, o veículo em que atua passou por um crescimento expressivo: a equipe saltou de seis para 24 pessoas e a captação de contribuições aumentou. Ela explica que essa fase de expansão era comum no jornalismo independente como um todo. No entanto, nos últimos tempos, houve uma desaceleração, pois, em sua avaliação, esses meios atingiram um “teto” de financiamentos e agora precisam buscar novas alternativas para garantir sua sustentabilidade e continuidade.

Esse cenário de desaceleração é agravado por mudanças políticas recentes em âmbito global, principalmente com relação aos programas de filantropia provenientes dos Estados Unidos. Conforme a diretora de conteúdo Tereza, “é de onde vêm os principais financiadores, inclusive do jornalismo brasileiro”. Esses fundos de fomento se reorientaram e pararam de apoiar com a mesma frequência as iniciativas voltadas para a diversidade, “que eram programas que faziam muita diferença para as organizações feministas ou com perspectiva de gênero”, nas palavras da jornalista. Tereza complementa:

A gente tem organizações feministas que têm diferentes tamanhos e que foram fundadas em diferentes momentos, mas eu acho que os desafios são muito parecidos. E eu acho que principalmente nesse contexto agora, especificamente agora 2025, quando a gente fala tanto da questão do

jornalismo, a gente fala muito da crise de confiança pública, que é um ponto, mas a gente tem vivido uma crise do financiamento para o jornalismo muito séria e que impacta também de forma desproporcional esses tipos de organização (Entrevistada Tereza).

A experiência de Beatriz à frente de seu portal de conteúdo feminino é ilustrativa da declaração de Tereza. Fundado há cinco anos, o veículo conta com uma equipe pequena – quatro profissionais na redação e uma pessoa responsável pela gestão financeira. Para garantir os recursos necessários para a manutenção da iniciativa, o grupo busca apoio em editais de fomento e no mercado publicitário. Entretanto, o retorno financeiro nem sempre é positivo. Segundo Beatriz, as principais dificuldades enfrentadas estão relacionadas a três fatores: a entrada no mercado regional (que exige um “jogo de cintura político”), os conflitos entre certas propostas de publicidade e a linha editorial do portal, e a precariedade das remunerações, o que limita o crescimento do veículo.

Essa precariedade impacta diretamente na esfera profissional, limitando o pensar-fazer do jornalismo feminista, visto que a falta de recursos impede a realização de coberturas mais aprofundadas e complexas. A comunicadora evidencia essa realidade ao relatar que o veículo não consegue produzir todas as pautas desejadas pelas comunicadoras. “A gente não tem braço para cobrir; a gente não tem. Não tem pessoas para que, de fato, a gente possa dizer: ‘Você vai ficar aí, um mês percorrendo os interiores [do estado]’ [...] A gente, de fato, quando entra, se você não sustentar, não vai para frente” (Entrevistada Beatriz).

A jornalista relata que, durante uma reunião de planejamento em 2025, o grupo discutiu o propósito da mídia feminina: crescer, dar mais visibilidade a vozes de diversas mulheres e ampliar as pautas abordadas. Esse objetivo idealista, que se alinha à missão pessoal de Beatriz, não a isenta do dilema da sustentabilidade. A cofundadora não esconde o dilema: “Eu também não posso ser hipócrita. A gente precisa de grana. A gente precisa de dinheiro. Se a gente não tiver dinheiro, a gente não vai conseguir fazer nada”.

Diante desse quadro, as profissionais reconhecem a necessidade de repensar estratégias para garantir a sustentabilidade das mídias feministas. Essa reflexão demanda uma nova práxis, voltada para a reinvenção dos processos de gestão. A jornalista Tereza explica que um dos principais desafios das novas mídias é pensar “como fazer diferente nesse processo de gestão. Porque não é porque somos, em maioria, mulheres nessas organizações, que quer dizer que as nossas práticas de gestão necessariamente vêm dessa perspectiva de gênero. Isso é um processo de aprendizado mesmo”. A busca por conhecimento se reflete na trajetória da comunicadora,

que sentiu a necessidade de se aprimorar na área: “Atualmente eu faço um MBA¹⁴⁵ nessa parte de gestão, porque eu não sentia que eu tinha todas as ferramentas como [as] pessoas que fazem formação de negócio”.

Uma possível resposta para enfrentar essas incertezas é fortalecer a colaboração entre as mídias feministas, tanto no âmbito organizacional quanto no individual. Tereza ressalta a importância das parcerias com outros veículos, destacando que a mídia em que é diretora mantém um diálogo direto com iniciativas como a *Revista AzMina*, o *Portal Catarinas* e o *Nós Mulheres da Periferia*. Todas essas organizações, comenta a jornalista, possuem uma relação de proximidade, e as gestoras se conhecem, o que contribui para a troca de experiências, a discussão de desafios comuns e a construção de trabalhos em parceria.

A estratégia não só resulta em maior visibilidade para as produções noticiosas, como reflete os valores do movimento feminista, a exemplo do compartilhamento e da horizontalidade. A pesquisadora Cecília explica que essa dinâmica é inerente aos veículos independentes, nos quais as relações hierárquicas tendem a ser menos rígidas devido à própria necessidade de sobrevivência desses projetos. Nesse sentido, a diretora de conteúdo Tereza defende “que a gente precisa agir de forma colaborativa, que a gente precisa trabalhar a incidência e precisa mudar a cultura, que é a cultura que vai influenciar na forma como as pessoas veem, validam e pensam o jornalismo [...]”.

A colaboração entre as mídias feministas evidencia outro princípio do pensar-fazer das jornalistas brasileiras: a ética feminista. Conforme a pesquisadora Aimée Montiel (2011), essa ética emergiu com “[...] o objetivo de revisar, desconstruir e reformular aqueles aspectos da ética tradicional que promovem a subordinação das mulheres”¹⁴⁶, com destaque aos valores masculinos vistos como superiores e opostos aos femininos. Essa abordagem, portanto, valoriza o compromisso e o cuidado, baseados na responsabilidade com todas as pessoas (Montiel, 2011). No contexto do jornalismo feminista, essa ética é estendida à gestão interna dos veículos, conforme detalha a jornalista Mariana:

[...] a ética feminista também dentro das relações de trabalho, não é? Então, o jornalismo que pensa numa equipe que é diversa e que por ser diversa vai precisar também de rituais de trabalho diversos. Que vai entender que uma repórter, por exemplo, que é mãe ou que é responsável pelo cuidado de uma pessoa não vai, talvez, ter a mesma rotina produtiva do que uma outra colega que não tem esses afazeres. Eu acho que é um jornalismo que também, nessas

¹⁴⁵ Master in Business Administration.

¹⁴⁶ Tradução própria. Do original: “[...] el propósito de revisar, desmontar y reformular aquellos aspectos de la ética tradicional que promueven la subordinación de las mujeres”.

rotinas produtivas, se preocupa com o cuidado da equipe (Entrevistada Mariana).

No jornalismo praticado pelas entrevistadas, a ética feminista igualmente se manifesta no respeito integral às fontes. A pesquisadora Cecília observou, em uma de suas investigações, que em algumas pautas “[...] o impacto que cada notícia ia ter na vida das pessoas envolvidas era considerado. [...] [Havia,] então, assim, um cuidado com essas mulheres que se relacionavam com o portal, seja enquanto fontes, seja enquanto jornalistas ou colaboradoras”. Esse “olhar cuidadoso” se materializa, como relata a jornalista Beatriz, no apoio da equipe de redação às mulheres vítimas de violência, orientando-as a buscar acompanhamento psicológico e jurídico, ou até mesmo as acompanhando no processo de denúncia.

A práxis jornalística feminista, orientada por questões políticas e uma nova ética, deixa um legado concreto para as próximas gerações de profissionais. A jornalista esportiva Elisa relata, com surpresa, o impacto do seu trabalho: “[...] é muito louco pensar nisso, porque quando a gente começou era muito difícil ver mulheres na cobertura do futebol feminino”. Essa realidade, contudo, mudou. O portal se tornou uma referência para jovens que ingressam na profissão. Nos últimos anos, segundo a comunicadora, o veículo tem sido procurado por “[...] garotas fazendo TCC e criando dentro da universidade esses veículos, feito por mulheres para falar de futebol”. Ao refletir sobre essa trajetória, Elisa acrescenta: “Acho que valeu a pena, não é?”.

A docente Cecília corrobora esse pensamento ao pontuar que as/os estudantes de hoje já trazem para as salas de aula um conhecimento prévio sobre as questões de gênero: “Tu discutes as questões de gênero com pessoas que já têm uma certa base sobre essas temáticas. Então assim, porque isso circula, isso circula dentro da sociedade. Então isso gera reação”. A própria Elisa ressalta esse movimento: “É uma voz que fortalece a outra, não é? Eu também fui inspirada por mulheres. Não vim aqui berrar por conta própria”.

O trabalho das entrevistadas, portanto, é um ato de preservação e construção da memória do jornalismo feminista. Para Tereza, o jornalismo tem esse “lugar de formação de memória”, pois acompanha esses processos de luta por direitos – uma ação fundamental em um momento em que “[...] muitas pessoas e grupos tentam continuamente reescrever essa história”. A jornalista e militante Helena alinha-se com esse aspecto da documentação histórica, declarando que é possível, para quem não viveu a Ditadura Militar, “[...] recuperar o contexto histórico, político, social” por meio dos jornais feministas e alternativos.

Essa missão de construir um legado é uma forma de resistência ativa. “[...] A nossa função também é garantir que daqui 40, 50 anos, quando já estiverem outras mulheres dentro do movimento feminista, que elas saibam também o que que em 2025 as mulheres brasileiras estavam pautando” (Entrevistada Tereza). Helena acredita que a luta por um jornalismo plural e comprometido com as pautas feministas e interseccionais é um processo histórico e contínuo. Ela ressalta que sempre haverá grupos se rebelando contra o formato de comunicação que é imposto pela grande mídia, e que a existência de veículos que resistem é crucial: “Então, eu acho que sempre vai ter *AzMina*, *Catarinas*, sempre. Ainda bem que elas existem, resistem e trazem para a gente uma postura, uma discussão mais adequada para o que nós estamos vivendo [...]”.

5 Lições tecidas e fios a desenrolar

A metáfora das tramas e fios acompanha esta pesquisa desde os primeiros rascunhos. De forma sutil, esses fios foram se entrelaçando e delineando as tessituras possíveis para dar forma às páginas que a compõem. Ao interpretar os resultados, o tramar ressurge em diálogo com a concepção da pesquisadora Cremilda Medina em *A arte de tecer o presente*. No posfácio da obra, o pesquisador Paulo Roberto Leandro (2003, p. 147) relembra uma fala de Medina em um evento na Universidade de São Paulo (USP): “Não basta fazer. É preciso refletir sobre o fazer”. Ou seja, a prática jornalística não deve ser um ato automático e irrefletido, mas sim uma ação consciente e intencional.

Em consonância com o argumento da autora, este estudo propõe ir além do exame da materialização do jornalismo feminista, investigando as percepções e significados atribuídos a esse jornalismo pelas profissionais argentinas e brasileiras. Para isso, a análise das entrevistas semiabertas permitiu identificar não apenas as práticas conscientes e compartilhadas que se dão nesse âmbito, mas também compreender a relação entre a postura posicionada e a contestação dos ideais de objetividade jornalística. As lições tecidas a seguir resultam da articulação desses elementos.

O percurso investigativo estabeleceu, a princípio, as bases teóricas que sustentam o cenário do jornalismo feminista. A costura entre gênero, epistemologias feministas e jornalismo formou o alicerce para o aprofundamento em conceitos como “objetividade feminista”, “lógica masculinista”, “interseccionalidade” e “jornalismo de subjetividade”. Ao entrelaçar a teoria e as narrativas das interlocutoras, emergiram ações jornalísticas como “posicionar” e “redefinir”. Esses elementos respondem aos questionamentos feitos no começo da pesquisa, quando se buscava entender os modos de produção, as particularidades desse jornalismo e sua relação com os critérios noticiosos hegemônicos. No entanto, os achados avançam para além da técnica, evidenciando a mirada subjetiva e política de quem pensa e faz o jornalismo feminista.

Ao desenrolar os fios históricos e socioculturais, a pesquisa evidenciou como o contexto de cada país borda singularidades à prática de suas jornalistas. Na Argentina, a trama é marcada pela militância coletiva: as redes de comunicadoras e as mobilizações nas ruas – das marchas *Ni Una Menos* ao movimento *Marea Verde* – impulsionaram a transição de um jornalismo com perspectiva de gênero para um jornalismo assumidamente feminista. No Brasil, por sua vez, as raízes se encontram na resistência da imprensa alternativa dos anos 1970, e ganham nova dimensão com a chamada *Primavera Feminista*. Aqui, a disputa de narrativas se concretiza na

criação de mídias próprias, nas quais a vivência pessoal e coletiva se transforma em impulso para a atuação profissional e estratégia de sobrevivência e perenidade.

Nessas tessituras, as ações-jornalísticas **Indignar, Redefinir e Continuar** (Brasil) e **Posicionar, Desconstruir e Refletir** (Argentina) se encontram, revelando pontos de diálogo e convergência entre as experiências dos dois países. A militância argentina oferece ao Brasil o exemplo da identidade política como força propulsora desse jornalismo. Em contrapartida, a *expertise* brasileira na criação de meios independentes oferece à Argentina caminhos para a validação do conhecimento experiencial. Contudo, ao observar o avesso desses tecidos, nota-se um ponto de tensão: a ausência da análise étnico-racial nas falas das jornalistas argentinas. Diferentemente do tecido brasileiro, onde a interseccionalidade se faz presente e estruturante.

As categorias identificadas apontam, assim, para uma prática em constante mudança, impulsionada por comunicadoras que, em seu pensar-fazer, buscam redesenhar a sociedade, tornando-a mais segura e justa. O feminismo, afinal, é um movimento político-social que se orienta pela mudança da realidade. O jornalismo também, idealmente, carrega a função social de informar em prol do bem comum. Contudo, tais objetivos só podem ser plenamente alcançados, quando teoria e prática se encontram sob uma perspectiva crítica das relações de poder que estruturam a sociedade.

Diante desse panorama, evidencia-se que é possível discutir e produzir um jornalismo capaz de transformar a desigualdade estrutural que permeia a vida de diferentes mulheres. A partir do exame dos relatos das jornalistas da Argentina e do Brasil, a tese revela que o pensar e o fazer jornalístico feminista se sustentam em três pilares: 1) redes colaborativas, um fazer jornalístico que desafia o individualismo liberal e fortalece a construção conjunta de saberes e práticas; 2) revisão de cânones, a escolha de romper com a lógica masculinista, desconstruindo o mito da objetividade, neutralidade e imparcialidade; e 3) posicionamento situado, a criação de pactos de confiança com as audiências, baseados na transparência e no conhecimento das próprias perspectivas.

Como ressalta Minayo (2007, p. 47), a pesquisa carrega a “[...] característica do acabado provisório e do inacabado permanente”. Por isso, deixo alguns fios soltos como convites para futuras costuras e bordados a serem tecidos por outras pesquisadoras e pesquisadores. O fio violeta que puxa a ponta desse novelo está em pensar o ciclo por inteiro: da formação curricular de novas e novos profissionais à formação docente, até a inserção dessas discussões em nossas sociedades. Afinal, os tecidos só formam uma colcha quando a teoria tecida na academia retorna para fortalecer a prática nas redações e nas ruas.

REFERÊNCIAS

ABIUSO, Marina; LOPÉZ, Julia. **Caja de herramientas para un periodismo con perspectiva de derechos**. Género, diversidades y derechos humanos. Buenos Aires: UNICEF; UNFPA; PNUD; ONU Mujeres; Red de Editoras de Género, 2024.

ADGHIRNI, Zélia Leal; PEREIRA, Fábio Henrique. O Jornalismo em tempos de mudanças estruturais. **Intertexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 24, 2011.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: Ubi Editora, 2022.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2022.

ALCARAZ, María Florencia. De la perspectiva de género al periodismo feminista: la identidad como manifiesto. **LATFEM**, Argentina, 7 nov. 2019. Disponível em: <https://latfem.org/de-la-perspectiva-de-genero-al-periodismo-feminista-la-identidad-como-manifiesto/> Acesso em: 1º fev. 2024.

ALMA, Amanda; LORENZO, Paula. **Mujeres que se encuentran**: una recuperación histórica de los Encuentros Nacionales de Mujeres en Argentina (1986-2005). Buenos Aires: Editorial Feminaria, 2009.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Muteadas**: el impacto de la violencia digital contra las periodistas. 2024. Disponível em: https://amnistia.org.ar/wp-content/uploads/delightful-downloads/2024/10/Muteadas_InformeCompleto.pdf Acesso em: 1º nov. 2024.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARSOTTI, Adriana. Os limites da objetividade jornalística no século XXI. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, Virtual. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia. A reação contra o gênero e a democracia. **Nueva Sociedad**, v. 1, p. 76-88, dez. 2019.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020. *Recurso eletrônico*.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 22-43, jun. 2012.

BOGADA, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

BRUTTIN, Thibaut. Prefácio. Coragem tem nome: Sophia Huang Xueqin. In: REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Jornalismo na era do #Metoo**. Paris: Repórteres Sem Fronteiras, 2024. Disponível em: <https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2025/03/FEMME%202024%20PT%20VFINAL.pdf> Acesso em: 8 set. 2025.

CHAHER, Sandra. Medios masivos / medios alternativos y redes de periodistas. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CHAHER, Sandra. Transversalización del enfoque de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo II**: ferramentas para un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

COFFIN, Alice. Alice Coffin: «Je ne comprends pas pourquoi la gauche est si timorée». In: CHOLEZ, Laury-Anne; KOKABI, Alexandre-Reza. Reporterre, Paris, 20 février, 2021. Disponível em: https://reporterre.net/Alice-Coffin-Je-ne-comprends-pas-pourquoi-la-gauche-est-si-timoree?_cf_chl_tk=ECvU4tqdTxSLpiL4rHhdDJsuIdCvomo1miflthoMNI0-1755368134-1.0.1.1-GGuzPuTL_Hsopvjd.l3XX9MpoEjhDJW5J3WJzwWZE0I Acesso em: 02 set. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019. *Recurso digital*.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CÓRDOBA, Mariana; CHORNY, Vladimir. El problema de la objetividad del conocimiento. In: TOMÉ, Danila Suárez; BELLI, Laura F.; MILEO, Agustina (comp.). **Epistemología feminista**. Buenos Aires: Eudeba, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAUDER, Dau García; TREJO, Marisa G. Ruiz. Un viaje por las emociones en procesos de investigación feminista. **Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, España, n. 50, p. 21-41, mar. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

É O QUE DEVE SER. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/04/e-o-que-deve-ser.shtml>

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Comunicação e gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 103-138, 2020.

FERRANTE, Elena. **As margens e o ditado**: sobre os prazeres de ler e escrever. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

FOPEA. **Periodistas amenazadas**: invest!gar para protegerlas. Marzo, 2025. Disponível em: <https://periodistasamenazadas.fopea.org/> Acesso em: 28 nov. 2025.

FRONTERA, Agustina *et al.* **Un cambio narrativo para ampliar la conversación política**: aportes desde el periodismo feminista del Sur. Argentina: LatFem, 2024. *E-book*.

GRAF, Norma Blazquez. Epistemología feminista: temas centrales. *In*: GRAF, Norma Blazquez; PALACIOS, Fátima Flores; EVERARDO, Maribel Ríos (coord.). **Investigación feminista**: epistemología, metodología y representaciones sociales. México: UNAM, 2012.

GELER, Lea. Categorias raciales en Buenos Aires. Negritud, blanquitud, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad capital. **Runa**, Buenos Aires, v. 37, n. 1, p. 71-87, 2016.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GIL, Ana Soledad. Violencia mediática y medios argentinos: retracciones tras el impacto de la pandemia y activismos en las audiencias. *In*: ALVARADO, Laura Chinchilla (editora). **Hablando (de) las mujeres**: comunicación, representaciones de género y activismos feministas. Costa Rica: CICOM, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL MEDIA MONITORING PROJECT – GMM. ¿Quién figura en las noticias? Global media Monitoring Project 2020 Argentina Informe nacional, 2020. Disponível em: whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/ARGENTINA-Informe-GMMP.pdf Acesso em: 23 jun. 2025.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. *E-book*.

GROSS, Elizabeth. ¿Qué es la teoría feminista?. **Debate Feminista**, México, n. 12, p. 85-105, out. 1995.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 07-41, 1995.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-206, 2004.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 07-32, 1993.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista?. *In*: BARTRA, Eli (comp.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México, D.F.: UNAM, 2002.

HASAN, Valeria F.; GIL, Ana Soledad. Estrategias del periodismo feminista: prácticas y política en la reconfiguración del espacio comunicacional. **Perspectivas de la Comunicación**, Chile, v.7, n. 2, p. 42-54, set./dez. 2014.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Introdução. O grito é meu. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019. *E-book*.

JAGGAR, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. *In*: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

KELLER, Evelyn Fox. Reflexiones sobre género y ciencia. **Asparkia: investigación feminista**, Espanha, n. 12, p. 149-153, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEANDRO, Paulo Roberto. Posfácio. *In*: MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019. *E-book*.

LIENAS, Gemma. **El diário violeta de Carlota**. Barcelona: Editorial Planeta, 2013. *E-book*.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In*: CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: bloco qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo, 2016.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. *E-book*.

LORDE, Audre. Mulheres negras: as ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019c. *E-book*.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFFÍA, Diana. Conocimiento y emoción. **Arbor**, España, v. 181, n. 716, p. 515-516, nov./dic. 2005.

MAFFÍA, Diana. Contra las dicotomías: feminismo y epistemología crítica. *In*: KOROL, Claudia; CASTRO, Gloria Cristina (comp.). **Feminismos populares**. Pedagogías y políticas: aprendizajes compartidos y voces desobedientes de Colombia, Argentina, Brasil, Venezuela, Paraguay, Palestina y Cuba. Colombia: La Fogata Editorial y Argentina: América Libre, 2016.

MAFFÍA, Diana; TOMÉ, Danila Suárez. Epistemología feminista. *In*: GAMBA, Susana; DIZ, Tania. **Nuevo diccionario de estudios de género y feminismos**. Buenos Aires: Eudeba, 2021.

MASSA, Jimena. Revistas digitais feministas: periodismo situado y con agenda propia. **Cuadernos del CIPeCO**, Córdoba, v. 2, n. 3, p. 119-147, jan./jun. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, São Paulo, v. XXI, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 1998.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positiva ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2014. *Recurso digital*.

MELAMED, Andrea Florencia; COLAZO, Victoria Cano. Emociones y conocimiento. *In*: TOMÉ, Danila Suárez; BELLI, Laura F.; MILEO, Agustina (comp.). **Epistemología feminista**. Buenos Aires: Eudeba, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009a.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009b.

MONTIEL, Aimée Veja. Ética feminista y comunicación. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2011.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015. *E-book*.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **EXTRAPRENSA**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan./jun. 2019.

MORAES, Fabiana. A subjetividade como uma proposta de decolonização do jornalismo brasileiro. *In*: MAIA, Marta Regina; PASSOS, Mateus Yuri (Orgs.) **Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORAES, Fabiana. WHO ARE THE ACTIVIST AND ENGAGED WE ARE TALKING ABOUT? A look at the Brazilian commercial press and political positioning as a journalistic strategy. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, n. 3, 2023.

MORAES, Fabiana. “JORNALISMO FOI O QUE OS HOMENS FIZERAM COMIGO”: o Projeto Folha e o Projeto Otávio nos textos de Marilene Felinto. *In*: ANAIS DO 33º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 2024, Niterói. **Anais eletrônicos [...]**, Galoá, 2024.

MORATELLI, Valmir. **A nadadora “musa” que quer se aposentar após vexame em Paris**. VEJA, São Paulo, 3 ago. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-nadadora-musa-que-quer-se-aposentar-apos-vexame-em-paris> Acesso em: 8 abr. 2025.

OLIVEIRA, Caroline. **Aborto legal sob ataque: relembre o PL de Eduardo Cunha que caiu após pressão social; tema é recorrente no Congresso**. Brasil de Fato, São Paulo, 15 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/06/15/aborto-legal-sob-ataque-relembre-o-pl-de-eduardo-cunha-que-caiu-apos-pressao-social-tema-e-recorrente-no-congresso/> Acesso em: 12 set. 2025.

OLIVEIRA, Israel Dias. O que é jornalismo declaratório? **Livro-reportagem em revista**, Brasil, n. 7, abril/jun. 2018.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf Acesso em: 18 mar. 2024.

OROZCO, Guillermo; GONZÁLEZ, Rodrigo. **Una coartada metodológica**: abordajes cualitativas en la investigación en comunicación, medios y audiencias. México: Tintable, 2012.

ORTIZ, Renato. **Taquigrafiando lo social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria feminista: o desafio de tornar-se um paradigma. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez. 1997.

PAR, Periodistas de Argentina en Red. **Decálogo para el tratamiento periodístico de la violencia contra las mujeres**. 2. ed. Buenos Aires, 2010.

PAR, Periodistas de Argentina en Red. Por una comunicación no sexista, igualitaria e inclusiva en todo el país. In: RAMÍREZ BARAHONA, Paola. **Equidad de géneros en medios**: desafíos de un nuevo paradigma comunicacional. Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2023.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria; LEMES, Luana Borges. A “Primavera das Mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair (Orgs.). **Feminismos e democracia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. *E-book*.

PEREIRA, Fábio Henrique. Conversando com jornalistas: a perspectiva do interacionismo simbólico. In: MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista**: na prática jornalística e na pesquisa. Porto Alegre: Libretos, 2012

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila. A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, Campinas, IFCH/Unicamp, v. 48, p. 7-42, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. As epistemologias feministas no Brasil: entrevista com Margareth Rago. [Entrevista concedida a] Juliana Gobbi Betti; Debora Cristina Lopez; Ana Veloso. **Revista Mediação**, v. 26, n. 37, p. 227-234, jul./dez., 2024.

RINCÓN, Omar. Prólogo: con-JUGAR-mujer-ES. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo II**: herramientas para un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2010.

ROCHA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. *E-book*.

ROSE, Hilary. Nothing less than half the labs. *In*: ROSE, Steven; APPIGNANESI, Lisa. **Science and Beyond**. London: Institute of Contemporary Arts, 1986.

ROSENBERG, Laura. Hacia una comunicación con perspectiva de derechos humanos: la configuración del rol de las editoras de género en medios de comunicación en Argentina (2019 – 2023). **Intersecciones en Comunicación**, Buenos Aires, v. 2, n. 17, ago./dez. 2023.

ROVETTO, Florencia; FIGUEROA, Lucía. Perio-feminismo desde adentro. Desigualdades de género en los medios. **Con X**, La Plata, n. 4, jan./dec. 2018.

ROVETTO, Florencia; FIGUEROA, Lucía. “Minoría bulliciosa”: periodismo feminista en tiempos de precarización laboral y reacción patriarcal. **Descentrada**, La Plata, n. 2, v. 3, set./fev. 2019.

RUIZ-NAVARRO, Catalina. Comunicar la diversidad de feminismos para hacer de la comunicación misma un agente feminista. *In*: SANDOVAL, Lucila; MARTÍNEZ, Paloma; NARRO, Montserrat. **Conversaciones en movimiento**: manual de comunicaciones incluyentes. Colombia: Inspiratorio, 2023. *Versión en línea*. Disponible em: <https://www.inspiratorio.org/entradas/cem-manual-comunicaciones-incluyentes> Acesso: 24 ago. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999.

SÁNCHEZ, Ana. La masculinidad en el discurso científico: aspectos epistémico-ideológicos. *In*: LUNA, Lola G. (comp.). **Mujeres y sociedad**: nuevos enfoques teóricos y metodológicos. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.

SANGLARD, Fernanda N.; GARCÊZ, Regiane L.; MAIA, Rousiley C. M. Entrevistas. *In*: MAIA, Rousiley C. M. **Métodos de pesquisa em comunicação política**. Salvador: EDUFBA, 2022.

SANTORO, Sonia. La práctica del periodismo de género. *In*: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (Orgs.). **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?. *In*: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg (Org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIM-FFCH/UFBA, 2002.

SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo**: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina. 2021. 210 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula; ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Contribuições feministas ao jornalismo: O ativismo como prática transformadora. **Sur le journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo**, v. 13, n. 1, p. 30-45, 2024.

SPINETTA, Ana Belén. **Editoras de género en medios de comunicación de Argentina**: avances, disputas y tensiones en la construcción de un periodismo feminista. Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2020.

SPINETTA, Ana Belén. Editoras de género en Argentina. Avances y desafíos de un rol en construcción. **BiD**, Barcelona, n. 49, dez. 2022. Disponível em: <https://bid.ub.edu/es/49/spinetta.htm> Acesso em: 24 out. 2023.

SPINETTA, Ana Belén. **Editoras de género en medios de comunicación de Argentina II**: la actualidad de un rol en disputa. Buenos Aires: Comunicación para la Igualdad Ediciones, 2023.

TASSIS, Nicoli. Velas ao vento, sem âncoras no mar. In: LEAL, Bruno Souza; TASSIS, Nicoli; MANNA, Nuno (Org.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: Fafich/ Selo Editorial PPGCOM/UFGM, 2023.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Os lados do jornalismo. In: LEAL, Bruno Souza; TASSIS, Nicoli; MANNA, Nuno (Org.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: Fafich/ Selo Editorial PPGCOM/UFGM, 2023.

TOMÉ, Danila Suárez. Ciencia y emociones: ¿responde la exclusión de la emotividad en la investigación científica a un prejuicio androcéntrico? **Tábano. Revista de Filosofía**, Buenos Aires, n. 12, p. 71-90, 2016.

TOMÉ, Danila Suárez. **Introducción a la teoría feminista**. Rojas: Nido de Vacas, 2022. *E-book*.

TOMÉ, Danila Suárez; FEDERICO, Lucía; GIRI, Leandro. ¿Qué es la epistemología feminista? In: TOMÉ, Danila Suárez; BELLI, Laura F.; MILEO, Agostina (comp.). **Epistemología feminista**. Buenos Aires: Eudeba, 2024.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel. A entrevista no jornalismo e na antropologia: pesquisando jornalistas. In: MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista**: na prática jornalística e na pesquisa. Porto Alegre: Libretos, 2012.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.

VALLE, Norma; HIRIART, Bertha; AMADO, Ana María. **ABC de un periodismo no sexista**. Santiago: Fempress, 2005.

VARELA, Nuria. ¿Qué es el feminismo? La metáfora de las gafas violetas. *In*: VALERA, Nuria. **Feminismo para principiantes**. Barcelona: Ediciones B, 2005.

VASILACHIS DE GIALDINO, Irene. La investigación cualitativa. *In*: VASILACHIS DE GIALDINO, Irene (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. O jornalismo deve contribuir para a ruptura do sistema. [Entrevista concedida a] Fabiana Moraes; Marta Maia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 1, p. 271-284, jan./jun. 2021.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MORAES, Fabiana. A OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA TEM RAÇA E TEM GÊNERO: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *In*: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos [...]**, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br#> Acesso: 2 set. 2025.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. *In*: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Ângela; VEIGA DA SILVA, Marcia. **Livro de repórter**: autoralidade e crítica das práticas. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

VIGOYA, Mara Viveros. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *In*: VALDÉS VARGAS, Daffne *et al.* **Antología feminista**. Buenos Aires: Debate, 2021.

VILAS BÔAS, Valéria Maria. O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal. *In*: LEAL, Bruno Souza; TASSIS, Nicoli; MANNA, Nuno (Org.). **Para desentender o jornalismo**. Belo Horizonte: Fafich/ Selo Editorial PPGCOM/UFMG, 2023.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro entrevista Argentina

Jornalistas
1) O que é jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero ou uma comunicação não sexista?
2) A partir de suas experiências, quais elementos você diria que caracterizam o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
3) Como você percebe a produção do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero a partir de elementos jornalísticos como objetividade, subjetividade, imparcialidade etc.?
4) Nos últimos anos surgiram inúmeras iniciativas jornalísticas independentes e colaborativas, especialmente as nativas digitais, que foram criadas por mulheres e que produzem jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero. Como você enxerga a dimensão social, cultural e histórica nessas mídias e suas produtoras?
5) Por que trabalhar com o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero? Você pode contar sobre a sua experiência como jornalista de gênero/feminismo?
6) Você utiliza (já utilizou) algum guia e/ou manual com foco no gênero na sua prática jornalística?
7) Você quer acrescentar algo ou comentar sobre alguma situação acerca do tema?

Pesquisadoras
1) O que é jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero ou uma comunicação não sexista?
2) A partir de suas leituras e trabalhos desenvolvidos, quais elementos você diria que caracterizam o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
3) Como você percebe a produção do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero a partir de elementos jornalísticos como objetividade, subjetividade, imparcialidade etc.?
4) Nos últimos anos surgiram inúmeras iniciativas jornalísticas independentes e colaborativas, especialmente as nativas digitais, que foram criadas por mulheres e que produzem jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero. Como você enxerga a dimensão social, cultural e histórica nessas mídias e suas produtoras?

- | |
|---|
| 5) Por que pesquisar o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero? Você pode contar sobre a sua experiência como pesquisadora de gênero/feminismo? |
| 6) Você já encontrou/utilizou algum guia e/ou manual com foco no gênero nas suas pesquisas? |
| 7) Você quer acrescentar algo ou comentar sobre alguma situação acerca do tema? |

APÊNDICE B – Ficha de informações Argentina

Informaciones personales

Nombre:	
Apellido:	
Edad:	
Nacionalidad:	
Profesión:	
Oficio:	
Correo electrónico:	

Entrevista (dados preenchidos pela pesquisadora)

Dia:	
Horário:	
Cidade:	
Local:	

APÊNDICE C – Roteiro entrevista Brasil

Jornalistas
1) O que é jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
2) A partir de suas experiências, quais elementos você diria que caracterizam o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
3) Como você percebe a produção do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero a partir de elementos jornalísticos como objetividade, imparcialidade, neutralidade etc.?
4) Quais fatores sociais, culturais e/ou históricos você acredita terem contribuído para o surgimento, nos últimos anos, de tantas iniciativas jornalísticas independentes criadas por mulheres, focadas na produção de jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
5) Por que trabalhar com o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero? Você pode contar sobre a sua experiência como jornalista de gênero/feminista?
6) Como você percebe a relação entre ativismo e jornalismo feminista? Há pontos de encontro ou tensão?
7) Você quer acrescentar algo ou comentar sobre alguma situação acerca do tema?

Pesquisadoras
1) O que é jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
2) A partir de suas leituras, experiências e trabalhos desenvolvidos, quais elementos você diria que caracterizam o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
3) Como você percebe a produção do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero a partir de elementos jornalísticos como objetividade, imparcialidade, neutralidade etc.?
4) Quais fatores sociais, culturais e/ou históricos você acredita terem contribuído para o surgimento, nos últimos anos, de tantas iniciativas jornalísticas independentes criadas por mulheres, focadas na produção de jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero?
5) Por que pesquisar o jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero? Você pode contar sobre a sua experiência como pesquisadora de gênero/feminismos?
6) Como você percebe a relação entre ativismo e jornalismo feminista? Há pontos de encontro ou tensão?
7) Você quer acrescentar algo ou comentar sobre alguma situação acerca do tema?

APÊNDICE D – Ficha de informações Brasil**Dados de identificação**

Nome:	
Sobrenome:	
Idade:	
Nacionalidade:	
Formação:	
Profissão:	
E-mail:	

Entrevista (dados preenchidos pela pesquisadora)

Dia:	
Horário:	
Cidade:	
Local:	

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Argentina

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “O jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero a partir da produção acadêmica e jornalística de mulheres” (título provisório). O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a construção de um Estado da Arte de trabalhos que buscam desenvolver acerca do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero, bem como a investigação da prática desse jornalismo por mulheres em portais independentes de cunho feminista. Nesta pesquisa pretendemos: a) elaborar um mapeamento da produção científica, realizada por mulheres pesquisadoras, do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero; b) estudar a cobertura jornalística dos portais *Revista AzMina* e *Catarinas* (ou possíveis portais feministas brasileiros e argentinos) com base no jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero; c) compreender como está sendo construído o campo de estudos do jornalismo feminista e/ou com perspectiva de gênero e a prática desse jornalismo a partir de uma pesquisa de recepção com mulheres protagonistas dessas áreas.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade com você “Entrevista semiaberta e em profundidade”, técnica de coleta de dados que busca compreender as subjetividades, as percepções, os valores e as motivações da (o) entrevistada (o). Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: insegurança e/ou desconforto ao responder determinadas perguntas; constrangimento e/ou algum tipo de impacto ao falar sobre alguns temas; exposição de pensamentos e/ou de assuntos de cunho pessoal e profissional. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, garantimos a sua confidencialidade e proteção de seus dados; esclarecimento de eventuais dúvidas e disposição em deixá-la (o) o mais confortável possível ao responder às questões. A pesquisa pode ajudar na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendida (o). A pesquisadora

não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada (o) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Mendoza, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da (o) participante
Nome da (o) participante
Documento: _____

Assinatura da Pesquisadora
RG:

**Pesquisadora Responsável: Ana Paula Veloso
Silveira Teodoro Rodarte
Instituição: Universidade Estadual Paulista
Contato: +55 XX XXXXX-XXXX –
a.rodarte@unesp.br
Orientador: Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura
Instituição: Universidade Estadual Paulista
Contato: ms.ventura@unesp.br**

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Brasil

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “O jornalismo feminista no Brasil e na Argentina: o fazer e o pensar das jornalistas” (título provisório). O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é a construção de uma análise acerca do fazer e do pensar de mulheres jornalistas que atuam ou têm vínculo com o jornalismo e/ou a comunicação conforme a perspectiva dos feminismos. Nesta pesquisa pretendemos: a) desenvolver uma abordagem histórica-conceitual da comunicação e do jornalismo feminista; b) realizar um mapeamento da produção científica conduzida por pesquisadoras brasileiras e argentinas, com foco no “fazer” das jornalistas e centrada no conteúdo produzido; c) a partir das entrevistas em profundidade com jornalistas brasileiras e argentinas, conduzir uma análise de conteúdo das narrativas coletadas.

Caso você concorde em participar, vamos fazer a seguinte atividade com você “Entrevista em profundidade”, técnica de coleta de dados que busca compreender as subjetividades, as percepções, os valores e as motivações da (o) entrevistada (o). Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: insegurança e/ou desconforto ao responder determinadas perguntas; constrangimento e/ou algum tipo de impacto ao falar sobre alguns temas; exposição de pensamentos e/ou de assuntos de cunho pessoal e profissional. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, garantimos a sua confidencialidade e proteção de seus dados; esclarecimento de eventuais dúvidas e disposição em deixá-la (o) o mais confortável possível ao responder as questões. A pesquisa pode ajudar na produção e divulgação de conteúdos sobre o tema.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizermos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendida (o). A pesquisadora não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificada (o) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento será disponibilizado exclusivamente em formato digital, sendo que uma cópia assinada será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Bauru, _____ de _____ de 2024/2025.

Assinatura da (o) participante
Nome da (o) participante
Documento: _____

Assinatura da Pesquisadora
RG:

**Pesquisadora Responsável: Ana Paula Veloso
Silveira Teodoro Rodarte
Instituição: Universidade Estadual Paulista
Contato: +55 XX XXXXX-XXXX –
a.rodarte@unesp.br
Orientador: Prof. Dr. Mauro de Souza Ventura
Instituição: Universidade Estadual Paulista
Contato: ms.ventura@unesp.br**